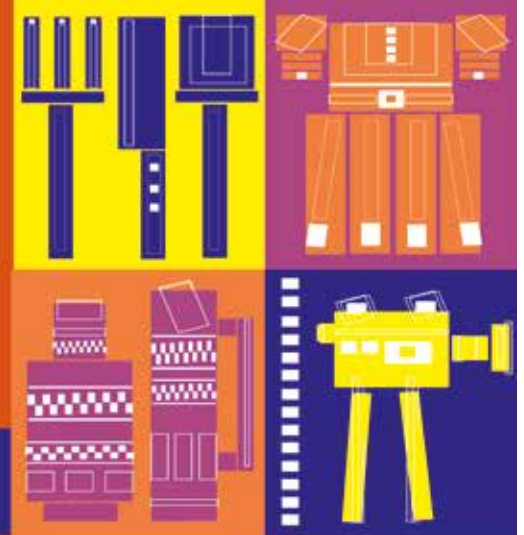
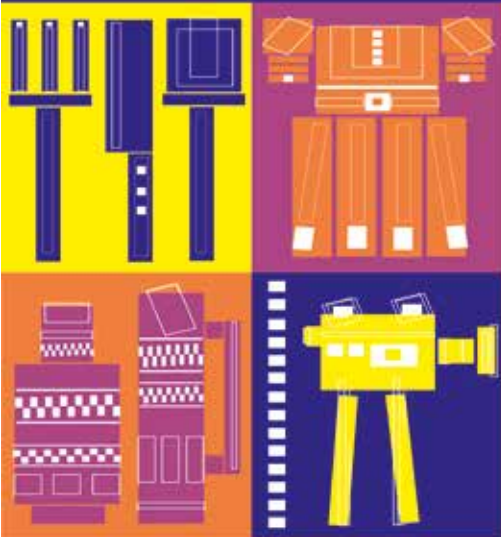




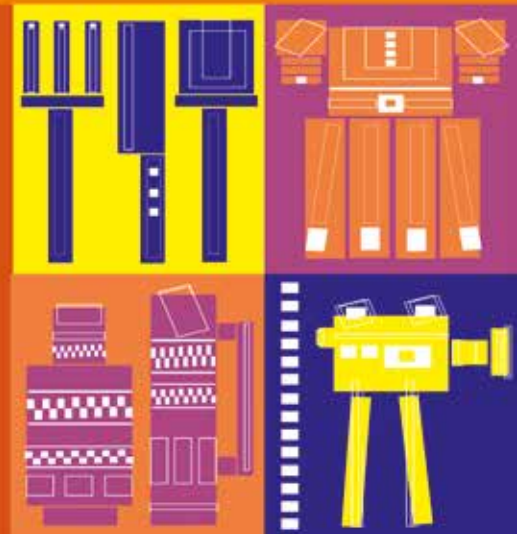
FORTALEZA
FORTALEZA
FORTALEZA



CIDADE CRIATIVA



DO DESIGN
DO DESIGN
DO DESIGN





Prefeitura de Fortaleza

Gabinete do Prefeito
ROBERTO CLÁUDIO RODRIGUES BEZERRA

Vice-Prefeitura
MORONI BING TORGAN

Gabinete da Primeira Dama CAROLINA CUNHA BEZERRA	Secretaria Regional I GILBERTO COSTA BASTOS	Instituto Dr. José Frota RIANE MARIA BARBOSA AZEVEDO
Chefia de Gabinete MARCELO JORGE BORGES PINHEIRO	Secretaria Regional II FERRUCCIO PETRI FEITOSA	Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos FÁBIO SANTIAGO BRAGA
Secretaria Municipal de Governo SAMUEL ANTÔNIO SILVA DIAS	Secretaria Regional III CARLOS ALBERTO GOMES MESQUITA	Instituto de Pesos e Medidas ROGÉRIO DE ALENCAR ARARIPE PINHEIRO
Procuradoria Geral do Município JOSÉ LEITE JUCÁ FILHO	Secretaria Regional IV FRANCISCO SALES DE OLIVEIRA	Iplanfor - Instituto de Planejamento de Fortaleza EUDORO WALTER DE SANTANA
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão PHILIPPE THEOPHILO NOTTINGHAM	Secretaria Regional V JOSÉ RONALDO ROCHA NOGUEIRA	Instituto de Previdência do Município RICARDO CÉSAR XAVIER NOGUEIRA SANTIAGO
Secretaria Municipal das Finanças JURANDIR GURGEL GONDIM FILHO	Secretaria Regional VI DARLENE BRAGA ARAÚJO MONTEIRO	Ouvidoria Geral do Município de Fortaleza PAULO VENÍCIO MOREIRA DE PINHO
Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos JOÃO DE AGUIAR PUPO	Secretaria Regional do Centro de Fortaleza FRANCISCO ADAIL DE CARVALHO FONTENELE	Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza RÉGIS RAFAEL TAVARES DA SILVA
Secretaria Municipal da Infraestrutura ANA MANUELA MARINHO NOGUEIRA	Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental HOMERO CALS SILVA	Coordenadoria Especial de Articulação das Secretarias Regionais RENATO CÉSAR PEREIRA LIMA
Secretaria Municipal da Saúde JOANA ANGÉLICA PAIVA MACIEL	Agência de Fiscalização de Fortaleza JÚLIO FERNANDES SANTOS	Coordenadoria Especial de Articulação Política LÚCIO ALBUQUERQUE BRUNO FIGUEIREDO
Secretaria Municipal da Educação ANTÔNIA DALILA SALDANHA DE FREITAS	Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania FRANCISCO ARCELINO ARAÚJO LIMA	Coordenadoria de Comunicação Social MOACIR MAIA DOS SANTOS
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente MARIA ÁGUEDA PONTES CAMINHA MUNIZ	Coordenadoria Especial de Relações Internacionais e Federativas PATRICIA MARIA ALENCAR MONTEIRO DE MACEDO	Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas MARTA MARIA DO SOCORRO LIMA BARROS GONÇALVES
Secretaria de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social ELPÍDIO NOGUEIRA MOREIRA	Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza CLÁUDIO RICARDO GOMES DE LIMA	CEPS - Coordenadoria Especial de Participação Social JOÃO BATISTA ARRUDA PONTES
Secretaria Municipal do Turismo RÉGIS NOGUEIRA DE MEDEIROS	Central de Licitações da Prefeitura Municipal de Fortaleza GEOVÂNIA SABINO MACHADO	Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude JÚLIO BRIZZI NETO
Secretaria do Desenvolvimento Econômico MOSIAH DE CALDAS TORGAN	Companhia de Transporte Coletivo CARLOS ALBERTO ALVES DE SOUSA	Coordenadoria de Programas Integrados REINALDO RIGAUD SALMITO
Secretaria Municipal da Cultura ANTONIO GILVAN SILVA PAIVA	Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza JOSE DO CARMO GONDIM	
Secretaria Municipal de Esporte e Lazer CARLOS ALBERTO DUTRA DA SILVA	Fundação da Criança e Família Cidadã / Coordenadoria da Criança e do Adolescente GLÓRIA MARIA MARINHO GALVÃO	
Secretaria Municipal da Segurança Cidadã ANTONIO AZEVEDO VIEIRA FILHO	Guarda Municipal RÔMULO REIS DE ALMEIDA	
Controladoria e Ouvidoria Geral do Município LUCIANA MENDES LOBO	Habitafor - Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza OLINDA MARIA MARQUES DOS SANTOS	

APRESENTAÇÃO

EUDORO SANTANA

Superintendente

Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR

PLANO FORTALEZA 2040 E O OBSERVATÓRIO: RUMO À FORTALEZA DO CONHECIMENTO

O Plano Fortaleza 2040 é, ao mesmo tempo, um documento técnico, um manifesto dos Direitos à Cidade e uma utopia, estimulando-nos a caminhar rumo à cidade que queremos. Entregue aos fortalezenses em dezembro de 2016, o Plano vem passando pela sua primeira fase de implantação e respectivos ajustes. Como todo Plano, o Fortaleza 2040 é um produto dinâmico, sempre aberto a novas possibilidades, sempre crítico aos seus próprios processos de construção, sempre atento às sugestões da população. Essa primeira etapa é árdua, mas estimulante. Trata-se, desta feita, de avançar na Governança do Plano, na produção de indicadores, nas metodologias de participação social, no envolvimento dos gestores, na adesão de lideranças dos planos setoriais, enfim, na sua consolidação enquanto instrumento fundamental de transformação da Cidade em busca da superação de suas mazelas e desigualdades.

Garantir a execução do Plano Fortaleza 2040 é a grande Missão do Instituto de Planejamento de Fortaleza –IPLANFOR e o seu maior desafio. Afinal, sem um Sistema de Governança Municipal, em que todos os seus atores estejam envolvidos, não será possível assegurar o seu êxito. É necessário expertise e empenho para definir processos,

construir fluxos, regulamentar e proceduralizar instrumentos, observando-se a transparência das ações, responsabilidades e competências, ao mesmo tempo em que se controle, acompanhe e avalie as escolhas realizadas e as sempre necessárias mudanças de rota.

O Observatório de Fortaleza vem assumir seu lugar estratégico na Governança do Plano Fortaleza 2040. Enquanto locus de produção, difusão e acesso ao conhecimento sobre a Cidade, o Observatório ampliará, gradativamente, seus significados e importância, seja para a implantação vitoriosa do Fortaleza 2040, seja para a produção, cada vez mais ampla, de dados confiáveis que subsidiarão a tomada de decisão dos gestores municipais.

Neste primeiro ano de atuação do Observatório na Praça do Ferreira, o Observatório vem atraindo corações e mentes, construindo novas parcerias e ganhando o afeto e o respeito da população, dos pesquisadores, alunos, gestores, lideranças e demais representações da Sociedade. Temos consciência das suas dificuldades, mas sabemos da sua importância e do seu poder transformador.

O Observatório festeja o seu primeiro ano, mas todos os fortalezenses é que estão de parabéns.

SUMÁRIO

- 6** O PAPEL DOS OBSERVATÓRIOS NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS SABERES E PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO OBSERVATÓRIO DE FAVELAS
- 12** INCLUSÃO NA MODA COMO DESIGN SOCIAL ADOTADO PELAS CIDADES CRIATIVAS
- 20** PERFIL SOCIECONÔMICO DO DESIGN DE FORTALEZA
- 40** O DESENHO PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO
- 50** URBANISMO TÁTICO COMO UMA NOVA ETAPA PROJETUAL NO DESENHO URBANO
- 58** DESIGN DE EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO: A PERCEPÇÃO DO USUÁRIO COMO BÚSSOLA NA CONSTRUÇÃO DE SOLUÇÕES.
- 63** A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PATRIMÔNIO IMATERIAL: OS MESTRES DA CULTURA TRADICIONAL POPULAR DO CEARÁ

Cadernos do Observatório: Fortaleza Cidade Criativa do Design

Ficha Catalográfica – Joseline Veras

Cadernos do Observatório / Prefeitura Municipal de Fortaleza. – V.6, n.6, (2018)- . – Fortaleza : IPLANFOR, 2018 - .
v. : il. Color. ; 21,5 cm

Anual

ISSN - 2595-2986

1.Design. 2. Planejamento Urbano. I. IPLANFOR (Instituto de Planejamento de Fortaleza). II. Diretoria do Observatório da Governança Municipal - DIOBS. III. Título

CDD: 710



PREFEITURA DE FORTALEZA
Prefeito de Fortaleza
Roberto Cláudio Rodrigues Bezerra

Vice-prefeito de Fortaleza
Moroni Bing Torgan

EDIÇÕES IPLANFOR
Cadernos do Observatório

Comissão Editorial
Ademar Assaoka
Cláudia Sousa Leitão
Graça Lessa
Joseline Veras

Edição de Arte
Ademar Assaoka

Revisão/normalização textual
Maria das Graças Guerra Lessa
Joseline Veras

Capa
Eduardo Aparício

Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR
Rua 25 de março, 268 - Centro
Tel.: (85) 3105-1283
observatoriodefortaleza@fortaleza.ce.gov.br

Superintendente
Eudoro Walter de Santana
Superintendente adjunto
Mário Fracalossi Júnior

Diretores
Ana Cláudia Teixeira
Cláudia Sousa Leitão
Conceição Cidrack
Juliana Sena
Lia Parente

Jornalista responsável
Daniela Nogueira de Souza
MTE JP 0002044/CE

APRESENTAÇÃO

CLÁUDIA LEITÃO

Diretora do Observatório de Fortaleza
Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR

OBSERVATÓRIO DE FORTALEZA: **PRIMEIROS RASTROS E INFINITOS HORIZONTES!**

É com imensa alegria que comemoramos um ano de atuação do Observatório de Fortaleza em sua nova sede, na Praça do Ferreira, coração pulsante da Capital. A sexta edição do nosso Caderno testemunha os avanços do Instituto de Planejamento de Fortaleza – IPLANFOR, sobretudo, no que se refere aos desafios de implantação do Plano Fortaleza 2040. Os artigos aqui publicados ratificam a vocação de Fortaleza para as diversas áreas do Design. Da Moda ao Design Urbano, do Design Social ao Design de Processos e Produtos, Fortaleza demonstra potencial para tornar-se Cidade Criativa do Design e por isso, prepara-se para apresentar, em 2019, seu dossiê junto à Unesco, na busca desta chancela.

O Caderno também abre espaço para artigos voltados às experiências de outros observatórios brasileiros, ratificando a Missão e a Visão do nosso Observatório, qual seja a de contribuir para a estruturação e a consolidação de uma Rede de Observatórios, especialmente no Ceará, desempenhando o seu papel de Hub face aos organismos produtores de dados confiáveis sobre as cidades, especialmente, no que se refere à produção de indicadores, à avaliação de políticas públicas e à governança municipal.

Se é tarefa dos Observatórios qualificar e quantificar a realidade, em suas diversas dimensões, também cabem aos mesmos criar sinergias, atrair debates, constituírem espaços de disputas de interesses conflitantes, tão essenciais à boa saúde da democracia. O Observatório de Fortaleza, que festeja seu aniversário com a legitimidade da aprovação dos fortalezenses, alunos de escolas públicas e privadas, pesquisadores, gestores, além de turistas e delegações/representações de outros países (estamos caminhando para 12.000 visitantes!), tem se dedicado a trazer, para dentro de suas instalações e para a própria

Praça do Ferreira, uma série de atividades.

No seu primeiro ano de atuação na Praça do Ferreira, realizamos vários programas, tais como as “Tardes do Observatório”, o “Poética Cidadã”, as “Férias no Observatório”, além de exposições, lançamentos de livros, acolhimento de grupos e organizações da Sociedade Civil, entre outras atividades que vêm contribuindo com o Projeto Novo Centro. Dessa forma, o Observatório de Fortaleza faz sua parte na ampliação de um cardápio de consumo de produtos científicos e culturais, além do tradicional consumo comercial realizado na região.

São muitos os parceiros com os quais queremos dividir o êxito dos nossos primeiros passos. As Universidades, as Escolas, o SEBRAE, a FIEC, a Câmara dos Dirigentes Logistas, a FECOMERCIO, os Institutos de Pesquisa, as Secretarias Estaduais e Municipais, os Coletivos Juvenis, as ONG’s, as Lideranças dos Bairros, contando sempre com a competência da Diretoria do Observatório – DIOBS, e o apoio incontestado do nosso Superintendente Eudoro Santana. Estamos, enfim, criando uma rede afetiva dos “Amigos do Observatório”, indivíduos dos mais diferentes segmentos sociais, econômicos e culturais, com os quais temos aprendido a caminhar e a olhar a Cidade em sua apaixonante complexidade.

Se estamos ainda no início da nossa caminhada, sabemos que a estrada é longa e que os nossos desafios são e serão imensos. No entanto, queremos ressaltar que o Observatório de Fortaleza deixa-se guiar por uma infinidade de horizontes. Por isso, festeja esse primeiro ano, reiterando o seu compromisso em observar o Mundo a partir de Fortaleza, e em perscrutar, a partir de Fortaleza, o Mundo que nossa Cidade representa.

Vida longa ao Observatório de Fortaleza!

O PAPEL DOS OBSERVATÓRIOS NA CONSTRUÇÃO DE NOVOS SABERES E PROPOSIÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DO OBSERVATÓRIO DE FAVELAS

1 ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE OS OBSERVATÓRIOS BRASILEIROS

O objetivo desse sintético artigo não é fazer uma discussão analítica sobre os observatórios – sua definição, premissas, perfis, metodologias ou campos temáticos. Para quem tiver interesse em conhecer esses aspectos desse tipo de instituições, sugiro o artigo de Soares, Fernalda e Prado², que, apesar do excessivo caráter prescritivo assumido, apresenta uma boa genealogia dos observatórios, de forma geral, destacando especialmente os assinalados aspectos endógenos que os caracterizam. Cabe assinalar que os autores não levem em conta os contextos – histórico, institucional, geográfico e político-econômico – de construção das experiências.

Sem querer esmiuçar as proposições apresentadas no artigo dos citados autores, considerando o escopo reduzido do que aqui apresento, há três elementos que assinalam que gostaria de trazer para este artigo: a construção no tempo, os enfoques e os objetivos das ações dos Observatórios.

1- Fundador do Observatório de Favelas; Diretor Geral do Instituto Maria e João Aleixo; Professor associado da Universidade Federal Fluminense, eljjai@gmail.com.

2- Observatório: um levantamento do estado do conhecimento. SOARES, Lilian Campos; FERNEDA, Edilson; PRADO, Hércules Antonio. Disponível em <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/7958/5333>. Acesso em: 03 nov. 2018.

De fato, em termos de temporalidade, os autores consideram que:

Podem ser caracterizadas três gerações de observatórios: uma primeira, em que são estruturados como centros de documentação relacionados ao conceito originário dos observatórios e tratando-se de bibliotecas virtuais dedicadas a uma temática específica; uma segunda, formados como centros de análises de dados – evoluídos para uma ferramenta que apoia a tomada de decisão; e, uma terceira geração, constituídos como espaços amplos de informação, intercâmbio e colaboração – correspondendo ao conceito mais atual dos observatórios, em que se promove a reflexão e o intercâmbio de conhecimento com trabalhos em rede. (SOARES, FERNEDA E PRADO, 2017, 92).

Quando consideram o objetivo de suas ações, eles sugerem os seguintes perfis:

(i) Observatório fiscal, como um espaço de fiscalização das ações governamentais; (ii) Observatório think tank, colaborando, intervindo e refletindo em prol de políticas públicas; (iii) Observatório laboratório, como espaço de análise, diagnóstico e teorização; (iv) Fórum de discussão; (v) Centro de aglutinação e difusão de informações; (vi) Espaços para capacitação e educação; e (vii) Projetos dentro de movimentos sociais. (SOARES, FER-



Nova Holanda, uma das 14 favelas da Maré. Seminário internacional das Periferias organizado pelo Instituto Maria e João Aleixo em parceria com o Observatório de Favelas em 2017.

NEDA E PRADO, 2017, p. 93 apud REBOUÇAS E CUNHA, 2010).

Por fim, no que concerne ao enfoque, os observatórios podem ser classificados como territoriais, que estudam questões de espaço geográfico, como locais, urbanos, metropolitanos, regionais, nacionais, ou temáticos, que abordam temas ou setores específicos de ordem social, econômica ou política. Esta divisão não limita a atuação de um observatório sobre determinado tema e em um espaço de território. (SOARES, FERNEDA E PRADO, 2017, p. 94)

Os elementos assinalados em relação aos observatórios – há vários outros destacados no citado artigo – demonstram como o termo pode ter um sentido muito plural e expressar visões muito distintas de intervenção social. Em que pese a diversidade destacada, considero que há especificidades nos

observatórios criados no âmbito da sociedade civil que começaram a surgir no Brasil a partir da década de 1990. Como elementos comuns entre eles, há o interesse em delimitar um determinado tema de estudo e, através dessa atenção sistemática e ordenada ao objeto, ampliar a compreensão sobre ele, formar pesquisadores que possam avançar nos estudos sobre o fenômeno e incidir, de alguma maneira, nas políticas públicas afeitas ao objeto estudado.

Nesse sentido, os Observatórios da sociedade civil, em geral, não perdem o vínculo com os três elementos que norteiam a existência de uma instituição universitária: pesquisa, formação e intervenção social (a extensão). Todavia, ao contrário daquela, os observatórios da sociedade civil têm, em geral, uma estrutura mais enxuta, mais restrita e mais incisiva no tratamento do tema para o qual se vocaciona.

No que diz respeito ao contexto que permitiu o desenvolvimento dos observatórios, especialmen-

te os da sociedade civil brasileira, alguns elementos se conjugam:

- a) Os limites burocráticos e financeiros para o funcionamento das instâncias estatais – inclusive universidades públicas - especialmente em termos de construção de parcerias, acordos de cooperação e repasse de recursos³;
- b) A necessidade de produção de conhecimentos de forma autônoma, livre de eventuais regras de controle e censura dos entes estatais;
- c) A crise dos sindicatos, partidos e associações da sociedade civil, em geral, que perdem a capacidade - e, em determinados espaços, mesmo o interesse - de investir em formação e/ou estudos específicos mais profundos e densos sobre a realidade social.

Os observatórios da sociedade civil conseguiram se desenvolver exatamente pela sua flexibilidade e capacidade de lidar com diferentes aspectos institucionais: habilidade em realizar estudos sistemáticos e ordenados típicos dos centros de conhecimentos; flexibilidade para apresentar projetos dentro de sua área de estudo para diferentes tipos de financiadores; abertura para construir redes de colaboração em escalas variadas – podendo ser realizada em âmbito local e/ou internacional; liberdade para construir estruturas de gestão e de financiamento elásticas, que podiam ampliar-se ou reduzir-se de acordo com a conjuntura.

Outro elemento característico dos observatórios da sociedade civil brasileira, considerando os tipos elencados por Soares, Ferneda e Prado (2017), é sua caracterização, em grande parte, como *think tank*. De fato, o interesse em produzir informações relevantes sobre temas singulares complexos, que exigem o uso de diferentes ferramentas teóricas e me-

todológicas, será um elemento que marca diferentes tipos de observatórios nacionais.

Por fim, como conclusão do item, cabe assinalar que os Observatórios brasileiros (especialmente em sua condição de *think tanks*) são marcados pela pluralidade ideológica e política. Assim, temos uma infinidade de institutos voltados para o estudo e disseminação das propostas econômicas e políticas liberais, assim como temos grupos dedicados ao estudo de iniciativas, programas e ações que possam contribuir para a transformação social a partir da superação das diversas formas de desigualdade, tanto do ponto de vista territorial – tais como o Observatório de Favelas e o Observatório de Metrôpoles – como do ponto de vista dos direitos humanos/identitários – Observatório da Mulher, Observatório da Violência etc.

Logo, são questões centrais na construção de um Observatório:

- a) Que seus proponentes tenham clareza do tema específico no qual desejam se especializar;
- b) Que tenham clareza sobre as perspectivas teóricas e metodológicas que se propõem a desenvolver;
- c) Que os objetivos das ações estejam evidentes, especialmente no que concerne à formação e incidência das ações no campo das políticas públicas;
- d) Que a sustentabilidade financeira, institucional e política esteja bem definida, especialmente no que diz respeito ao grau de autonomia que a instituição terá em relação a possíveis financiadores e parceiros.

2 SOBRE O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E IMPACTOS DO OBSERVATÓRIO DE FAVELAS

O Observatório de Favelas é uma instituição de pesquisa, formação e consultoria, que se dedica à produção e à troca de conhecimentos sobre favelas e outras periferias urbanas, especialmente no Brasil. Sua fundação tem como peculiaridade o fato de ter como origem o trabalho realizado por ativistas

3- Esta limitação não impediu, naturalmente, o surgimento de experiências diversas de observatórios nas universidades e outras instâncias estatais, mais, os existentes lidam com problemas cotidianos para lidar com a burocracia, para construir parcerias onde haja repasse de recursos, além dos eventuais problemas institucionais devido às disputas e mudanças de gestão que podem ocorrer nos órgãos estatais.

e pesquisadores oriundos da Favela da Maré⁴. Seu embrião foi o Observatório Social da Maré, criado em 1999 e que tinha como objetivos a produção de informações sobre a realidade da favela, a criação de uma rede de pesquisadores e pesquisadoras que atuassem articulados na produção de conhecimentos sobre a realidade local. O Observatório Social da Maré foi o programa responsável pela realização do primeiro censo feito em uma grande favela brasileira por seus próprios moradores – O Censo Maré 2.000. Ele fazia parte, então, de uma organização – Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré – que, mais tarde, se constituiu como a Redes de Desenvolvimento da Maré.

Criado formalmente em 2001, o Observatório de Favelas é uma organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Sua sede fica na Maré, apesar de sua atuação nacional e, no caso do eixo segurança pública e direito à vida, latino americana. O vínculo especial com a favela assinalada deriva do fato de que boa parte dos fundadores do Observatório ser oriunda da favela. Do mesmo modo, a grande maioria das pessoas que trabalhou na organização desde sua criação nasceu, morou ou mora em favelas cariocas.

O Observatório (como é, em geral, chamado, tendo em vista que se tornou a referência de instituição do tipo na sociedade civil carioca) nasceu com a perspectiva de construir novos paradigmas na forma como a favela, em geral, é representada. Do mesmo modo, seus fundadores se propõem a construir novas metodologias, tecnologias sociais e proposições de políticas públicas a respeito desses territórios subalternizados na cidade.

A prestação de serviços aos indivíduos ou à comunidade não é o foco prioritário do Observatório de Favelas. O atendimento pontual, quando feito, tem como objetivo o acúmulo de informações e ex-

periências para a reflexão sobre conceitos, a elaboração de metodologias e a proposição de projetos que possam contribuir para a mudança de políticas públicas ou construir novas formas de se representar as favelas. A instituição não busca complementar ou substituir o Estado, e sim desenvolver programas que possam vir a ser implementados por outros grupos e se tornar efetivas políticas públicas. Para tanto, o Observatório de Favelas se coloca como um ator na construção do Direito à Cidade, fundamentado na (re) significação do papel e do lugar das favelas no âmbito das políticas públicas.

A premissa do Observatório de Favelas é de que, historicamente, as favelas foram representadas como territórios da *ausência*. Nessa construção mental, elas seriam marcadas pela carência, precariedade e provisoriade: a *não cidade*, por excelência. Não casualmente, o IBGE define esse território e outros similares como *Aglomerado subnormal*; o Ministério da Cidade os chama de *Assentamento Precário*; e a grande mídia, pelo menos do Rio de Janeiro, os chama de *comunidades carentes*. Considerando esse tipo de representação, temos como uma das suas consequências a falta de reconhecimento, em geral, dos moradores e moradoras das favelas como cidadãos de direito, especialmente no campo da segurança pública.

Derivado dessa forma de (des) conhecimento dos territórios populares, disseminou-se pelo País um processo de violências plurais nos territórios favelizados, tendo como principal alvo os jovens negros. Destituídos de sua humanidade em um processo que qualifico como uma *pedagogia da monstrualização*, os moradores e moradoras das favelas – e outras periferias – terminam por não conseguir afirmar diante do Estado e do conjunto de cidade a condição de cidadãos e cidadã de plenos direitos.

A fim de superar essas representações estereotipadas, criamos no Observatório de Favelas a ideia de um *Paradigma da potência*: através dessa forma de olhar para a realidade favelada, busca-se ir além dos desafios e limites que se apresentam no território;

4- A Maré é o maior conjunto de favelas do Rio de Janeiro, reunindo cerca de cento e quarenta mil (140.000) pessoas distribuídas por 16 comunidades. Conforme Censo Maré: Observatório de Favelas e Redes de Desenvolvimento da Maré.

se enfatizam as presenças, as invenções, as criações e formas inovadoras de regulação social estabelecidas nestes espaços, em suas múltiplas diferenças⁵.

A crença é que a construção de outra representação sobre as favelas permitirá que as políticas públicas possam ser estabelecidas a partir de outros parâmetros que não os atuais. Com efeito, as favelas ainda são tratadas como espaços secundários na oferta de equipamentos e serviços urbanos que qualifiquem seus territórios e que ampliem as possibilidades sociais e existenciais de seus moradores, do mesmo modo que são transformadas em arenas de guerras por forças de segurança do Estado e grupos criminosos em função da forma equivocada como se combate o comércio de drogas ilícitas, principalmente.

Considerando o contexto assinalado, o Observatório de Favelas, nessa caminhada de 17 anos, definiu três vertentes estratégicas para sua intervenção:

Direito à vida e Segurança Pública – As distintas formas de violência, arbítrio e desrespeito aos espaços populares e seus moradores demonstram a necessária centralidade da formulação de proposições e práticas de promoção, proteção e reparação dos Direitos Humanos. Nesse sentido, busca-se construir estudos, formular metodologias e contribuir para a tessitura de iniciativas que reúnam diferentes atores sociais para a superação das situações de violência letal que se disseminam nas periferias e favelas urbanas, sempre visando a criação de uma sociedade mais democrática, fraterna e solidária.

Desenvolvimento Territorial – A superação das profundas desigualdades territorialmente expressas no espaço urbano requer a mobilização

de diferentes atores políticos - comunidades populares, instituições governamentais, entidades da sociedade civil - na elaboração de um amplo programa de desenvolvimento socioeconômico integrado e sustentado, cujo objetivo principal é criar condições diferenciadas de investimentos públicos para os espaços populares, priorizando a redução da vulnerabilidade social, econômica, ambiental e de segurança pública.

Cultura, Educação e Comunicação – Uma cidadania com pleno exercício de crítica, de livre criação de representações de si e do mundo, de acesso integral à informação e de modos plurais de comunicação, traduzem a criação de novos direitos e afirmação de novos atores sociais no espaço público. Portanto, a construção permanente de uma sociedade democrática que reconheça e legitime as diferenças nos obriga reconhecer, repensar e refazer as relações entre formas políticas, processos de comunicação e conteúdos culturais em uma nova e radical pauta para o desenho de políticas públicas.

As vertentes estratégicas aludidas remetem a um conjunto de objetivos específicos a serem alcançados e que estabelecem linhas de ação a serem contempladas e efetivadas nas diferentes escalas territoriais de programas e projetos institucionais.

- Formar uma ampla rede sociopedagógica de formação e formulação teórica e prática no âmbito da democratização de políticas públicas sociais, integrada por diferentes profissionais de instituições acadêmicas e por jovens estudantes dos espaços populares;
- Desenvolver a formação sistemática de pessoas, especialmente oriundas das favelas, nos campos da comunicação e das artes, de modo que possam contribuir na construção de novas formas de representação das periferias e favelas, tendo a noção de potência como referência de intervenção;
- Acompanhar e avaliar políticas públicas destinadas aos espaços populares, em particular na Metrópole do Rio de Janeiro, a partir da produ-

4- Os dois fundadores da instituição, especialmente, têm publicado uma série de obras – livros e artigos – a fim de disseminar essa proposição. Dentre elas, destaco: “Por que uns e não outros?” SILVA, Jailson de Souza; Ed. Contraponto, terceira edição, Rio de Janeiro, 2018; Favela: alegria e dor na cidade. SILVA, Jailson de Souza e BARBOSA, Jorge Luiz. Ed. Senac, Rio de Janeiro, 2005; “O Novo Carioca”. SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz e FAUSTINI, Marcus Vinicius. Ed. Mórula, Rio de Janeiro, 2012.

ção de instrumentos conceituais e metodológicos plurais;

- Elaboração de conceitos e produção de informações que proporcionem leituras e interpretações diferenciadas a respeito dos espaços populares na concretude da urbanização da sociedade.
- Construir práticas públicas exemplares no âmbito da educação, da geração de trabalho e renda, moradia e regularização fundiária urbana, da cultura, da arte, da comunicação e da segurança cidadã, como possibilidades concretas de afirmação política dos moradores dos espaços populares no cenário da sociedade brasileira;
- Constituir referências inovadoras de produção do conhecimento na tessitura com compromissos sociais e políticos de construção agendas positivas de Direito à Cidade.
- Promover articulações políticas e parcerias institucionais com organizações e entidades locais, regionais, nacionais e internacionais para realização e ampliação de objetivos comuns.

Para o alcance desses objetivos, as três vertentes estratégicas atuam de maneira articulada como nós de uma rede de relações promotoras de *fluxos* de práticas, ações e informações que permitam o desenvolvimento compartilhado da Instituição como um todo.

A partir das referências construídas, o Observatório de Favelas tem produzido um conjunto de programas e projetos que se tornaram referência no País no sentido de garantir a ampliação dos direitos dos moradores e moradoras dos territórios populares. Dentre eles, destaco três:

- **Conexão de saberes** – Programa de ações afirmativas realizado em parceria com 33 universidades federais, que teve importante papel na construção das políticas de cotas para essas instituições. Atualmente, o MEC o denomina PET Conexões;
- **Programa de Redução da Violência Letal (PRVL)** – Programa desenvolvido nas 15 Regiões

Metropolitanas com maior incidência de violência letal contra adolescentes. Entender as causas que geram as mortes, evidenciá-las e criar metodologias para sua prevenção são as bases do programa;

- **Escola Popular de Comunicação Crítica – ES-POCC** – Programa dedicado à formação de centenas de jovens da região metropolitana do Rio de Janeiro em linguagens diversas do campo da comunicação, tais como: fotografia, vídeo, jornalismo e publicidade. Através da escola, foram formados centenas de jovens que contribuíram para disseminar uma percepção das favelas e periferias do Rio de Janeiro a partir de suas presenças e não apenas de suas demandas e ausências.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre as características dos Observatórios demonstram sua pluralidade, riqueza temática, diversidade metodológica e diferentes perspectivas políticas e ideológicas. Assim, a criação de uma organização do tipo exige que os sujeitos que objetivam essa construção tenham clareza do tema que querem desenvolver, os objetivos e meios que aspiram construir para atingir sua missão institucional. O objeto pode ser temático ou territorial; a escala pode ser local, regional ou nacional; a metodologia pode ter como foco o trabalho na ponta ou a articulação em rede; o eixo central pode ser a produção de conhecimentos ou essa produção articulada com ações de formação e/ou difusão. Enfim, as possibilidades podem ser múltiplas. O mais importante, para as organizações ou grupos da sociedade civil que seguem esse caminho e se identificam com a defesa da democracia é levar em conta, como elemento fundamental, as responsabilidades éticas e políticas derivadas das ações que vão desenvolver e os conhecimentos que irão construir. Pois, sempre, os observatórios estão a serviço de algo, de alguém, de interesses de grupos específicos. Não são neutros, não podem ser. Que isso esteja claro para quem os constitui e para aqueles com os quais os observatórios atuam.

Araguacy Paixão Almeida Filgueiras¹
Fernanda Cristina Castelo de Lima Martins²
Maria do Socorro de Araújo³
Maria Fabíola Fonsêca Mourão Teixeira⁴
Maria de Jesus Farias Medeiros⁵

INCLUSÃO NA MODA COMO DESIGN SOCIAL ADOTADO PELAS CIDADES CRIATIVAS

As discussões sobre inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência estão conquistando políticas públicas com destaque para a última década neste novo século, abrindo espaço para a moda inclusiva. Uma moda que se faz, inicialmente, a partir da lógica do desenho universal no qual a concepção de produtos e serviços, entre outros, seja acessível a todas as pessoas, indistintamente.

O marco regulatório no estilo arquitetônico trata da acessibilidade como política social de inclusão para todos, em especial para aqueles sem ou com pouca mobilidade de locomoção, sejam os deficientes físico motores, deficientes visuais, auditivos, mentais e/ou intelectuais, idosos e pessoas em situação de limitação temporária. São essas pessoas, em parte, invisíveis aos criadores de design e também pelo poder público.

É de conhecimento que, embora existam legislações que visam à acessibilidade no ambiente construído, ainda é preciso melhorar os instrumentos de locomoção que permitam a facilitação do ir e vir.

Destacamos que as cidades são territórios que se reinventam continuamente e são capazes de mobilizar talentos de pessoas ou coletivos, com os recursos tecnológicos disponíveis ou, que venham a ser criados. Envolve ainda, as suas potencialidades culturais para gerar soluções criativas na educação, na saúde, na mobilidade urbana, na moda, no design e na geração de emprego. Portanto, todos necessitam de amparo como modo de inclusão para afirmar sua cidadania. Torna-se imperativo ações projetuais do design, da moda, do turismo, do design thinking que favoreçam tais demandas. Nesta perspectiva, a geração de novos talentos pode exercer seus conhecimentos com visão inovadora e criativa contribuindo para o novo design social.

De acordo com Cohen (2012), a democratização e acesso aos bens culturais, além de acessibilidade nos estabelecimentos que comercializam produtos de moda, é um direito amparado por legislação. É nesse contexto que esse trabalho busca refletir sobre tal problemática que envolve esse contingente de pessoas que habitam os diversos espaços. Para além disso, afirmamos serem importantes as rela-

1- Professora do Bacharelado em Design-Moda da Universidade Federal do Ceará. Doutora em Engenharia Têxtil (Universidade do Minho-PT). Pesquisadora nas áreas de Modelagem, Moulage, Moda Inclusiva, Ergonomia, Artesanato e afins, aradesign@uol.com.br

2- Designer de moda (UNIFOR), Mestre em Enfermagem (UFC). Pesquisadora de Moda Inclusiva e Acessível, nandamartins.fm@gmail.com

3- Professora do Bacharelado em Design-Moda da Universidade Federal do Ceará. Mestre em Design e Marketing do Vestuário (Universidade do Minho-PT). Pesquisadora nas áreas de Modelagem, Ciência do Conforto e Moda Inclusiva, msdesign@gmail.com

4- Professora do Curso Tecnológico em Design de Moda (UNIFOR), fabismoda@gmail.com

5- Professora do Bacharelado em Moda, Design e Estilismo da Universidade Federal do Piauí

ções atitudinais que corroboram o desenvolvimento de design universal, feito para atender a todo o tipo de necessidade e ou limitações físicas ou sensoriais.

Essa é uma demanda de política educativa, criativa, inovadora, na geração de novas ideias, nas quais a criatividade é um vetor primordial na condução de possibilidades exitosas. Mas quando o assunto é inclusão social, a realidade brasileira ainda está longe de incluir todas as pessoas com deficiências sejam de natureza física, intelectual ou sensorial e lhes oferecer condições de igualdade como os demais indivíduos.

Por meio de aportes teóricos trazemos uma reflexão para despertar sujeitos com possibilidades reais de efetivar ações e políticas públicas que envolvam o setor da moda nos mais variados segmentos.

A educação formal é um dos meios para, desde a infância, disseminar o sentimento de inclusão não apenas pelas estruturas físicas das escolas, mas a preparação do corpo docente, do material didático e inclusão de conteúdos referentes à vivência com as pessoas com deficiência. O setor comercial ter maior sensibilidade com relação à acessibilidade à loja e, dentro desta, aos produtos, bem como ao atendimento, através de treinamento para os seus colaboradores. No setor produtivo, motivar e suscitar empreendimentos que venham proporcionar roupas acessíveis sob o ponto de vista técnico e estético.

Outras possibilidades podem surgir e, efetivamente, a inclusão se tornar cada dia mais real.

1 DEFICIENTES NÃO, MAS COM DEFICIÊNCIA

A deficiência física caracteriza-se pela alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as defor-

midades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções, conforme o artigo 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 2015; 1999).

Por influência do Movimento Internacional de Pessoas com Deficiência, a Constituição de 1988 incorporou a expressão “pessoa portadora de deficiência”, que se aplica na legislação ordinária. Adota-se, hoje, também, a expressão “pessoas com necessidades especiais” ou “pessoa especial” que, não sendo diferente psicologicamente das outras pessoas, têm as mesmas aspirações de auto aceitação perante a sociedade, conforme nos fala Dal Bosco (2014). É através do vestuário que conseguem ocultar suas diferenças e adaptar as suas necessidades específicas tornando-se iguais. Além disso, as pessoas levam em consideração não só a estética, mas a praticidade e o conforto do vestuário, adaptando às suas necessidades básicas.

Ao considerar o universo das pessoas cegas ou com dificuldades visuais, os problemas podem ser considerados mais sérios. O percentual da deficiência visual no Brasil merece atenção para redimensionar aspectos criativos do design de moda. Resultados de pesquisa realizado por Pinto e Freitas (2013), investigando experiências de compra por deficientes visuais no varejo de roupas, apontaram cuidados que os comerciantes devem ter com esse público, que vai desde proporcionar contato físico com a roupa e outros produtos de moda, passando pelo cuidado na ambientação para receber esse cliente até a postura ética dos vendedores, de oferecer determinado produtos obsoletos e com defeitos para o cliente cego, creditando ao mesmo um total desconhecimento da realidade, pelo fato de ser cego. Desta forma, pode-se afirmar que a deficiência visual não pode ser fator impeditivo para que alguém adquira uma peça de vestuário, de acordo com a sua vontade, sem correr o risco de ser enganado, e ou ter dificuldade de locomoção no ambiente de compra.

O Censo de 2010, realizado pelo Instituto Brasi-

leiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que 45,6 milhões de pessoas declararam ter algum tipo de deficiência. Considerando a população residente no país, 23,9% possuíam pelo menos uma das deficiências investigadas: visual, auditiva, motora e mental ou intelectual.

A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas. A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar, está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40% (IBGE, 2012). No Ceará, para o mesmo período, segundo divulgação do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), que compilou os dados estaduais e regionais, de 8.448.055 habitantes, existem, pelo menos, 2.340.150 pessoas com deficiência. O percentual da população residente no Estado com algum tipo de deficiência (27,69%) supera os índices nordestinos (26,63%) e nacional (23,92%) (CEARÁ, 2012).

Em Fortaleza, os percentuais seguem à tendência estadual. De 2.452.185 habitantes, 646.493 declararam ter pelo menos uma das deficiências investigadas, o que corresponde 26% da população em geral. Ao segmentar o intervalo para homens e mulheres, com 18 anos e mais, esse total fica em 1.762.956. Desses, 567.944 declararam pelo menos uma das deficiências, correspondendo a 32,21%. Da população nessa faixa etária 25,42% são deficientes visuais, seguidos de deficientes motores com 9,78%, deficientes auditivos 7,38% e deficiência mental ou intelectual, 1,46% (IBGE, 2010).

Um fator em destaque da atualidade são os dados alarmantes de sequelas e incapacidades decorrentes de acidentes de trânsito. Desse modo, a população com deficiência adquirida – permanente ou temporária, tem crescido e demandado artigos que facilitem e possibilitem a sua reinserção no convívio social. Diante dos dados, afirmamos que a inclusão na moda vai além da necessidade do se vestir.

2 MODA INCLUSIVA

Quando se fala de produto de moda, é interessante destacar que não se pretende pensar que esse produto seja apenas o de vestuário, visto que a moda é muito mais abrangente, e nela cabe absolutamente tudo relativo a produtos e serviços. Portanto, no espaço para a moda inclusiva a concepção de produtos e serviços, entre outros, visa à acessibilidade a todas as pessoas, considerando a complexidade de todos os segmentos de consumidores como usuários do vestuário de moda.

Um dos aspectos a se considerar sobre o corpo com deficiência para ser vestido e que exige dos criadores de design de moda, é a compreensão para resguardar a identidade do usuário, ocupando um lugar que é seu, por direito, que é o das ruas, dos espaços coletivos e públicos. Sobre esse corpo não deve pairar nenhuma forma de opressão, mas ofertar dignamente, as mesmas condições de acesso a produtos, bens e serviços, que atendam às suas necessidades e também desejos (GRAVE, 2007).

Conforme Mota e Mendonça (2009), a moda pode incluir e excluir os sujeitos e como extensão visual pode refletir a linguagem de suas emoções, traduzindo comportamento e ações. Desde modo, conforme as autoras, não se pode pensar em moda considerando apenas por uma questão de mercado:

[...] para responder uma demanda que não é devidamente atendida, mas por uma questão de posicionamento ético político de permitir o reconhecimento e a inserção, o pertencimento sociocultural de pessoas, sujeitos, que não dispõem das formas corporais instituídas predominantemente como as mais adequadas e bonitas. A moda tem o poder de incluir e excluir formas e sujeitos, e deve assumir a perspectiva da pluralidade, da diferença e da expressão democrática para uma existência mais feliz de todas as pessoas (MOTA e MENDONÇA, 2009, p.7).

É nesse contexto que se traz o sentido primordial de inclusão, com o tratamento satisfatório ao usuário, indistintamente. Isso é possível com a adoção

dos princípios do design universal em projetos de produto, como o uso equitativo, uso flexível, uso simples e intuitivo, informação perceptível, tolerância a erros, baixo esforço físico, e tamanho e espaço para aproximação e uso, desenvolvidos por peritos do Centro de Desenho Universal da Universidade da Carolina do Norte, em 1997. O desenvolvimento de produto inclusivo refere-se ao seu uso independente das necessidades especiais, das habilidades, postura, mobilidade, estrutura corporal, sendo utilizáveis pelo maior número de pessoas (BROGIN, 2015).

Grave (2007) traz à tona a discussão em que a relação corpo-vestuário é elemento integrante da imagem corporal, traduzindo-se em desejo e prazer:

Independentemente do corpo, o vestuário formaliza-se e acomoda-se à esta superfície, como que criando sua própria técnica de aderência, libertando-se da circunstância física ou psíquica em que o corpo se encontra e transpondo-se à linguagem do corpo a ponto de, após ser despedido, continuar apresentando os traços do usuário (GRAVE, 2007, p.19).

A autora discute a cumplicidade nessa relação, na qual é evidente a sinergia entre formas e movimentos, tendo em vista a repetição das atitudes corporais e do vestuário e que envolvem coordenação e sensibilidade.

A complexidade no desenvolvimento de produto de moda inclusiva compreende conhecimentos aplicados ao produto que “não basta fornecer às pessoas uma característica funcional, o design inclusivo tem que fazer com que essa característica seja fácil de usar e que seja atrativa aos consumidores”, como nos falam Steinfeld e Tauke (2002, p.170), quando afirmam que o design inclusivo tem como objetivo inserir a sociedade e eliminar a discriminação.

3 DISCUTINDO MODA INCLUSIVA EM FORTALEZA

A moda inclusiva propõe o vestir e desvestir com autonomia e beleza, incorporando soluções inova-

doras na modelagem e acabamentos, para pessoas com deficiência permanente ou temporária, sejam elas adultas ou crianças, ou mesmo para os que desejem usá-la, por uma questão de conforto ou pelo design diferenciado. Auler (2014) afirma que essa proposta tem o olhar voltado, também, para facilitar os acessos dos clientes aos locais onde o produto é comercializado. A maior discussão em que o conceito está imerso, é a democratização de todo o processo que envolve a moda.

Pode-se considerar, também, que a produção em moda para pessoas com deficiência deve extrapolar o saber fazer e se apropriar do que está na essência, ou seja, entender o que é deficiência. Conscientes da necessidade de um debate acerca do tema, designers de moda e professores dos cursos de moda da cidade de Fortaleza/CE, com atuação na área das políticas públicas e aproximação da temática, seja pela práxis na academia ou pelo fazer cotidiano, idealizaram o Seminário Moda Inclusiva Fortaleza 2017 (TEIXEIRA, FILGUEIRAS; MARTINS, 2018).

O evento foi um momento em que moda e inclusão assumiram o centro das ações envolvendo processos, tecnologia e metodologias, para mostrar que podem e devem andar de mãos dadas; que um universo tão diverso como a moda é capaz de acolher a todos, considerando suas singularidades e criar coisas belas.

Voltado às Pessoas com Deficiência / Estudantes de Moda / Professores de Moda / Pessoas e instituições envolvidas com a cadeia têxtil e com a temática / Pessoas interessadas na temática, o Seminário aconteceu nos dias 23 e 24 de março de 2017, nas dependências do Centro de Profissionalização Inclusiva para a Pessoa com Deficiência – CEPID. Teve como objetivo central aprofundar a discussão sobre moda e deficiência, que resulte em estratégias para o desenvolvimento e fortalecimento da moda inclusiva no Ceará, além de: discutir deficiência e moda inclusiva; apresentar roupas produzidas de acordo com o conceito de moda inclusiva; sensibilizar profissionais e gestores para ações mais efetivas, acessí-

veis e inclusivas; articular instituições, profissionais, estudantes e Pessoas com Deficiência para discussões e ações futuras envolvendo a temática.

A metodologia utilizada envolveu rodas de conversa, aula técnica e desfile com experiência sensorial, cujo intuito foi despertar nos participantes o envolvimento nas discussões de cada tema de uma forma, ao mesmo tempo, leve, pedagógica e reflexiva.

4 O SEMINÁRIO MODA INCLUSIVA FORTALEZA 2017

O evento contou com a participação de 100 (cem) inscritos e, dentre os convidados, destacamos a presença de Daniela Auler, idealizadora do projeto Moda Inclusiva, da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Governo de São Paulo (SEDPCD). Contou, também, com a presença de profissionais atuantes, empresários e participantes de eventos na causa da Moda Inclusiva, todos com expertise e propriedade no tema, conferindo para os presentes, argumentos que fomentaram a discussão sobre moda para Pessoas com Deficiência, como uma necessidade ainda pouco explorada pelos empresários da moda.

O evento aconteceu em dois dias, para um pú-

blico de cem pessoas, composto por estudantes de design de moda e áreas afins, trabalhadores e professores do design, inclusive design de interiores, representantes de associações e outras organizações representativas das Pessoas com Deficiência (PCD's), de setores da indústria e comércio e órgãos governamentais, local e de São Paulo.

A programação (Quadro 1) constou da abertura oficial, com a fala dos representantes das PCD's, órgãos governamentais e instituições de ensino.

Na sequência, os participantes assistiram à apresentação do grupo Dança sobre Rodas, da organização Elos da Vida (Figura 1). Em seguida, deu-se a formação da primeira roda de conversa, de uma sequência de 5 (cinco), distribuídas nos dias de atividade.

Encerrando o Seminário, foi realizada uma aula técnica sobre design e conforto, apresentada por Daniela Auler e comentada por 4 (quatro) docentes das instituições parceiras, que consistiu em um desfile de peças de vestuário inclusivo cedidas do acervo do Concurso Moda Inclusiva, da SEDPCD do Estado de São Paulo e dos finalistas das duas edições (2014 e 2015) do Concurso Ceará Moda Acessível, promovido pelo CEPID (Figura 2). Os modelos des-

Quadro 1– Programação do Seminário Moda Inclusiva Fortaleza 2017

	DIA #1 – 23/3 quinta-feira	DIA #2 – 24/3 sexta-feira
Manhã	<ul style="list-style-type: none"> - Credenciamento - Abertura - Apresentação cultural – Dança Sobre Rodas Elos da Vida - Roda de Conversa PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – Direitos que precisamos saber 	<ul style="list-style-type: none"> - Roda de Conversa INOVAÇÕES – Experiências e oportunidades - Roda de Conversa – MODA INCLUSIVA – Cultura, Formação e Mercado: caminhos de inserção
Tarde	<ul style="list-style-type: none"> - Roda de Conversa MODA & DEFICIÊNCIA – Um mundo de possibilidades - Roda de Conversa MODA INCLUSIVA PARA OS PÉS: Pisando firme quando o assunto são os calçados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desfile – Aula técnica DESIGN E CONFORTO – ergonômico, sensorial, termofisiológico e psicoestético - Experiência sinestésica - Encerramento
Fonte: Arquivos do Seminário Moda Inclusiva Fortaleza, 2017		

Figura 1 – Dança sobre Rodas – Elos da Vida



Fonte: Arquivos do Seminário Moda Inclusiva Fortaleza, 2017

Figura 2 – *Making off* e Desfile-aula técnica



Fonte: Arquivos do Seminário Moda Inclusiva Fortaleza, 2017

se desfile foram pessoas com e sem deficiência, incluindo crianças, com destaque para a participação especial da ex-miss Brasil de 2015, a cearense Melissa Gurgel, que encerrou o desfile.

A apresentação seguinte foi o desfile para deficientes visuais: Uma experiência sinestésica (Figura 3), atividade desenvolvida por estudantes do curso de Design de Moda da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), atividade na qual convidados da plateia participaram da experimentação sensorial com os olhos vendados.

O conteúdo das rodas de conversa foi organizado numa perspectiva crescente, de modo a atrair a atenção dos participantes e contribuir para a melhor compreensão sobre a temática central do evento –

inclusão e moda. Paralelamente às discussões que aconteciam no plenário do CEPID, uma exposição de trabalhos voltados para a moda inclusiva, produzidos pelas instituições parceiras e um *lounge* especialmente montado pelos professores e estudantes do curso Design de Interiores da Faculdade Estácio, montado no hall de entrada do local, possibilitou o fluxo livre dos estudantes do órgão e maior interação desses com o próprio evento em si.

A opção pelas Rodas de Conversa enquanto técnica para fomentar o debate se deu pelo entendimento dos organizadores do evento, percebendo-se como um momento onde todos pudessem, na medida do possível, considerando a estrutura física do espaço e disponibilidade das cadeiras, participar

Figura 3 - Experiência cinestésica



Fonte: Arquivos do Seminário Moda Inclusiva Fortaleza, 2017

Figura 4 - Mesas Redondas



Fonte: Arquivos do Seminário Moda Inclusiva Fortaleza, 2017

ativamente da discussão. De acordo com Moura e Lima (2014, p.98): “A roda de conversa é, no âmbito da pesquisa narrativa, uma forma de produzir dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão.” Essa técnica se configura em uma ferramenta que possibilita reflexão e interação sobre assuntos de propriedade dos sujeitos, que envolvem e permitem observação, diálogo, ponderação e argumentação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização de eventos desta natureza permite a abertura de canais de comunicação entre os participantes levando todos a aprofundar o debate sobre moda inclusiva em ações presentes e futuras. A metodologia favorece surgir demandas e proposições;

estimular as discussões com os vários setores de produção de produtos de moda; ampliar parcerias entre as instituições nas futuras construções e debates, bem como expandir o diálogo com a indústria têxtil e seus associados.

Enquanto finalizamos este texto, um projeto ainda mais ousado fora constituído, seguindo às conclusões e recomendações sinalizadas no Seminário, na perspectiva de que a moda inclusiva contribua sempre mais para ampliar e fortalecer o debate sobre a política de inclusão, mostrando que a moda pode e deve ser democrática, vencendo todas as barreiras e limitações.

Neste projeto, conseguiu-se envolver cursos de moda do estado do Ceará e da capital do estado do Piauí em atividades itinerantes em cada instituição. O objetivo principal é, além de ampliar as discussões

no binômio moda-inclusão, envolver maior número de pessoas com a temática, sensibilizando-as a participar do Seminário Moda Inclusiva Fortaleza 2019, robustecendo ainda mais as possibilidades de Fortaleza Cidade Criativa.

Corroborando com a causa, nossa visão é adotar-mos com propósito, objetivos de abraçar a moda inclusiva como um processo educativo e contribuir com a inserção do design de moda, através de projetos e produções, mobilizando instituições e outras parcerias pela causa, no contexto pensar moda, fazer moda e usar moda.

REFERÊNCIAS

AULER, D. A moda inclusiva. *Revista dObra[s]*, 2014. Disponível em: <http://modainclusiva.sedpcd.sp.gov.br/pdfs/Revista_Dobras.pdf>. Acesso em: 14 out. 2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, 2015.

BRASIL. Estatuto da Pessoa com Deficiência. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm> Acesso em: 08/04/17.

_____. Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm> Acesso em 10 out. 2018.

BROGIN, B. **Gestão de design para moda inclusiva: diretrizes de projeto para experiência do usuário com deficiência motora**. 2015. Dissertação. Mestrado em Design Gráfico. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Gestão-SEPLAG. 2012. Instituto de Pesquisas do Ceará-IPECE. Panorama das pessoas portadoras de alguma deficiência no Ceará. In: **Enfoque Econômico**, Nº 23, fev. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/WJHuos>>. Acesso em: 10 abr. 2016.

COHEN, R; DUARTE, C; BRASILEIRO, A. **Acessibilidade a Museus**. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. Brasília, DF: MinC/Ibram, 2012.

MOTA, M. D. B.; MENDONÇA, A.V. **Acima do peso ou fora da moda?** sobre roupas de tamanhos especiais para mulheres. In: 5º Colóquio de Moda, 2009. 1ª Edição Internacional. *Anais...* Recife: Faculdade Boa Viagem, 2009.

DAL BOSCO, G. L.S. Moda inclusiva: uma análise estética e funcional. Disponível em: http://coloquiomoda.com.br/anais/anais/10-Coloquio-de-Moda_2014/COMUNICACAO-ORAL/CO-EIXO3-CULTURA/CO-Eixo-3-Moda-Inclusiva-Uma-Analise-Estetica-e-Funcional.pdf. Acesso em: 08/04/17

GRAVE, F. **A moda-vestuário e a ergonomia do hemiplégico**. 2007. Dissertação. Mestrado em Moda, Cultura e Arte. Centro Universitário SENAC. São Paulo, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso em: 17 out. 2016.

STEINFELD, E.; TAUKE, B. **Universal design**. 17 ways of thinking and teaching, Oslo: Husbanken, 2002, p. 165-189.

TEIXEIRA, M. F. F. M.; FILGUEIRAS, A. P. A.; MARTINS, F. C. C. L. **Discussões sobre moda inclusiva em Fortaleza-Ceará**. In 14º Colóquio de Moda, 11ª Edição Internacional. 2018. *Anais...* Curitiba, Faculdade Positivo, 2018. Disponível em <<http://www.coloquiomoda.com.br/anais/>> Acesso em 10 out. 2018.

PERFIL SOCIECONÔMICO DO DESIGN DE FORTALEZA

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a intenção do município de Fortaleza, Ceará em concorrer à candidatura para se tornar integrante da Rede de Cidades Criativas da UNESCO no segmento Design, a equipe do Observatório de Fortaleza, do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) elaborou este artigo que descreve algumas características socioeconômicas envolvendo o setor design na Cidade.

2 METODOLOGIA

Para a definição do campo de atuação dos designers, considerou-se adaptar o conceito abordado pela UNESCO e pelo Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações, 2011 – 2014, Ministério da Cultura (MinC), para selecionar uma lista de 141 códigos de atividades com base nas Subclasse da Classificação Nacional das Atividades Econômicasⁱ (CNAE 2.0). No entanto, essa metodologia considera apenas o mercado formal, não contabilizando estatísticas do informal. Outro ponto diz respeito a não especificação da atividade essencialmente criativa de design

pela CNAE 2.0, podendo abranger atividades não criativas no segmento.

Utilizou-se as bases de dados da Relação Anual de Informação Social, do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS/MTE), para as informações relativas ao mercado de trabalho formal, dos anos de 2010 a 2016.

Para a análise da distribuição das empresas exportadoras e importadoras relacionadas ao setor de design em Fortaleza, foram realizados filtros a partir da CNAEⁱⁱ, selecionadas para refletir o campo do design na Cidade, sob a perspectiva da distribuição espacial por bairros.

Em relação aos valores de exportação e importação, os filtros foram construídos a partir dos códigos de carga NCM-SHⁱⁱⁱ (Nomenclatura Comum do Mercosul - Sistema Harmonizado), utilizados pelo Ministério da Indústria, Comércio e Serviços.

3 O PERFIL DOS DESIGNERS FORMAIS EM FORTALEZA

Segundo a RAIS, registrou-se no Ceará, em 2016, 1.443.365 empregos formais com vínculo ativo e em Fortaleza 773.033 (representando 53,56% dos empregos do Estado). Desses empregos na capital, 68.628 (4,75%) são do segmento de design. A capital contempla 38,23% dos empregos do Ceará desse campo de atuação (179.494). Vale ressaltar que

1- Economista, Mestre em Economia e Analista de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Fortaleza, anderson.bezerra@fortaleza.ce.gov.br.

2- Estatístico, Mestre em Estatística e Analista de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Fortaleza, romulo.andrade@fortaleza.ce.gov.br.

para cada 3 mulheres ocupantes desses vínculos empregatícios, têm-se 2 homens (ver Gráfico 1), no entanto, essa diferença proporcional é reduzida para 52,44% quando observamos a atuação no Estado do Ceará.

Apesar desses empregos serem ocupados em sua maioria por mulheres, a remuneração média mensal nominal dos homens foi ligeiramente superior (de R\$ 1.321,63 dos homens e R\$ 1.159,44 das mulheres), ver Gráfico 2. O Gráfico 3 mostra a remuneração pelo grau de instrução, a remuneração média nominal na capital do Ceará foi de R\$ 1.221,86, porém, mais de 65%

dos empregos são ocupados por pessoas de nível médio (Gráfico 4) e que apenas 6,58% possuem pelo menos o ensino superior incompleto. Quando se observa os empregos ocupados por doutores a remuneração média chega a R\$ 6,3 mil. É notável a diferença na distribuição do número de empregos no campo do design e nos demais empregos entre os níveis de escolari-

Gráfico 1

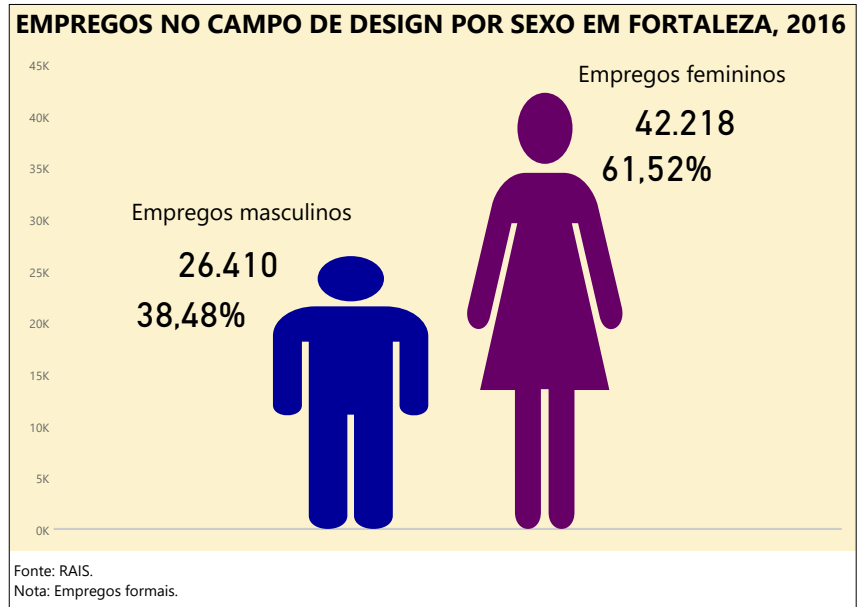


Gráfico 2

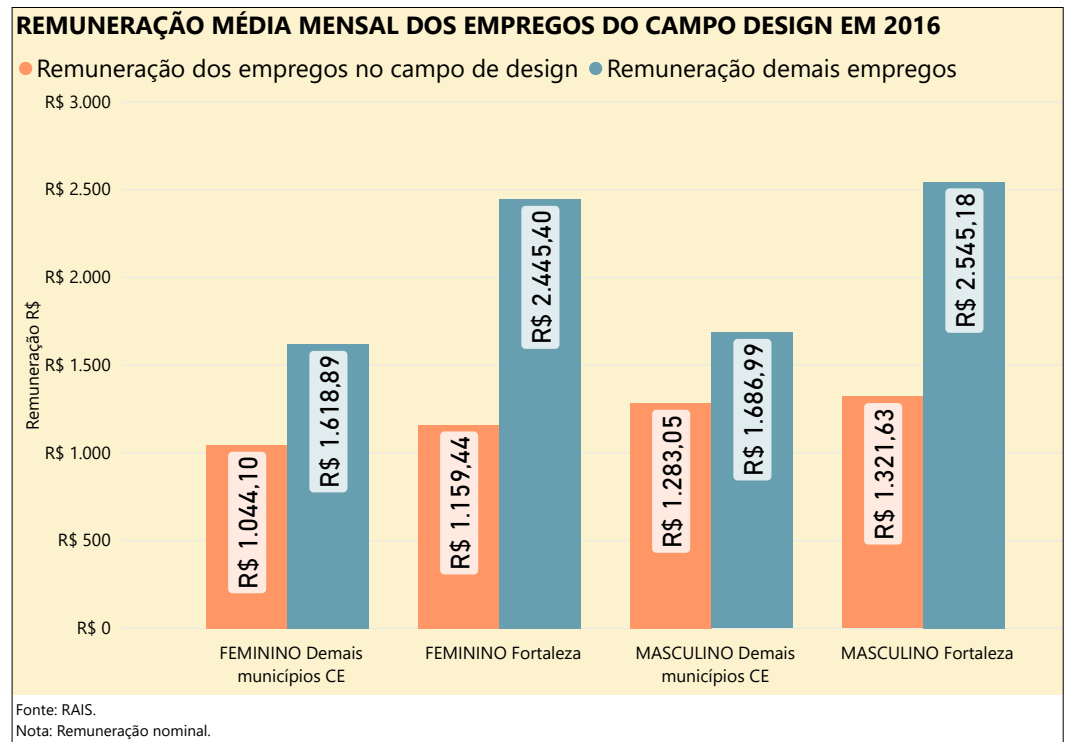
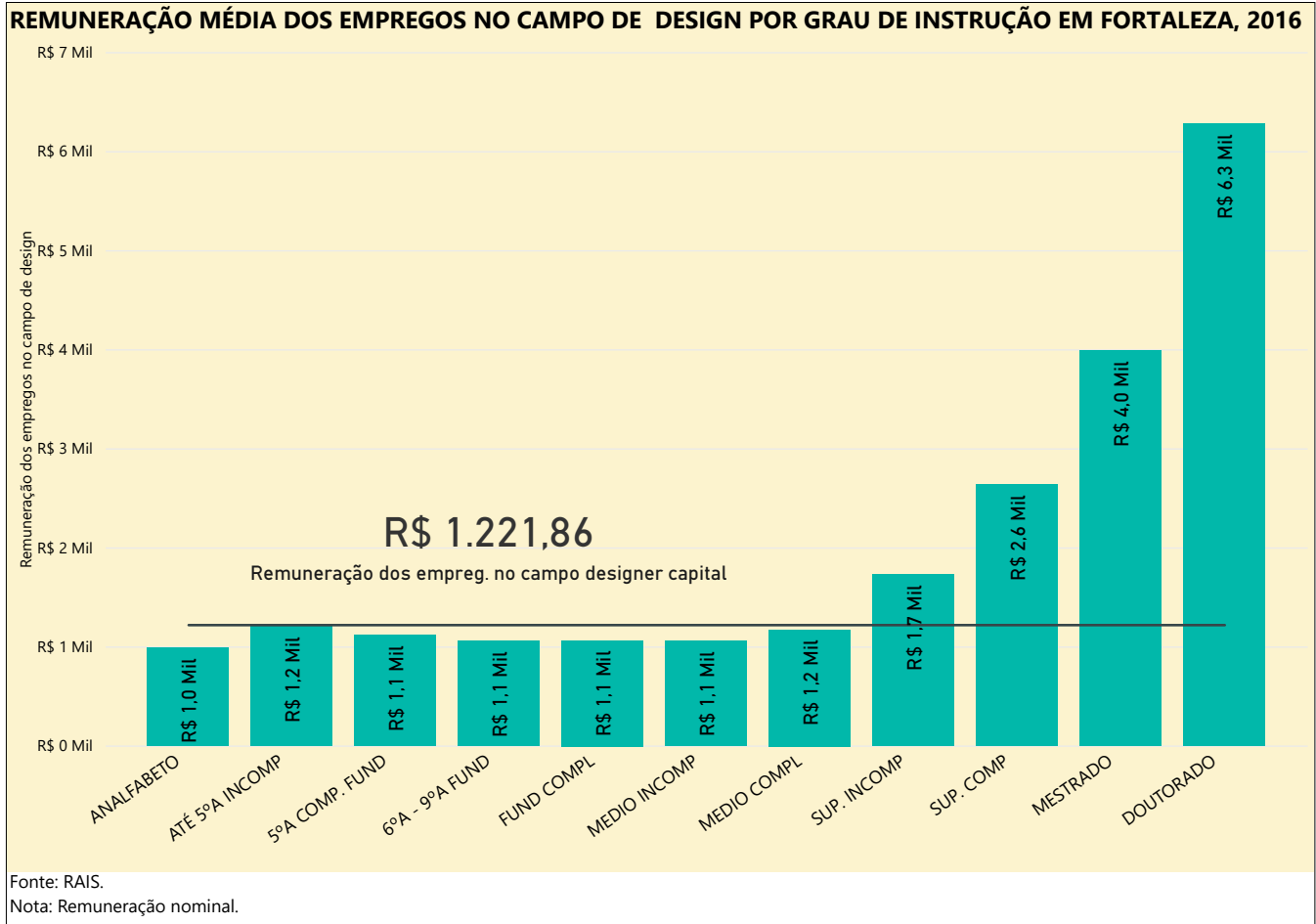


Gráfico 3



dade, 93,41% dos vínculos do segmento design são ocupados por pessoas com escolaridade inferior ou igual ao médio completo, já para os demais segmentos essa proporção cai para 70,28%.

Os bairros com as maiores concentrações de empregos de design são: Centro (23,16%), Parangaba (8,26%), Barra do Ceará (7,47%), Meireles (5,49%), Cocó (5,45%), Serrinha (4,54%) e Aldeota (4,45%) (ver Gráfico 5).

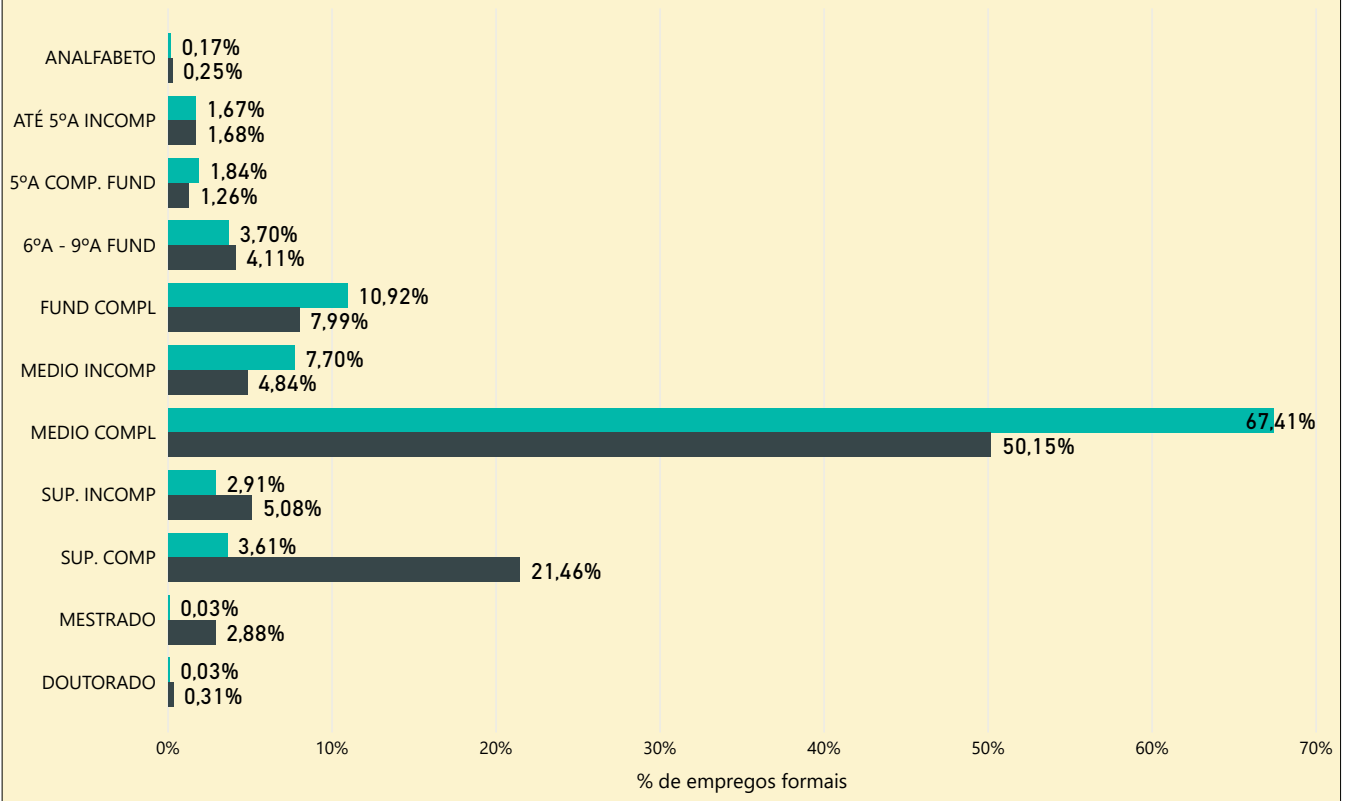
4 OS DESIGNERS NAS CAPITALS BRASILEIRAS

Observando o número de empregos formais entre as capitais brasileiras, Fortaleza ocupa a 7ª (sétima) capital com o maior número, quando se trata de empregos do campo de design São Paulo e Rio de Janeiro persistem em primeiro e segundo lugar com os maiores números, seguido de Fortaleza, com respectivamente 320.327, 126.457 e 68.628 vínculos empregatícios formais em 2016, como mostram os

Gráfico 4

PERCENTUAL DE EMPREGOS FORMAIS NO CAMPO DE DESIGN POR GRAU DE INSTRUÇÃO EM FORTALEZA 2016.

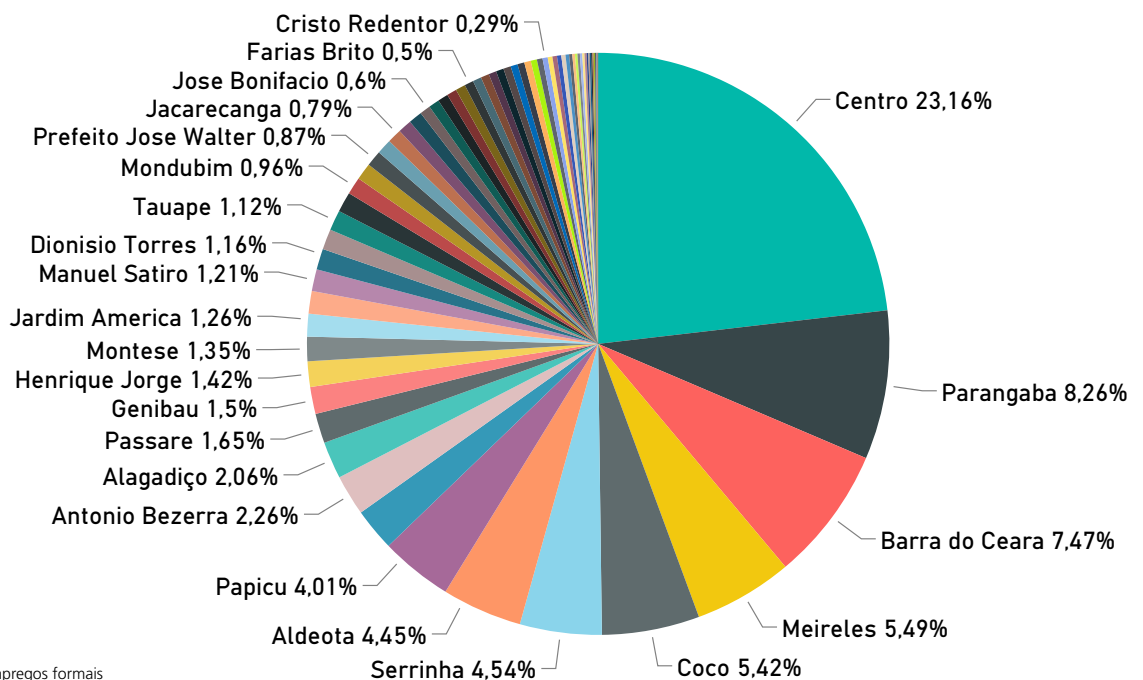
● Emprego no campo de design ● Demais empregos



Fonte: RAIS.
Nota: Empregos formais.

Gráfico 5

DISTRIBUIÇÃO DE EMPREGOS NO CAMPO DE DESIGN POR BAIRRO EM FORTALEZA 2016



Fonte: RAIS. Nota: Empregos formais

Gráfico 6

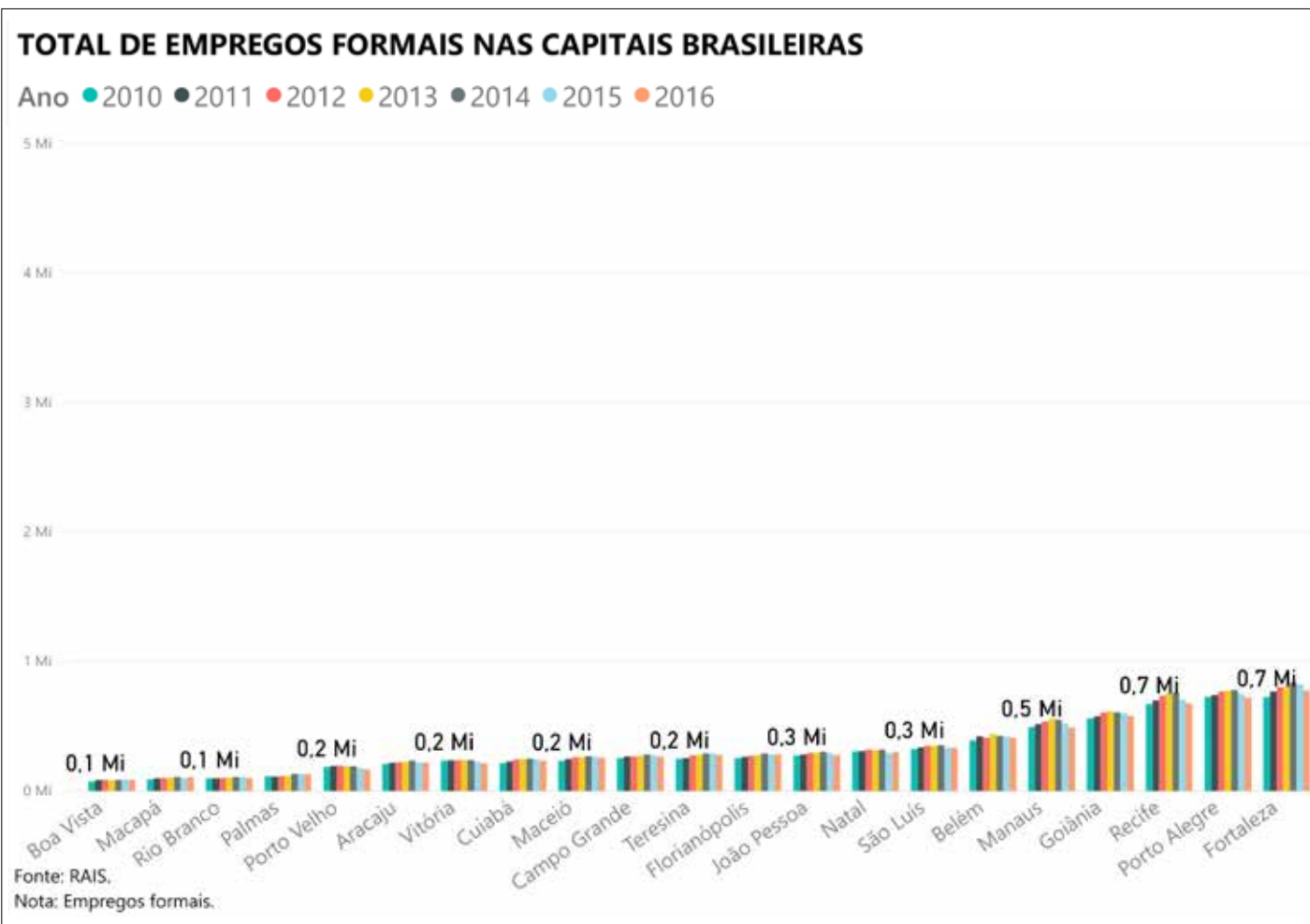
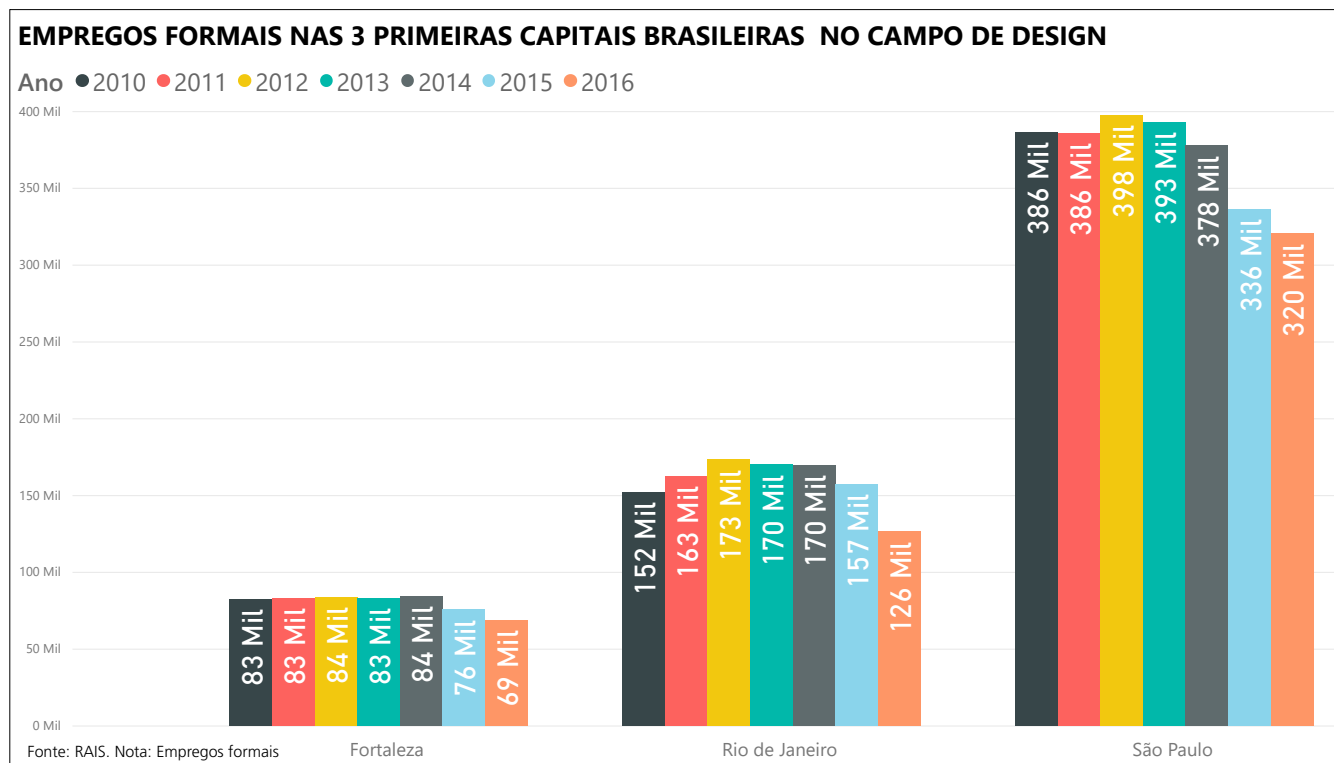
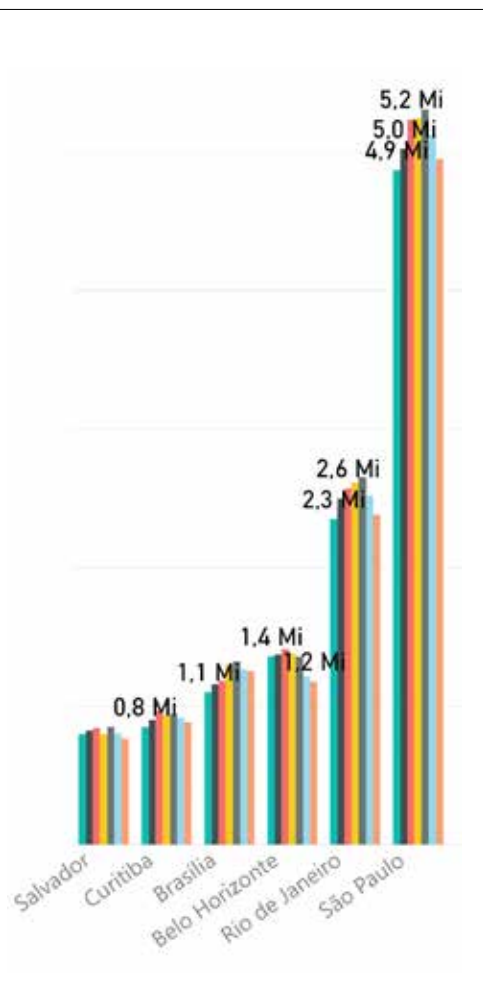


Gráfico 7





Gráficos 6 e 7. Ou seja, Fortaleza passa da sétima para a terceira capital quando se trata de empregos do segmento de design.

Nota-se uma redução do número de empregos formais a partir de 2014 até 2016, devido à forte recessão econômica. O Gráfico 9 apresenta a variação do número formal de empregos em relação ao ano anterior, não só dos empregos do campo de design, como também para todos os empregos formais. Percebe-se que a variação negativa resvalou de alguma forma mais fortemente no campo de design. Essa queda é registrada principalmente no que diz respeito à classe da Cnae2.0: “confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas” (ver Gráfico 10).

Gráfico 8

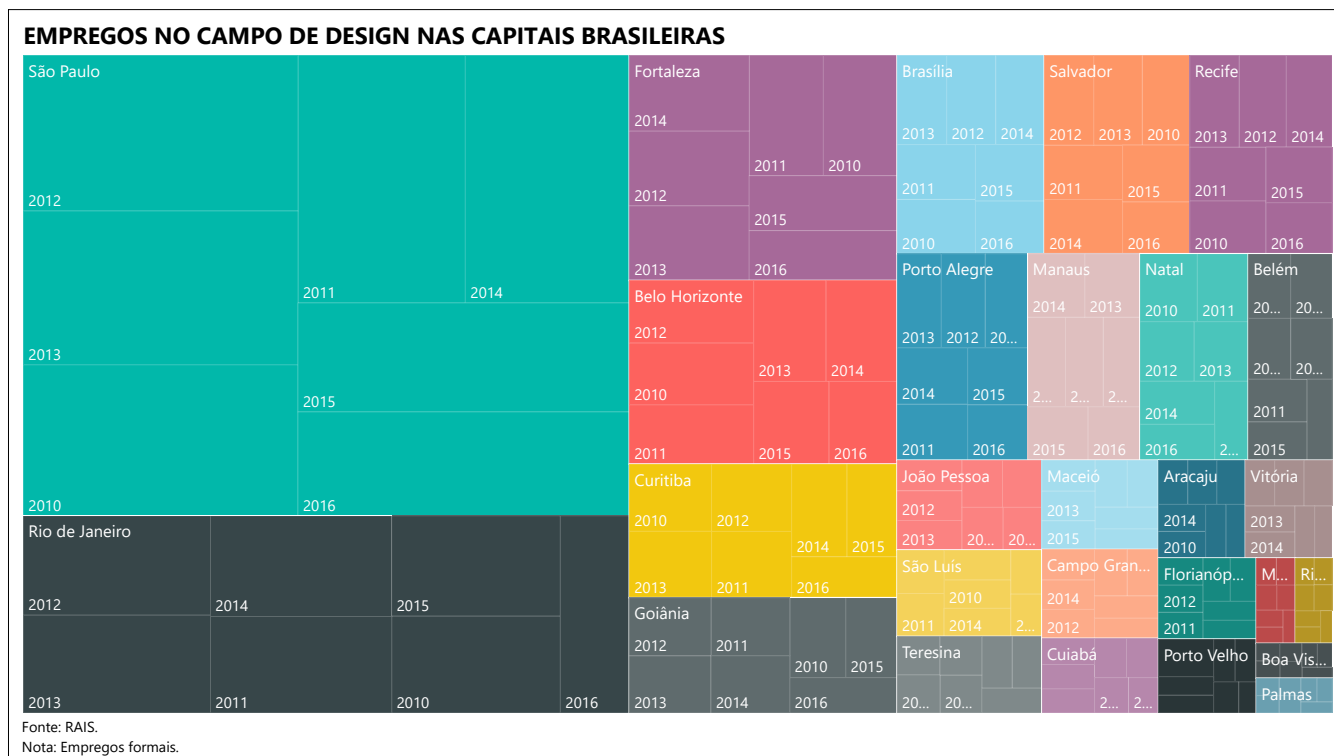


Gráfico 9

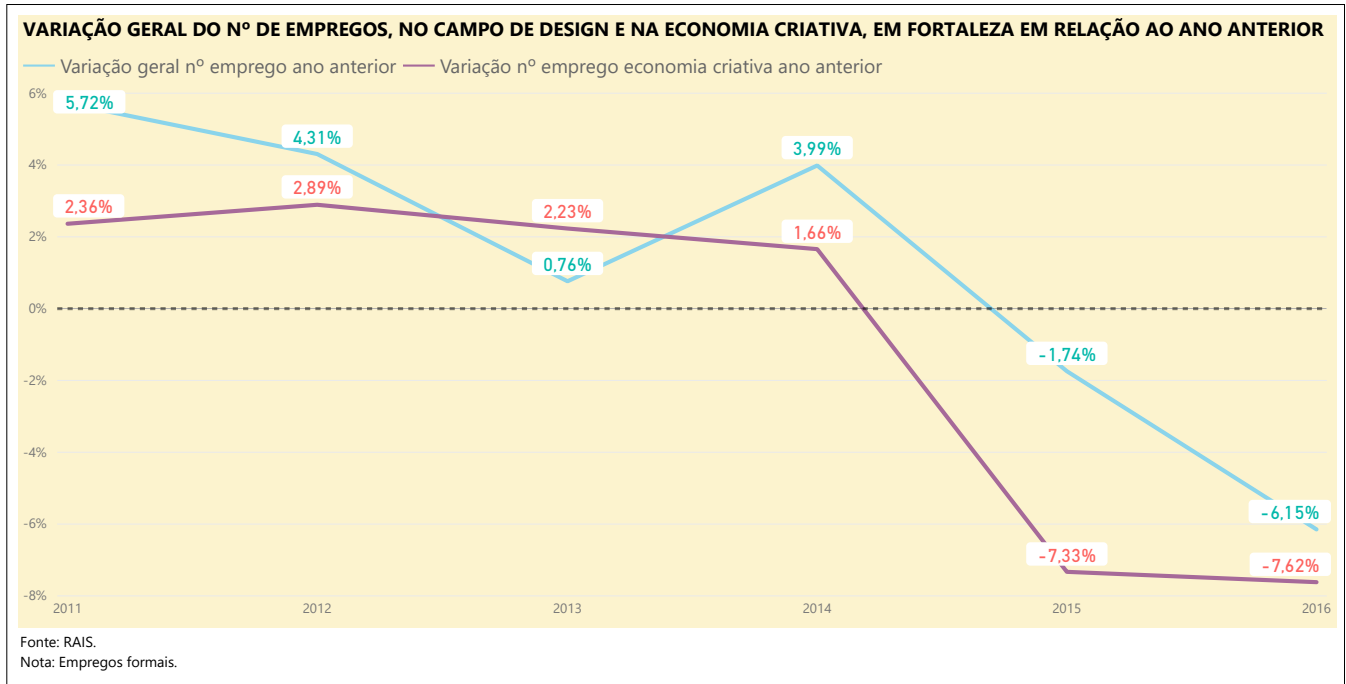


Gráfico 10

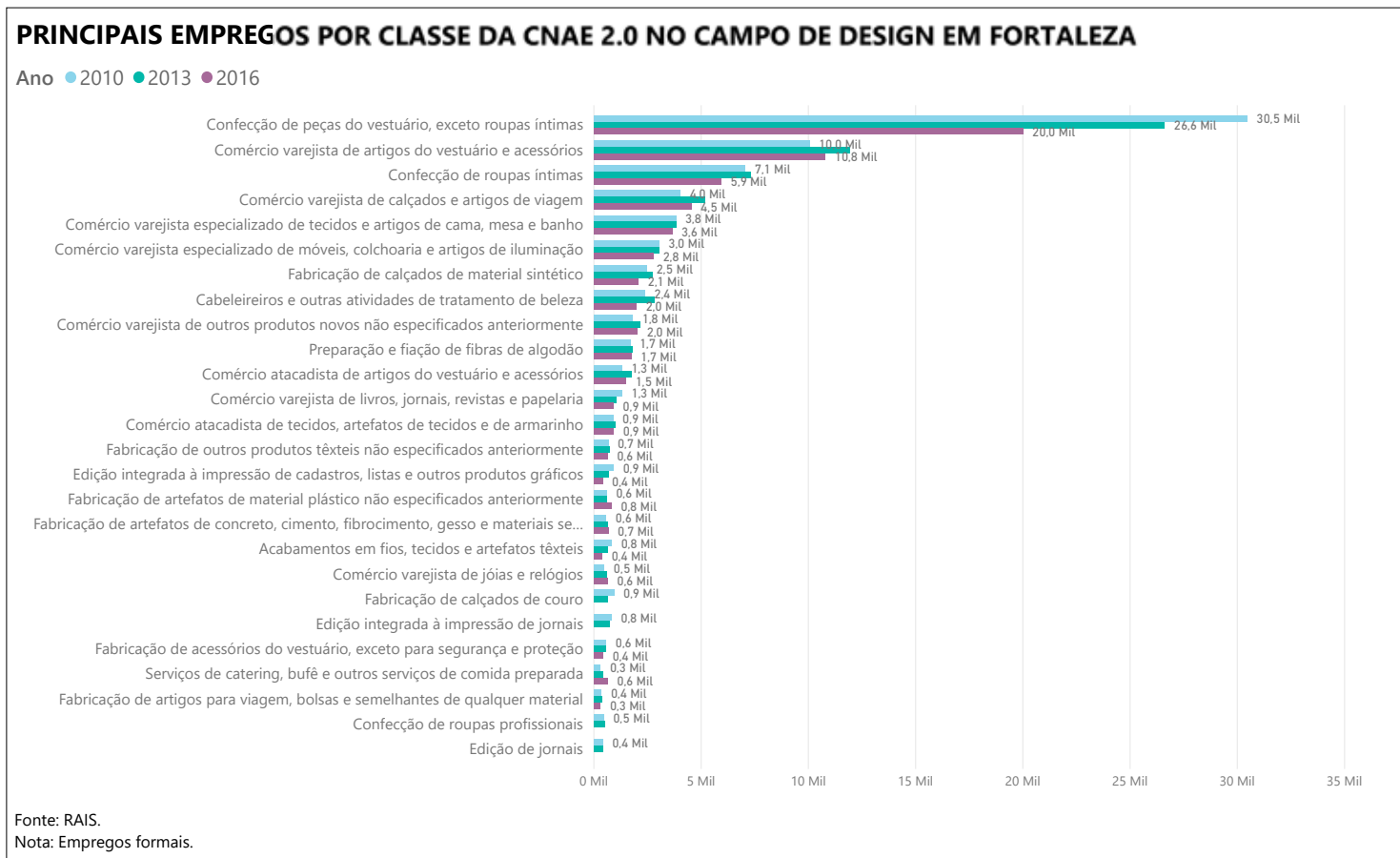
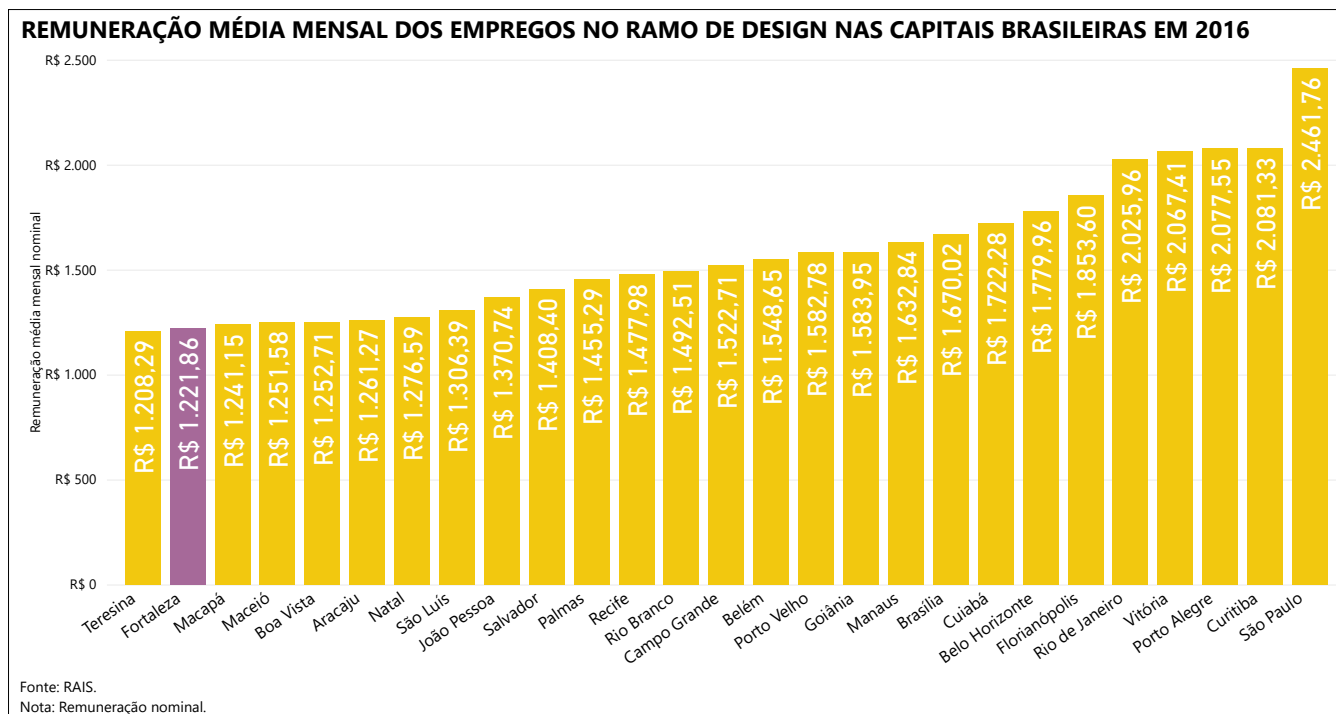


Gráfico 11



No tocante a remuneração média mensal nominal dos empregos de design, São Paulo possui a melhor remuneração média (R\$ 2.461,76), seguido de Curitiba (R\$ 2.081,33) e Porto Alegre (R\$ 2.077,55). Fortaleza ocupa a penúltima posição das maiores remunerações (R\$ 1.221,86). Isto é, apesar de ocupar a terceira posição com o maior número de empregos, ocupa o penúltimo lugar na remuneração, entre as capitais brasileiras em 2016 (ver Gráfico 11).

A Tabela 1 apresenta os principais empregos com crescimento positivo entre os anos de 2014 e 2016, destacam-se: Fabricação de artefatos de material plástico, Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias, Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes, Comércio varejista de joias e relógios, Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada, Fabricação de acessórios do vestuário, exceto

Tabela 1: Principais empregos formais com crescimento entre 2014 e 2016 em Fortaleza.

Denominação Classe	Quantidade	Varição em relação ao ano anterior	Ano
Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente	824	15,41%	2016
Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	236	286,89%	2016
Construção de obras-de-arte especiais	235	14,63%	2016
Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	744	86,47%	2015
Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	668	27,97%	2015
Fabricação de tecidos de malha	312	267,06%	2015
Atividades paisagísticas	214	38,06%	2015
Comércio varejista de artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	199	57,94%	2015
Comércio varejista de joias e relógios	691	13,09%	2014
Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente	660	10,37%	2014
Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	655	15,72%	2014
Construção de obras-de-arte especiais	581	159,38%	2014
Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	522	18,37%	2014
Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia	318	488,89%	2014
Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	313	10,21%	2014
Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	288	246,99%	2014
Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	227	17,62%	2014
Atividades paisagísticas	155	58,16%	2014
Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis	149	26,27%	2014
Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	145	20,83%	2014
Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares	144	35,85%	2014
Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem	144	220,00%	2014
Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	143	34,91%	2014
Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão	114	12,87%	2014
Edição integrada à impressão de livros	107	52,86%	2014

Fonte: RAIS. Elaboração própria.

para segurança e proteção e Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia.

5 O DESIGN DE FORTALEZA NO COMÉRCIO INTERNACIONAL.

A partir dos dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, o número total de empresas exportadoras em 2017 eram 114, enquanto que as empresas importadoras eram 317. Restringindo àquelas empresas, cujas CNAEs principais são relacionadas ao setor do design, haviam no mesmo ano, 50 exportadoras (-23,08% em relação a 2016) e 66 importadoras (-1,59% em relação a 2016). A variação na série histórica com início em 2011, para o setor de design, foi de -34,65% empresas importadoras e -16,67% empresas exportadoras, na cidade de Fortaleza.

Também foi avaliada a distribuição das empresas no campo design, conforme os bairros da cidade, para isso observou-se o seguinte panorama nos anos de 2011, 2014 e 2017:

Em 2011, 52,54% das empresas exportadoras ligadas ao Design concentravam-se em 4 bairros (31 empresas), em 2014, 57,14% (24 empresas) se distribuíam em 5 bairros, já em 2017 esta distribuição se reduz para 50% em 6 bairros. Nota-se o deslocamento para os bairros Centro e Aldeota com o passar dos anos.

Já as empresas importadoras no setor tiveram a seguinte dinâmica espacial ao longo dos anos, em 2011, 51 (50,49%) empresas importadoras no ramo do design estavam distribuídas em 5 bairros da cidade, no ano de 2014, 55 empresas (50,92%) nesse setor estavam também praticamente nos mesmos 5 bairros, porém em

Gráfico 12

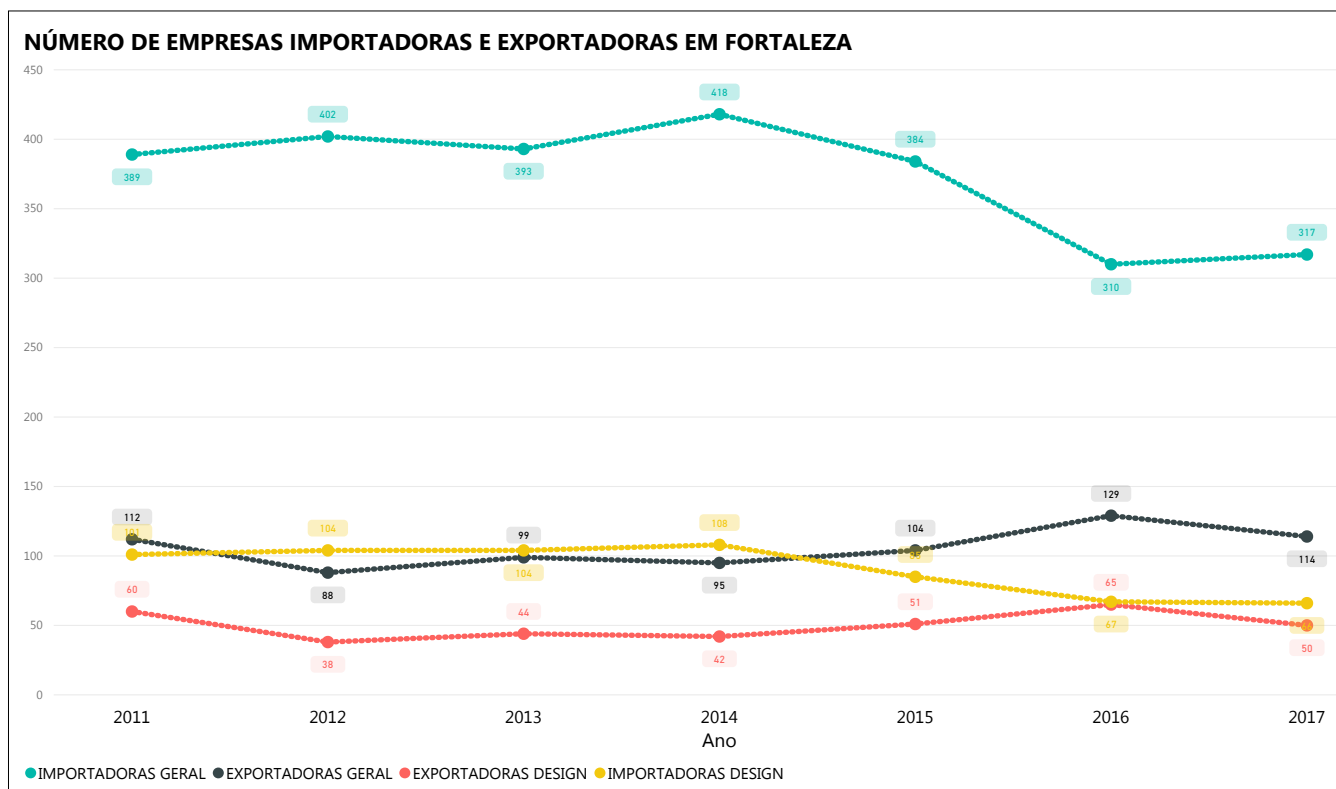


Gráfico 13

Nº DE EMPRESAS EXPORTADORAS POR BAIRRO (DESIGN) - 2011

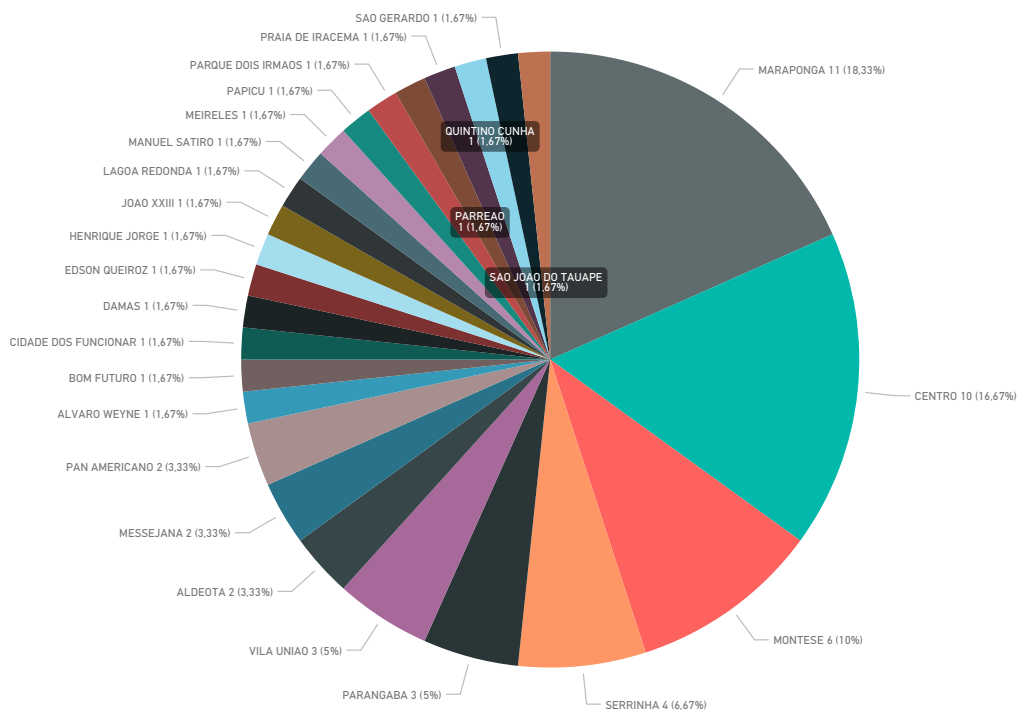


Gráfico 14

Nº DE EMPRESAS EXPORTADORAS POR BAIRRO (DESIGN) - 2014

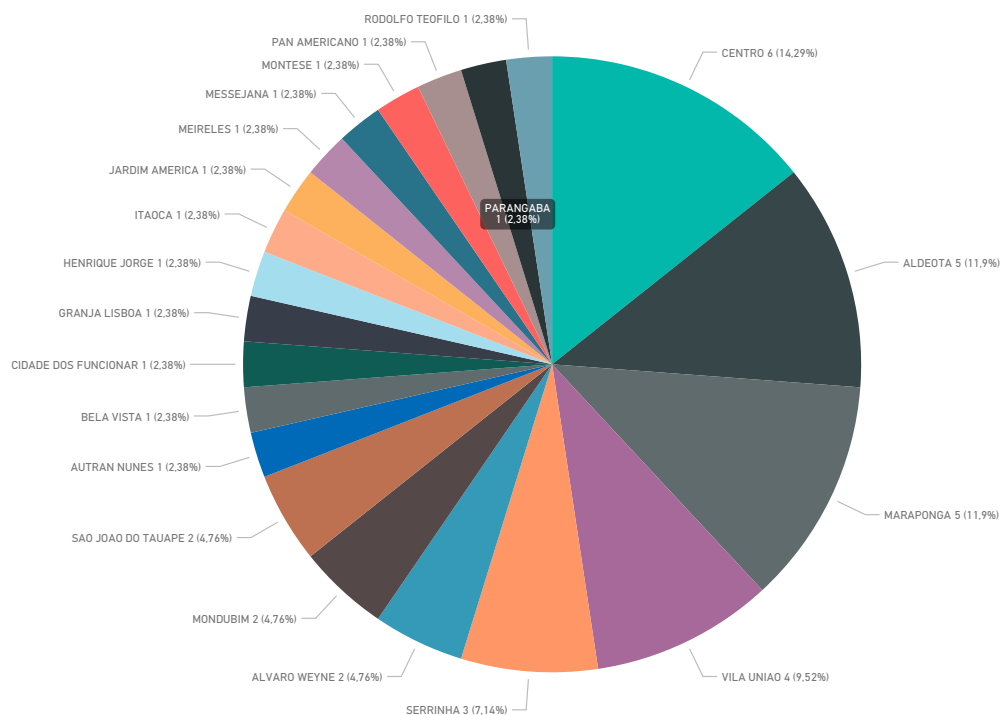


Gráfico 15

Nº DE EMPRESAS EXPORTADORAS POR BAIRRO (DESIGN) - 2017

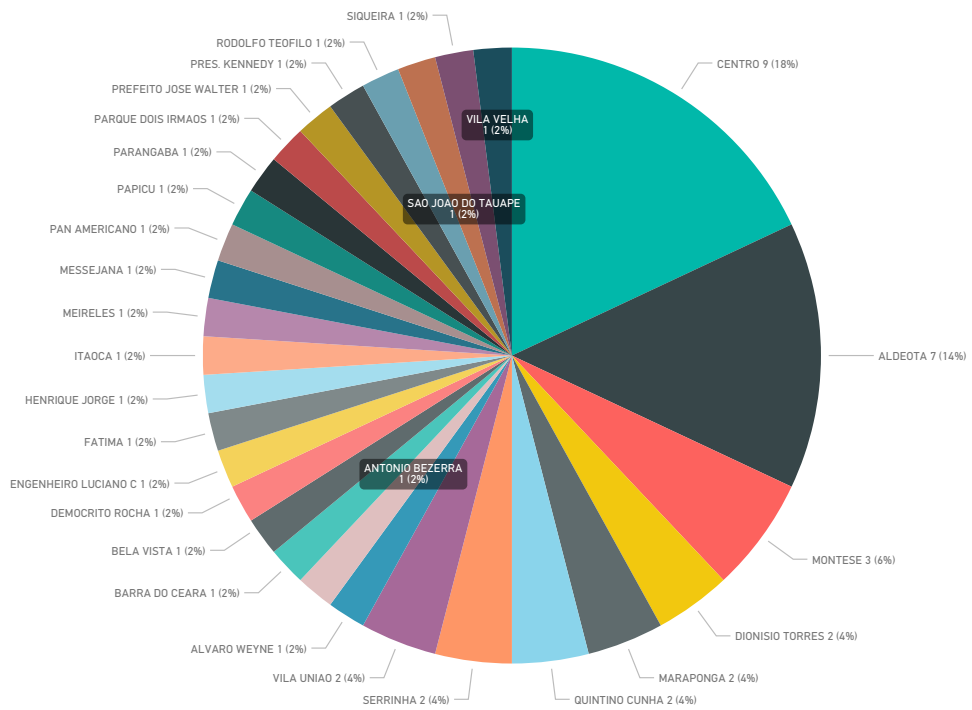


Gráfico 16

Nº DE EMPRESAS IMPORTADORAS POR BAIRRO (DESIGN) - 2011

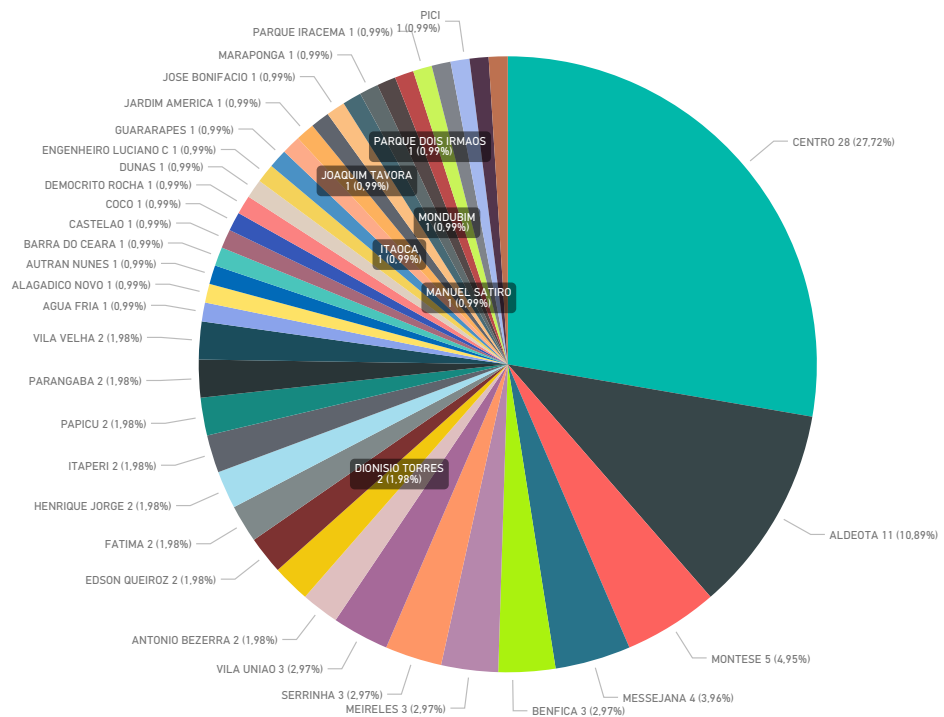


Gráfico 17

Nº DE EMPRESAS IMPORTADORAS POR BAIRRO (DESIGN) - 2014

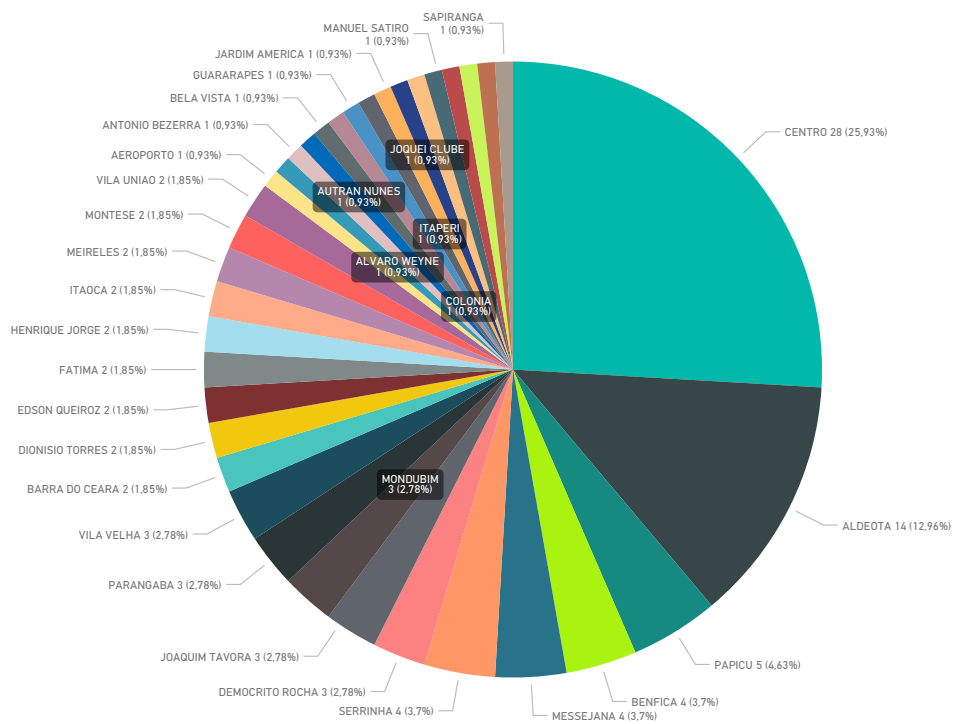
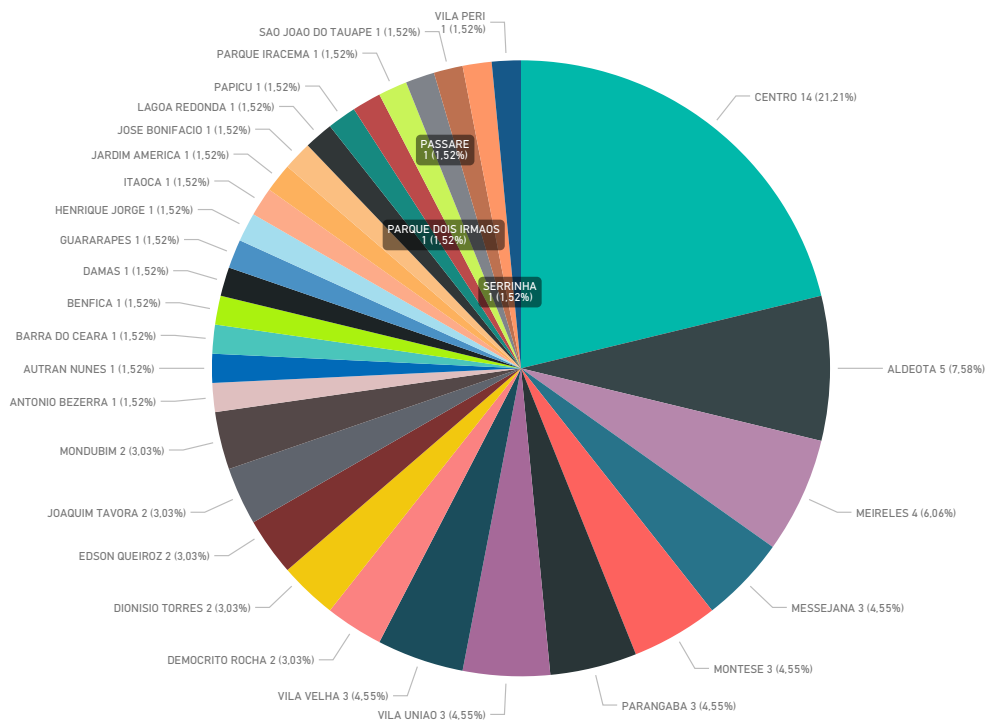


Gráfico 18

Nº DE EMPRESAS IMPORTADORAS POR BAIRRO (DESIGN) - 2017



2017 o cenário já é consideravelmente pior, apesar da maior distribuição pela cidade, mas devido à redução de empresas no mercado como um todo, têm-se nesse ano 35 empresas (53,05% do total de importadoras no setor), distribuídas em 7 bairros da cidade.

6 VOLUME DE EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES

Ao observarmos o volume de exportações do setor, em 2011, Fortaleza exportou US\$ 6.109.732 (FOB), e em 2017 US\$ 6.998.484,00 (FOB), mas com grande oscilação no intervalo, pode-se ver especialmente com o pico seguido de forte queda no setor entre os anos de 2013 e 2015, lembrando que entre 2014 e 2016 hou-

ve a pior crise econômica da história brasileira. O principal destino das exportações do design fortalezense foi Cuba, que em 2011 demandava aproximadamente 25% do volume de exportações, a participação já em 2013 dobra (50,83%) e mantém essa proporção nos anos posteriores.

Já no que diz respeito a importação de produtos relacionados ao design, o maior mercado fornecedor para Fortaleza é a China que cresce de uma participação, já majoritária, em 2011, de 55,78% para 79,61% em 2017, entretanto ressalta-se a drástica redução do volume de importações entre 2015 e 2017, caindo de US\$ 71.953.449 para US\$ 46.466.533.

Tabela 2: Distribuição das empresas exportadoras e importadoras do setor design em Fortaleza entre 2011 e 2017

2011			2014			2017		
Bairro	Exportadoras	%	Bairro	Exportadoras	%	Bairro	Exportadoras	%
Maraponga	11	18,33%	Centro	6	14,29%	Centro	9	18,00%
Centro	10	16,67%	Aldeota	5	11,90%	Aldeota	7	14,00%
Montese	6	10,00%	Maraponga	5	11,90%	Montese	3	6,00%
Serrinha	4	6,67%	Vila União	5	11,90%	Dionísio Torres	2	4,00%
Demais Bairros	29	48,33%	Serrinha	3	7,14%	Maraponga	2	4,00%
			Demais Bairros	18	42,86%	Quintino Cunha	2	4,00%
						Demais Bairros	25	50,00%
Total	60	100,00%		42	100,00%		50	100,00%

2011			2014			2017		
Bairro	Importadoras	%	Bairro	Importadoras	%	Bairro	Importadoras	%
Centro	28	27,72%	Centro	28	25,93%	Centro	14	21,21%
Aldeota	11	10,89%	Aldeota	14	12,96%	Aldeota	5	7,58%
Montese	5	4,95%	Papicu	5	4,63%	Meireles	4	6,06%
Messejana	4	3,96%	Benfica	4	3,70%	Messejana	3	4,55%
Benfica	3	2,97%	Messejana	4	3,70%	Montese	3	4,55%
Demais Bairros	50	49,50%	Demais Bairros	53	49,07%	Parangaba	3	4,55%
						Vila União	3	4,55%
						Demais Bairros	31	46,97%
Total	101	100,00%		108	100,00%		66	100,00%

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Gráfico 19

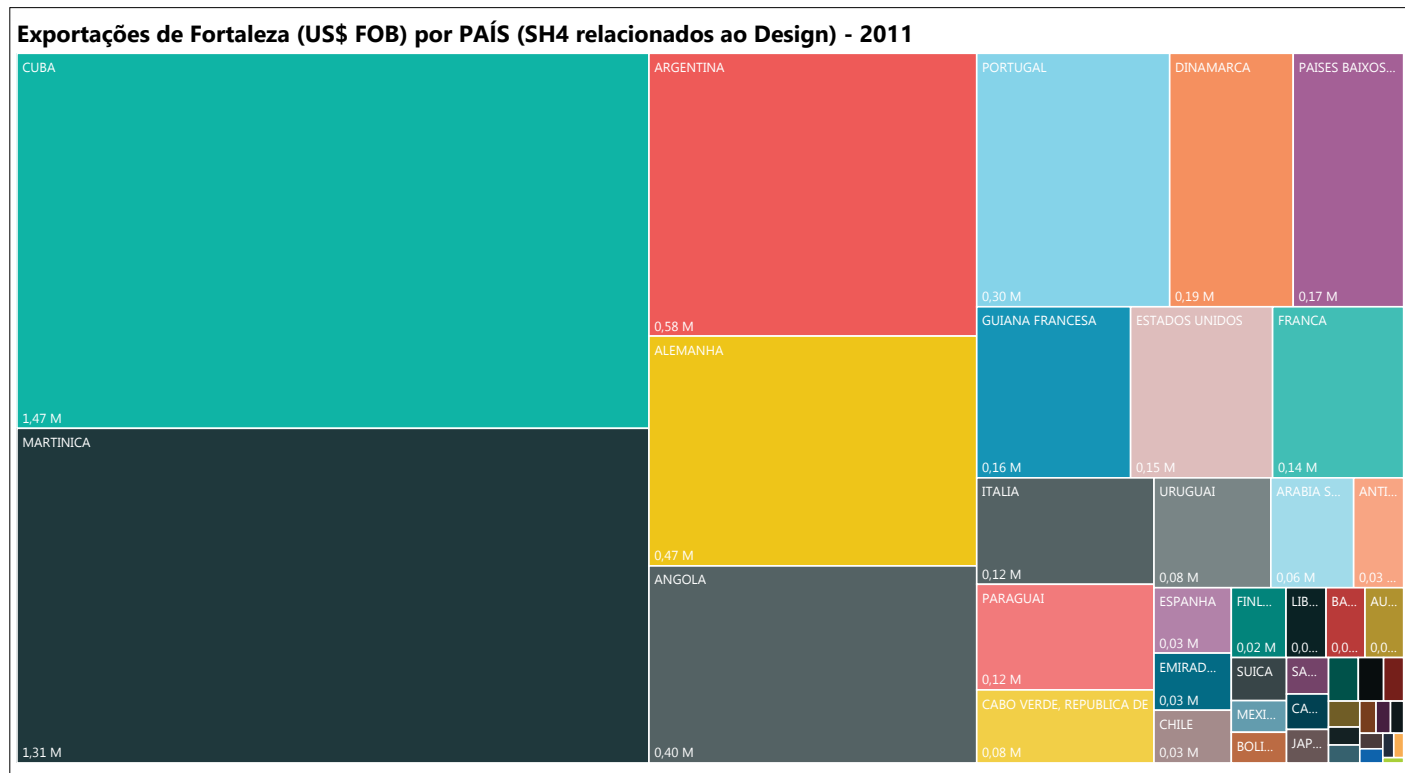


Gráfico 20

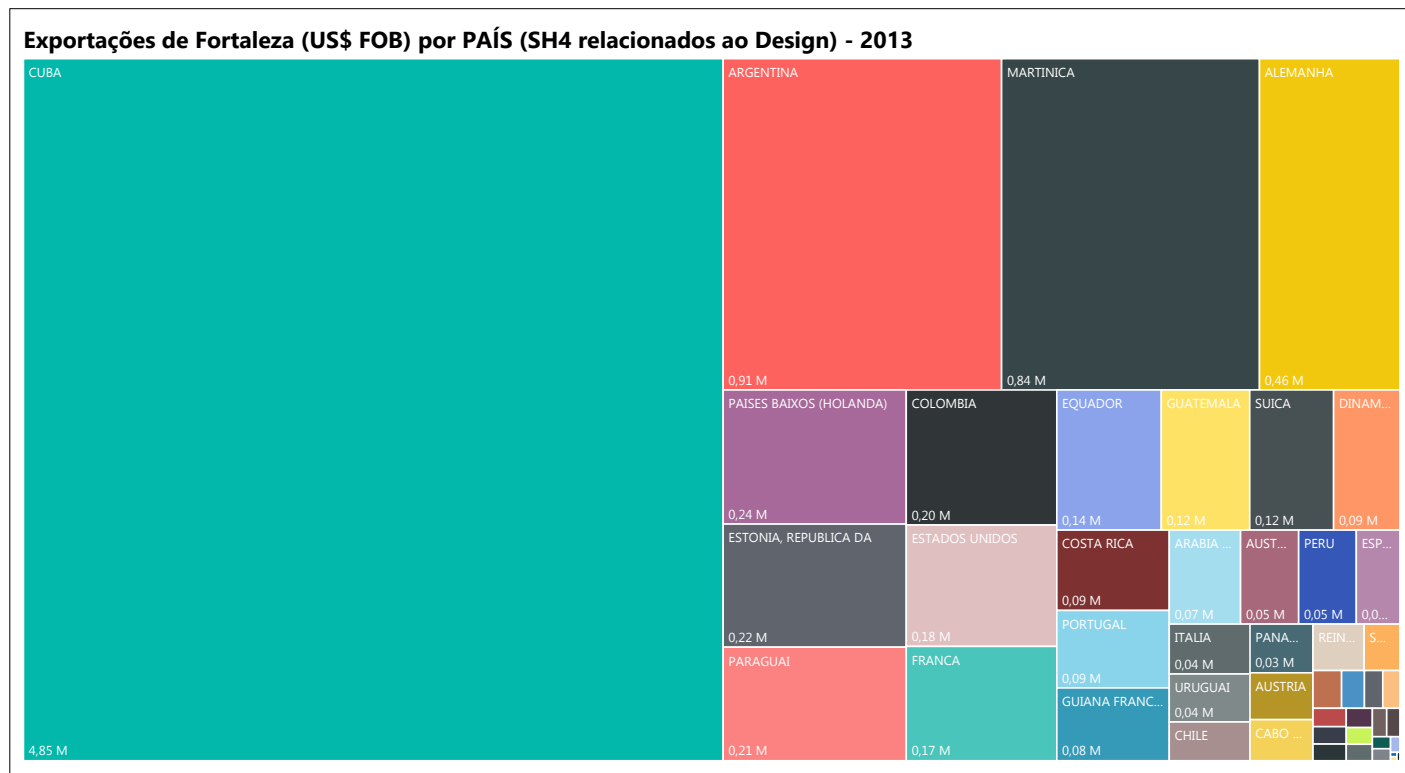


Gráfico 25



Gráfico 26

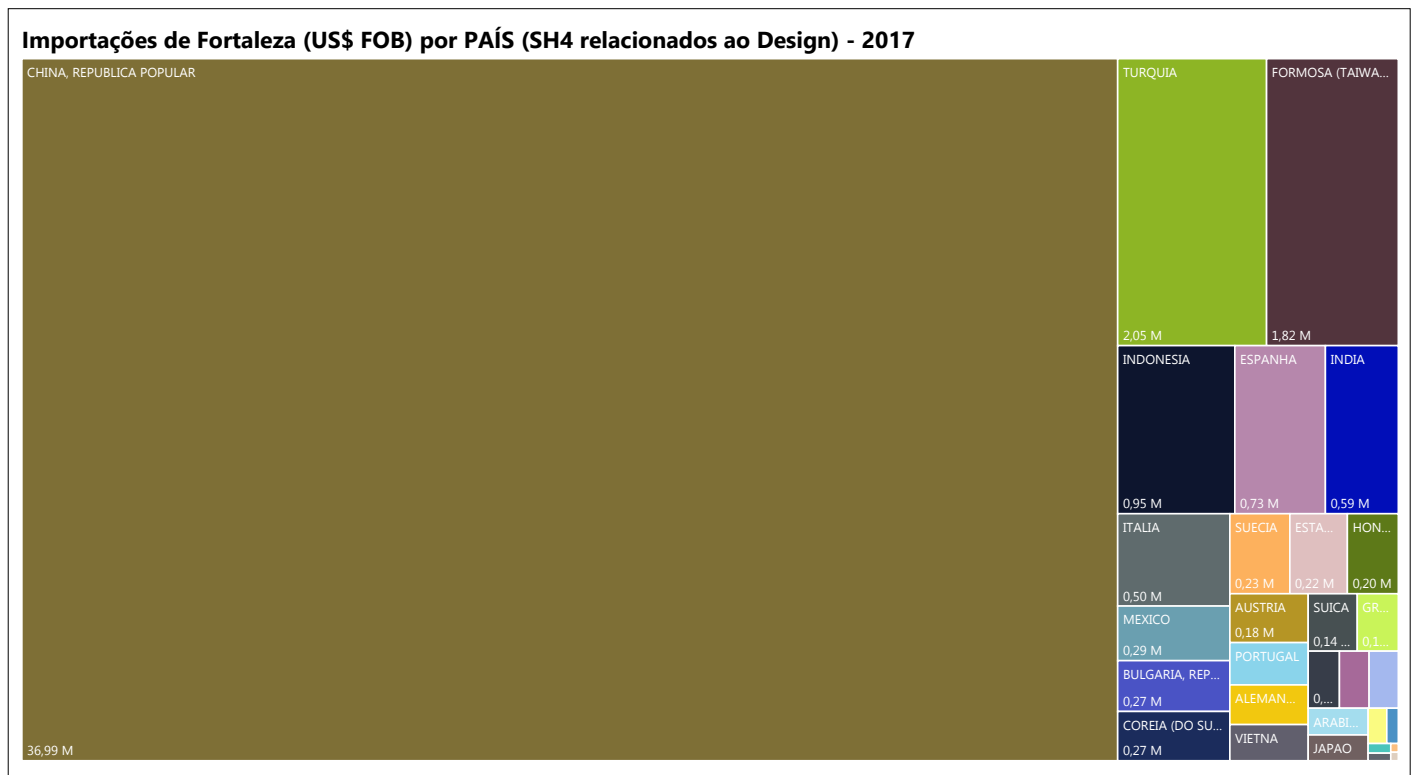


Tabela 3: Relação dos países, origens e destinos, de importação e exportação do setor design em Fortaleza em US\$ (FOB)

Exportações (US\$ 1000) de Fortaleza (FOB) por país destino (SH4 relacionados ao Design) - 10 maiores							
DESTINO	2011	DESTINO	2013	DESTINO	2015	DESTINO	2017
CUBA	\$ 1.472	CUBA	\$ 4.848	CUBA	\$ 2.539	CUBA	\$ 4.118
MARTINICA	\$ 1.313	ARGENTINA	\$ 910	ARGENTINA	\$ 399	ARGENTINA	\$ 484
ARGENTINA	\$ 575	MARTINICA	\$ 843	ESTADOS UNIDOS	\$ 364	MARTINICA	\$ 350
ALEMANHA	\$ 468	ALEMANHA	\$ 459	MARTINICA	\$ 262	ESTADOS UNIDOS	\$ 275
ANGOLA	\$ 401	HOLANDA	\$ 242	PARAGUAI	\$ 237	PARAGUAI	\$ 269
PORTUGAL	\$ 304	ESTONIA	\$ 222	COLOMBIA	\$ 186	ALEMANHA	\$ 230
DINAMARCA	\$ 194	PARAGUAI	\$ 205	ALEMANHA	\$ 180	COSTA RICA	\$ 114
HOLANDA	\$ 174	COLOMBIA	\$ 201	FRANCA	\$ 153	URUGUAI	\$ 101
GUIANA FRANCESA	\$ 163	ESTADOS UNIDOS	\$ 180	COSTA RICA	\$ 152	ESPANHA	\$ 98
ESTADOS UNIDOS	\$ 151	FRANCA	\$ 170	HOLANDA	\$ 145	TAILANDIA	\$ 96
DEMAIS PAÍSES	\$ 895	DEMAIS PAÍSES	\$ 1.256	DEMAIS PAÍSES	\$ 1.208	DEMAIS PAÍSES	\$ 864
TOTAL	\$ 6.110	TOTAL	\$ 9.538	TOTAL	\$ 5.826	TOTAL	\$ 6.998

Importações (US\$ 1.000) de Fortaleza (FOB) por país de origem (SH4 relacionados ao Design) - 10 maiores							
ORIGEM	2011	ORIGEM	2013	ORIGEM	2015	ORIGEM	2017
CHINA	\$ 33.531,03	CHINA	\$ 51.411,37	CHINA	\$ 56.468,99	CHINA	\$ 36.992,44
ESTADOS UNIDOS	\$ 5.970,27	HONG KONG	\$ 3.149,23	INDONESIA	\$ 3.176,20	TURQUIA	\$ 2.054,42
ALEMANHA	\$ 3.282,03	MEXICO	\$ 2.286,83	ESPANHA	\$ 2.686,68	FORMOSA (TAIWAN)	\$ 1.817,77
HONG KONG	\$ 2.236,68	ESPANHA	\$ 1.684,89	FORMOSA (TAIWAN)	\$ 2.666,52	INDONESIA	\$ 946,80
FORMOSA (TAIWAN)	\$ 1.695,09	FORMOSA (TAIWAN)	\$ 1.608,81	ITALIA	\$ 1.085,59	ESPANHA	\$ 732,10
FINLANDIA	\$ 1.380,04	ALEMANHA	\$ 1.569,14	HONG KONG	\$ 646,33	INDIA	\$ 589,23
REINO UNIDO	\$ 1.360,78	SUICA	\$ 1.441,96	FINLANDIA	\$ 640,72	ITALIA	\$ 498,17
ITALIA	\$ 1.315,56	ITALIA	\$ 1.370,28	COREIA (DO SUL)	\$ 541,45	MEXICO	\$ 294,65
AUSTRIA	\$ 1.252,12	ESTADOS UNIDOS	\$ 1.075,85	ESTADOS UNIDOS	\$ 535,73	BULGARIA	\$ 274,08
INDONESIA	\$ 1.203,88	FINLANDIA	\$ 1.004,48	TURQUIA	\$ 413,63	COREIA (DO SUL)	\$ 265,84
DEMAIS PAÍSES	\$ 6.884,50	DEMAIS PAÍSES	\$ 4.852,66	DEMAIS PAÍSES	\$ 3.091,61	DEMAIS PAÍSES	\$ 2.001,04
TOTAL	\$ 60.111,98	TOTAL	\$ 71.455,49	TOTAL	\$ 71.953,45	TOTAL	\$ 46.466,53

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio e Serviços

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. Bases Estatísticas RAIS e CAGED. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>> Acesso em: 04 outubro de 2018.

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. **Relação Anual de Informações Sociais**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>> Acesso em: 16 outubro de 2018.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria de Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011-2014**. Brasília: Minc, 2011. 148 p. Disponível em: <http://www2.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/09/Plano-da-Secretaria-da-Economia-Criativa.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tabela CNAE**. Disponível em: <<https://cnae.ibge.gov.br/?view=estrutura>>. Acesso em: 01 novembro de 2018.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 1666**, de 04 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/anexoOutros.action?idArquivoBinario=45477>> . Acesso em: 10 novembro de 2018.

Tabela 4: Participação por país destino e país de origem

Exportação - Participação por país destino (SH4 relacionados ao Design) - 10 maiores							
DESTINO	2011	DESTINO	2013	DESTINO	2015	DESTINO	2017
CUBA	24,09%	CUBA	50,83%	CUBA	43,59%	CUBA	58,84%
MARTINICA	21,49%	ARGENTINA	9,55%	ARGENTINA	6,85%	ARGENTINA	6,92%
ARGENTINA	9,42%	MARTINICA	8,84%	ESTADOS UNIDOS	6,24%	MARTINICA	5,00%
ALEMANHA	7,66%	ALEMANHA	4,81%	MARTINICA	4,50%	ESTADOS UNIDOS	3,94%
ANGOLA	6,56%	HOLANDA	2,54%	PARAGUAI	4,07%	PARAGUAI	3,85%
PORTUGAL	4,97%	ESTONIA	2,33%	COLOMBIA	3,19%	ALEMANHA	3,28%
DINAMARCA	3,18%	PARAGUAI	2,15%	ALEMANHA	3,09%	COSTA RICA	1,62%
HOLANDA	2,84%	COLOMBIA	2,10%	FRANCA	2,63%	URUGUAI	1,44%
GUIANA FRANCESA	2,68%	ESTADOS UNIDOS	1,89%	COSTA RICA	2,62%	ESPANHA	1,41%
ESTADOS UNIDOS	2,47%	FRANCA	1,78%	HOLANDA	2,49%	TAILANDIA	1,36%
DEMAIS PAÍSES	14,65%	DEMAIS PAÍSES	13,16%	DEMAIS PAÍSES	20,74%	DEMAIS PAÍSES	12,35%
	100,00%		100,00%		100,00%		100,00%

Importação - Participação por país de origem (SH4 relacionados ao Design) - 10 maiores							
ORIGEM	2011	ORIGEM	2013	ORIGEM	2015	ORIGEM	2017
CHINA	55,78%	CHINA	71,95%	CHINA	78,48%	CHINA	79,61%
ESTADOS UNIDOS	9,93%	HONG KONG	4,41%	INDONESIA	4,41%	TURQUIA	4,42%
ALEMANHA	5,46%	MEXICO	3,20%	ESPANHA	3,73%	TAIWAN	3,91%
HONG KONG	3,72%	ESPANHA	2,36%	TAIWAN	3,71%	INDONESIA	2,04%
TAIWAN	2,82%	TAIWAN	2,25%	ITALIA	1,51%	ESPANHA	1,58%
FINLANDIA	2,30%	ALEMANHA	2,20%	HONG KONG	0,90%	INDIA	1,27%
REINO UNIDO	2,26%	SUICA	2,02%	FINLANDIA	0,89%	ITALIA	1,07%
ITALIA	2,19%	ITALIA	1,92%	COREIA (DO SUL)	0,75%	MEXICO	0,63%
AUSTRIA	2,08%	ESTADOS UNIDOS	1,51%	ESTADOS UNIDOS	0,74%	BULGARIA	0,59%
INDONESIA	2,00%	FINLANDIA	1,41%	TURQUIA	0,57%	COREIA (DO SUL)	0,57%
DEMAIS PAÍSES	11,45%	DEMAIS PAÍSES	6,79%	DEMAIS PAÍSES	4,30%	DEMAIS PAÍSES	4,31%
	100,00%		100,00%		100,00%		100,00%

Fonte: Ministério da Indústria, Comércio e Serviços

i - 122900, 1311100, 1312000, 1313800, 1314600, 1321900, 1322700, 1323500, 1330800, 1340501, 1340502, 1340599, 1351100, 1352900, 1353700, 1354500, 1359600, 1411801, 1411802, 1412601, 1412602, 1412603, 1413401, 1413402, 1413403, 1414200, 1421500, 1422300, 1510600, 1521100, 1529700, 1531901, 1531902, 1532700, 1533500, 1539400, 1540800, 1629301, 1629302, 1749400, 1822900, 2099101, 2219600, 2229301, 2229302, 2229303, 2229399, 2319200, 2330301, 2330302, 2330303, 2330304, 2330399, 2349401, 2349499, 2391501, 2399101, 2599301, 2599302, 2599399, 2670102, 3211601, 3211602, 3211603, 3212400, 3220500, 3299001, 3299002, 3299003, 3299004, 3299005, 3299006, 4212000, 4616800, 4641901, 4641903, 4642701, 4643501, 4643502, 4649404, 4649405, 4649406, 4649410, 4689302, 4754701, 4754703, 4755501, 4755502, 4755503, 4759801, 4761001, 4761002, 4781400, 4782201, 4783101, 4783102, 4785701, 4785799, 4789001, 4789002, 4789003, 4789006, 4789008, 5620104, 5811500, 5812300, 5813100, 5819100, 5821200, 5822100, 5822900, 5829800, 5911101, 5911102, 5913800, 7111100, 7119703, 7119799, 7319001, 7410201, 7410202, 7420001, 7420002, 7420003, 7420004, 8130300, 8230002, 9001901, 9001903, 9001904, 9001905, 9001906, 9002702, 9003500, 9102301, 9102302, 9103100, 9529105, 9529106, 9602501, 9609201

ii - CNAEs primárias: 1229, 1311, 1312, 1313, 1314, 1321, 1322, 1323, 1330, 1340, 1351, 1352, 1353, 1354, 1359, 1411, 1412, 1413, 1414, 1421, 1422, 1510, 1521, 1529, 1531, 1532, 1533, 1539, 1540, 1629, 1749, 1822, 2099, 2219, 2319, 2330, 2349, 2399, 2599, 2670, 3211, 3212, 3220, 3299, 4212, 4616, 4641, 4642, 4643, 4649, 4689, 4754, 4755, 4759, 4761, 4781, 4782, 4783, 4785, 4789, 5620, 5811, 5812, 5813, 5819, 5821, 5822, 5823, 5829, 5913, 7111, 7119, 7410, 7420, 8130, 8230, 9003, 9102, 9103, 9529, 9602, 9609

iii - Códigos de cargas NCM-SH4 utilizados: 3701, 3702, 3703, 3704, 3705, 3706, 3707, 3918, 3922, 3924, 4014, 4015, 4107, 4108, 4109, 4112, 4113, 4114, 4201, 4202, 4203, 4204, 4205, 4206, 4301, 4302, 4303, 4304, 4404, 4410, 4411, 4412, 4414, 4418, 4419, 4420, 4421, 4503, 4504, 4601, 4602, 4802, 4804, 4805, 4806, 4807, 4808, 4810, 4811, 4814, 4815, 4817, 4819, 4820, 4821, 4822, 4823, 4901, 4902, 4903, 4904, 4905, 4906, 4907, 4908, 4909, 4910, 4911, 5007, 5105, 5111, 5112, 5113, 5208, 5209, 5210, 5211, 5212, 5309, 5310, 5311, 5407, 5408, 5512, 5513, 5514, 5515, 5516, 5602, 5603, 5607, 5608, 5701, 5702, 5703, 5704, 5705, 5801, 5802, 5803, 5804, 5805, 5806, 5807, 5808, 5809, 5810, 5811, 5901, 5902, 5903, 5904, 5905, 5906, 5907, 6001, 6002, 6003, 6004, 6005, 6006, 6101, 6102, 6103, 6104, 6105, 6106, 6107, 6108, 6109, 6110, 6111, 6112, 6113, 6114, 6115, 6116, 6117, 6201, 6202, 6203, 6204, 6205, 6206, 6207, 6208, 6209, 6210, 6211, 6212, 6213, 6214, 6215, 6216, 6217, 6301, 6302, 6303, 6304, 6305, 6306, 6307, 6308, 6309, 6310, 6401, 6402, 6403, 6404, 6405, 6406, 6501, 6502, 6503, 6504, 6505, 6506, 6507, 6601, 6602, 6603, 6701, 6702, 6703, 6704, 6801, 6802, 6803, 6804, 6805, 6806, 6807, 6808, 6809, 6810, 6811, 6812, 6813, 6814, 6815, 6907, 6908, 6910, 6911, 6912, 6913, 6914, 7001, 7002, 7003, 7004, 7005, 7006, 7007, 7008, 7009, 7010, 7013, 7014, 7015, 7016, 7017, 7018, 7019, 7020, 7101, 7102, 7103, 7104, 7105, 7106, 7107, 7108, 7109, 7110, 7111, 7112, 7113, 7114, 7115, 7116, 7117, 7118, 7319, 7323, 7324, 7417, 7418, 7419, 7508, 7615, 7616, 7806, 7907, 8007, 8101, 8102, 8103, 8104, 8105, 8106, 8107, 8108, 8109, 8110, 8111, 8112, 8113, 8215, 8306, 8308, 8310, 9001, 9002, 9003, 9004, 9101, 9102, 9103, 9104, 9105, 9106, 9107, 9108, 9109, 9110, 9111, 9112, 9113, 9114, 9201, 9202, 9203, 9204, 9205, 9206, 9207, 9208, 9209, 9401, 9402, 9403, 9404, 9405, 9406, 9501, 9502, 9503, 9505, 9508, 9601, 9602, 9603, 9605, 9606, 9607, 9608, 9609, 9610, 9614, 9615, 9617, 9618, 9701, 9702, 9703, 9704, 9705, 9706

O DESENHO PARTICIPATIVO COMO FERRAMENTA DE DEMOCRATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO¹

1 INTRODUÇÃO

O presente aborda uma breve discussão sobre os aspectos teóricos e conceituais referente ao tema da participação social, contemplado sob o olhar do planejamento urbano e da gestão democrática das cidades. Tal tema leva em consideração processos e práticas de diálogo e envolvimento comunitário, através de estudos teóricos que veem o desenho participativo como ferramenta chave para a melhoria da cidade contemporânea.

Desenhar o espaço urbano é uma das competências de maior responsabilidade e importância do Arquiteto Urbanista. O domínio da técnica de projeto representa uma parcela importante no processo de mudança do que entendemos como

espaço. Os estudos no campo do urbanismo apontam que essa mudança deve ocorrer em diversas esferas, não somente no espaço físico. É importante, então, que o estudante e o profissional de projeto tenham essa consciência, de forma que sua atuação reflita na sociedade de forma positiva e traga melhorias concretas para a comunidade que vive nesse espaço. Para isso, é necessário um trabalho multidisciplinar e o conhecimento coletivo, inseridos em um contexto onde não só o arquiteto urbanista é capaz de mudar a realidade com a ferramenta criativa do projeto, mas também os demais saberes envolvidos (técnicos ou populares). Por isso, o Desenho Participativo, entendido como o ato de projetar coletivamente, torna-se o protagonista dentro dessa questão.

A participação social é assim muito importante para a democratização do espaço urbano. Democracia não acontece apenas no campo político (poderes executivo e legislativo) ou técnico (administração pública); passa pelo cotidiano e o conhecimento intrínseco a ele, que pode e deve influenciar as decisões coletivas, em especial, àquelas capitaneadas pelos gestores públicos. Em projeto urbano, a democracia acontece no processo de desenho, analisando e incorporando pensamentos e soluções aplicadas empiricamente pelos próprios usuários, vistos agora não

1- Esse artigo é parte da fundamentação teórica do Trabalho de Conclusão de Curso do estudante de graduação Carlos Eduardo Freitas de Meneses, em desenvolvimento no Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário 7 de Setembro, desenvolvido sob orientação e parceria com o prof. André Araújo Almeida.

2- Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7), estagiário no Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), Cadumns@gmail.com.

3- Arquiteto pela Politecnico di Torino (Turim, Itália); Arquiteto Urbanista pela Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, Brasil); Especialista em Gestão de Negócios Imobiliários pela Universidade de Fortaleza (Fortaleza, Brasil) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (São Paulo, Brasil). Professor universitário no Centro Universitário 7 de Setembro (UNI7) e na Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

mais como meros beneficiários de tais projetos, mas como verdadeiros agentes, atuantes quanto às decisões projetuais. É o cidadão quem deve ser o foco, já que são estes quem melhor compreendem as questões mais delicadas das dinâmicas urbanas presentes, e que muitas vezes passam despercebidas pelos corpos técnicos e pelos agentes públicos. Isso reflete positivamente na maneira em que essas pessoas se relacionam com o espaço e conseqüentemente na vida em comunidade, enriquecendo as relações sociais existentes, ampliando o senso de pertencimento e valorizando o conhecimento bem como o trabalho coletivo e multidisciplinar, com o envolvimento de todos os agentes responsáveis. Aumentam-se as chances de real mudança social da realidade, tornando-a ativa, dinâmica e integrada.

2 O QUE É PARTICIPAÇÃO E O QUE É PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS URBANOS?

A pesquisadora italiana Marianella Sclavi (et al 2002, p. 08), nos ajuda a compreender que, “[...] a ideia de uma administração pública (a partir de agora, AP) que envolve os habitantes no planejamento dos espaços urbanos em que residem e/ou trabalham é efetivamente alheia à tradição cultural e política italiana.”⁴ É com esta afirmação da autora que observamos semelhanças com a realidade brasileira, onde pouco ou nada existe referente à participação social na nossa cultura política. Esse é o ponto referencial deste trabalho.

Na Itália, essa discussão em prol do Desenho Participativo se inicia no começo do século XXI (SCLARI, et al, 2002) enquanto que no Brasil, no final da década de 1990 já existem registros de uma preocupação com o tema. A realidade brasileira aparentava, portanto, mais promissora. Essa discussão foi abordada pela ONU na Conferência

Habitat II (em Istambul, 1996), um dos marcos internacionais de valorização dos métodos de participação social, e registrada a experiência brasileira em um livro que nos mostra o papel da sociedade diante dos Planos e dos Projetos Urbanos de Interesse Social. Organizado por Nabil Bonduki (1996). A obra compila reflexões e críticas sobre vários aspectos de abordagem à participação da sociedade em projetos e planos urbanísticos nas cidades brasileiras

Segundo os registros presentes nessa obra (BONDUKI, 1996), podemos perceber uma mudança significativa em torno desse assunto no Brasil, quando o Terceiro Setor passa a aplicar métodos de participação em plena consonância com as ideias mais avançadas de democracia. Como previa a Constituição de 1988, a participação popular já era uma realidade colocada como instrumento de consolidação do Estado Democrático de Direito, através da ideia de democracia não apenas representativa, mas também participativa.

Esse conceito de democracia participativa deve ser incorporado não apenas por organizações não-governamentais, mas também por gestores e seus respectivos atos decisórios no exercício dos seus poderes como agentes públicos. Nesse sentido, a participação ganha força, de modo que a sociedade não precisa se restringir apenas à escolha dos seus gestores, mas desenvolver métodos que proporcionem o pleno exercício da cidadania. No campo gestão pública, a população pode assumir um papel mais ativo na definição dos planos, orçamentos, projetos e demais estratégias de governo. Esses métodos devem ser incorporados ao processo de condução do desenvolvimento das cidades, garantindo assim acesso à diversos serviços e direitos de forma mais justa.

O fato é que a sociedade brasileira tem a garantia constitucional à sua fiel participação. No campo da política urbana, a Constituição também define, em seu artigo 182, a obrigatoriedade de elaboração e execução de Plano Diretor para municípios

4- “L’idea di una pubblica amministrazione (d’ora in poi PA) che coinvolge gli abitanti nella progettazione degli spazi urbani in cui risiedono e/o lavorano è effettivamente estranea alla tradizione culturale e politica italiana.” (Tradução nossa.)

com mais de 20.000 (vinte mil) habitantes. Esse é o instrumento básico da política urbana, que garante à sociedade o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, como garantir o acesso à terra urbanizada, a segurança e bem-estar, com direito à moradia, à infraestrutura e ao saneamento básico, ao lazer e ao convívio comunitário. Essa política, pelos benefícios que traz à vida em sociedade, deve sem dúvida ser construída de forma coletiva (ASCHER, 2010).

A política urbana nacional consolida-se em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), lei, em seu art. 2º, reforça a necessidade do cumprimento de dois conceitos: gestão democrática e participativa; e cumprimento da função social da propriedade urbana.

Art. 2º - A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

[...]

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. (FIORILLO, 2012, p. 60)

Sendo assim, a participação da população deve ser incluída em todas as ações que promovam o ordenamento e o desenvolvimento urbano, desde o início do processo de planejamento até o seu resultado final, completando-se na elaboração e implementação dos instrumentos de monitoramento e avaliação dos resultados. Essa participação em projetos e planos urbanísticos se dá através da inserção de pontos de vista diversos, com destaque ao dos agentes sociais e usuários dos espaços no qual se pretende intervir. Esses olhares somam-se aos dos técnicos e demais agentes públicos.

O processo do **Projeto Participativo** é visto como promissor em diversas áreas do conhe-

cimento, mais precisamente na área do planejamento e da gestão pública, que caracterizam seu significado a decisões em conjunto. Quanto a isso, Lana (2007) nos atenta para a seguinte questão:

No processo participativo, o usuário possui um papel ativo durante a elaboração do projeto. Não é apenas o fornecedor do programa de necessidades a ser atendido ou mero provedor dos recursos da obra. Não se trata de uma coautoria do projeto, mas de uma participação presente ao longo de todo o desenvolvimento do mesmo. (LANA, 2007, p.28).

A autora nos mostra que no processo participativo, o usuário do espaço, além de contribuir com a identificação e compreensão das demandas, expressa em parte pelos programas de necessidades, é também condutor do processo junto com arquitetos urbanistas e demais profissionais responsáveis. Nessa condução, tem um papel fundamental nas definições ligadas ao desenho urbano.

O projeto arquitetônico / urbanístico convencional diferencia-se, pois, do projeto arquitetônico / urbanístico participativo. No convencional o arquiteto e urbanista fica responsável por todo o seu desenho e planejamento, considerando inúmeras variáveis, estudos empíricos e técnicos, e demandas do cliente, aliados ao seu conhecimento curricular, que define as decisões projetuais. Já no projeto participativo, os poderes de decisão são divididos entre o usuário e o projetista, onde a metodologia de participação definida é conduzida pelo arquiteto como autor e responsável técnico pelo projeto, mas influenciada diretamente pelo usuário.

A discussão em prol da Participação é longa, e portanto, necessária. Maricato (1996) nos fala que é relevante e profundo em vários aspectos, pois segundo a autora, a Participação é:

Sem dúvida, o maior antídoto contra os desvios apontados. A participação da população no orçamento municipal, nos planos locais, ou até mesmo no projeto e na gestão dos recursos de sua futura

casa, é a alternativa mais ética, mais solidária e também mais sustentável pelos seus efeitos ambientais sinérgicos. Do ponto de vista econômico, garante-se a eficácia na aplicação dos recursos e sua fiscalização. (MARICATO, 1996, p.41)

Sendo assim, o papel dos arquitetos e urbanistas, junto com a sociedade e os gestores públicos, está em dissolver esse assunto de forma eficaz, por ser uma questão que perpassa muitos valores relacionados ao bem coletivo, ao tratar de aspectos ambientais, econômicos e sociais. O que justifica o fato da nossa formação está intimamente voltada a práticas sociais.

Bonduki (1996) nos faz compreender o quanto o processo participativo é importante, sendo ele uma questão de necessidade e não apenas uma solução temporal.

A partir de um trabalho participativo, articulado com vários atores da cidade, com delegação de poder e de responsabilidade à entidade comunitária, é possível não só produzir socialmente a cidade, mas também plantar a semente de um modelo de economia social e de gestão alternativa. (BONDUKI, 1996, p. 237).

Sendo assim, nos é compreendido que, a gestão da cidade não deve ser produzida somente por aqueles que detêm do conhecimento técnico e da administração pública, mas para que este processo de desenvolvimento comunitário seja garantido de forma efetiva, é preciso garantir a continuidade dessa produção, para que a comunidade não perca seus valores e costumes, fomentando assim, a cultura e a construção de um modelo que garanta benefícios atuais e a gerações futuras.

Ao longo desse período, observamos as importantes inclusões dos métodos participativos nas grandes cidades. Fato é, que o discurso da participação social em prol dos desenvolvimentos das cidades, surgem a partir do final século XX (SCLAVI, 1996), onde estes teóricos já estariam se pre-

ocupando com um assunto de tal relevância, porém carente de métodos eficazes, mas com boas intenções e ações que nos fazem acreditar que é possível ser articulado e incorporado aos planejamentos projetos e planos urbanos.

A eficácia desse modelo de gestão, bem como as propostas aqui já apresentadas nos garante que é possível reverter a dinâmica da desigualdade social, que segundo Maricato (1996) nos revela que:

Elas foram extraídas de um grande número de documentos e plataformas das entidades que há mais de duas décadas alertam os governos e a sociedade brasileira para a necessidade de ação planejada e democrática sobre as cidades. (MARICATO, 1996, p.41).

Sendo assim, nos é compreendido que, as ações que vêm sendo aplicadas durante as últimas décadas necessitam ser continuadas, para garantir o longo caminho do processo democrático e da participação social que devemos construir juntamente aos planejamentos, projetos e planos urbanos das grandes cidades.

Considerando a participação como método decisório nas tomadas de decisões das cidades, cabe neste momento nos debruçar sobre dois modelos de gestão das cidades utilizados no Brasil, apontadas por Bonduki (1996): o primeiro como, Central Desenvolvimentista e o segundo, Ambiental Participativa.

O modelo Central Desenvolvimentista teve seu início no Estado Novo, período em que o Brasil foi governado ditatorialmente por Getúlio Vargas (1937-1945) e que teve sua consolidação no período do regime militar (1964-1985). Nesse período, observa-se a ausência da sociedade nas ações governamentais e que se determinava em suas principais medidas o autoritarismo e a centralização da gestão.

Sem se preocupar em construir propostas num processo de debate com a sociedade, as intervenções governamentais urbanas no central-desen-

volvimentista se caracterizam pelo autoritarismo e centralização da gestão, ausência de participação - em qualquer nível - dos usuários e a da sociedade em geral, desrespeito ao meio ambiente e ao patrimônio cultural numa lógica em que predominou o mito da modernidade como sinônimo da transformação urbana sem compromissos com o ambiente e os valores culturais, a desarticulação das políticas setoriais, a propriedade do transporte individual e a implementação de obras muitas vezes desnecessárias, apenas como pretexto para canalizar recursos para empreiteiras que, por sua vez, se encarregariam de gerar os empregos necessários para manter as crescentes levas de migrantes que chegavam nas cidades. (BONDUKI, 1996, p. 261).

Como podemos observar, o modelo Central Desenvolvimentista conforme o autor nos apresenta, é caracterizado por uma situação não democrática, onde as decisões são claramente introduzidas por um poder autoritário, conduzidas de cima pra baixo, sem pensamentos em torno da equidade social e nenhum tipo de participação.

Dentro dessa lógica, a cidade foi se configurando de forma desigual, feitos que até hoje podemos observar diante dos processos de segregação urbana enraizados das nossas grandes cidades. Conduzindo assim para um momento de grande catástrofe ambiental e de desvalorização do patrimônio cultural edificado, deixando para trás um grande legado dos costumes e da tradição brasileira, pondo em risco a vida de inúmeras pessoas.

Já o modelo Ambiental Participativo, que ao longo dos anos 1980, começa a ganhar força e espalhar movimentos inovadores de oposição ao regimento autoritário, surgem críticas à gestão Central Desenvolvimentista com novas propostas e ideias alicerçadas a pensamentos progressistas dentro do campo dos novos movimentos populares e sociais, ainda engatinhando, mas com grande força de vontade.

Neste debate, ganharam ênfase a questão da parti-

cipação comunitária e o respeito ao meio ambiente - como elementos balizadores do desenvolvimento a qualquer custo que predominava anteriormente -, a necessidade de enfrentar o desafio da cidade real, o desenvolvimento de novas formas de gestão dos empreendimentos habitacionais, como a autogestão e a cogestão, incorporando a parceria com organizações não-governamentais e a priorização do transporte coletivo. (BONDUKI, 1996, p.263).

Dentro deste processo de oposição ao modelo Central Desenvolvimentista observa-se a vez da participação, como visto acima, que apesar de ser o começo do mesmo processo, era de se entender, que surgiriam ainda futuramente várias experiências inovadoras, pois o modelo entendido como Ambiental Participativo era de caráter promissor, ainda mesmo que sendo um movimento de oposição à atual gestão.

O fator cultural alicerçado à falta de comprometimento de agentes responsáveis aos planejamentos urbanos, não estabelecem meios que favoreçam uma verdadeira troca de relações e situações onde a participação dos usuários (comunidade e agentes sociais) seja sempre de forma cada vez mais participativa, inclusiva e transparente. Do contrário, acredita-se num discurso teórico com base aos saberes populares, que descentralizam essas ideias que são praticamente impostas e levadas sem as considerações dos seus usuários. Não só o campo teórico deve aplicar suas contribuições no decorrente discurso, mas que a prática, bem como o conjunto entre o corpo técnico público e os movimentos sociais e a sociedade, seja capaz de mudar este cenário, onde os verdadeiros protagonistas dessa relação entre os agentes produtores do espaço: os usuários (comunidade e agentes sociais) e corpo técnico público, se entrelaçam e conduzam para um encontro de ideias que beneficiem ambos os lados.

3 QUAIS OS PROCEDIMENTOS E AS ETAPAS PARA A COMPREENSÃO DO DESENHO PARTICIPATIVO? UMA POSSÍVEL METODOLOGIA

Há de se compreender que não existe uma metodologia exata sobre os métodos participativos registrados até o momento, pois, como pode-se observar, ao se tratar de um “gerenciamento”, tendo em vista um universo de opiniões, onde existem bastante divergências de “interesses” e razões, pelas quais, o intuito de desenvolver esses procedimentos esteja relacionado a cada situação e não a de um modelo específico. Considera-se a singularidade de cada caso, que precisa ser levado em questão todas as particularidades dos usuários da região, das situações, os seus problemas e potencialidades. Sendo assim, o que irá contribuir para a compreensão da metodologia, será o Diagnóstico Participativo de cada uma dessas áreas específicas.

O Processo Participativo se dá pela coleta de dados - Diagnóstico Participativo - que resulta na sinalização dos princípios, objetivos e diretrizes que poderão ser executadas pelo desenho participativo. O desenho participativo nos estimula a sermos influenciados pelos outros na hora de elaborar e sinalizar as demandas projetuais. Sendo assim, o Processo Participativo influencia no Desenho a entender que o Arquiteto e Urbanista não toma as decisões projetuais sozinho, outras pessoas o influenciam, descentralizando ideias e concepções, visto que o diagnóstico que irá estabelecer o desenho está intimamente ligado à vivência do usuário daquele espaço.

É preciso entender também que além das divergências de opiniões da população no processo participativo, a vontade de construir uma democratização nas tomadas de decisões deve partir não só de uma condução política e corpo técnico público. Mas também, entender que ao incorporar a participação nos processos de planos, projetos e planejamentos urbanos, deve-se atentar ao fato das diferentes camadas sociais existentes

na sociedade. Onde as decisões são muitas vezes influenciadas por representantes de maior poder econômico.

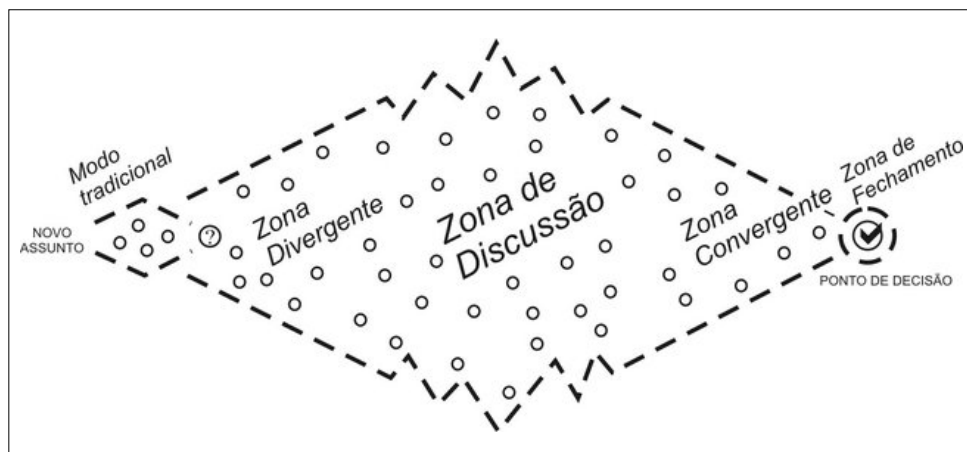
Entretanto, devemos nos atentar para esta formação da sociedade com raízes autoritárias e paternalista, que são entraves para a democratização, como nos mostra Nunes (1999):

Uma pedagogia da participação vai exigir um esforço de profissionais comprometidos e capacitados que entendam que nas cidades há pelo menos duas categorias de habitantes: aqueles que têm uma capacidade de influenciar as decisões públicas e aqueles que sempre estiveram fora do processo decisório. Esta divisão é simplificadora, mas favorece a compreensão de uma estratégia participativa que se dispõe a incorporar os habitantes que nunca se envolveram com as decisões sobre a cidade dentro de uma nova lógica de planejamento, de gestão e intervenção urbanística. (NUNES, 1999, p.188).

A autora nos mostra que as determinadas camadas sociais de maior influência política e econômica sempre decidiram e orientaram os avanços urbanos nos processos decisórios das cidades, onde se instauram as desigualdades sociais e a segregação urbana, levando infraestrutura a determinadas áreas beneficiadas. É, portanto, de fato regido por raízes de caráter autoritário e antidemocráticas. É a partir desta análise que se observa a necessidade de incorporar o poder de decisão e de participação nas demandas de suas cidades, aos habitantes. Que, em geral, pouco decidiram sobre os aspectos urbanísticos e avanços das cidades, advindos de uma sociedade marcada pelo processo segregacionista e divisão territorial por classes sociais.

Para que se possa desenvolver um processo participativo (como Nunes (1999) descreve: *Pedagogia Participativa*), - e que o mesmo atinja principalmente essas camadas sociais mais excluídas da sociedade - é preciso listar três problemas básicos

Gráfico 1 - Metodologia de Participação (KANER, 1996)



Fonte: blog <https://urbanidades.arq.br/>

que são bastante comuns dentro desse contexto:

- Os mecanismos, tanto de caráter objetivo, quanto subjetivo, que dificultam o envolvimento das pessoas pobres e de baixa escolaridade em processos participativos;
- As dificuldades de relação dialogal entre os animadores do processo (vindos provavelmente do corpo de funcionários municipais e da universidade) e os habitantes, pela tradição de relação hierárquica e de dependência entre povo e elite;
- As dificuldades do processo propriamente dito, que têm a ver com as duas anteriores, mas também com os conflitos que surgem com a consolidação de líderes e o amadurecimento dos grupos enquanto agentes ativos. (NUNES, 1999, p.118).

Como podemos observar, os mecanismos, entendido como métodos de aplicabilidade devem ser atenciosos com aqueles que têm baixa escolaridade e que não têm a prática dos processos participativos. Os diálogos entre a comunidade e os gestores/técnicos públicos deve ser de maneira simples e eficaz, não deixando nenhuma lacuna, abordando os temas de forma clara, direta e objetiva, para o entendimento de todos os envolvidos.

Sobretudo, é necessário também, incentivo à população para a capacitação de desenvolver em conjunto com as entidades locais o planejamento de suas áreas, contribuindo para uma produção eficaz do desenvolvimento participativo.

Os métodos e processos participativos são inúmeros, como já citado, cabe a cada gestor a elaboração de uma metodologia, sobretudo, encarregada a cumprir os deveres a respeito da eficácia da participação.

Uma metodologia que nos parece promissora e atenta a isso é utilizada por Kaner et al (1996), que faz uma abordagem sobre os métodos participativos. Autor do livro *Guia Facilitador para a Participação*⁵, Kaner é objetivo e faz uma abordagem ressaltando a sua metodologia, destacando suas etapas e algumas ferramentas a serem utilizadas nos processos participativos.

Para Kaner et al (1996) um processo participativo deve envolver 3 fases: Zona Divergente, Zona de Discussão e Zona Convergente. Analisaremos na Gráfico 1, um gráfico onde o autor nos mostra o processo a partir de uma nova discussão gerada para o entendimento de todo o seu processo.

Como pode-se observar, o gráfico mostra o início de um novo assunto, que ao passar pelo modo tradicional, segue pela primeira Zona: a Zona Divergente. Nesta zona, é necessário coletar todas as informações, sem se preocupar se elas estão associadas ou não, se elas dialogam entre si, ou se

5- Título original: "*Facilitator's guide to participatory decision-making.*" (Tradução nossa). Trata-se de um guia referência em relação a tomada de decisões participativas.

estão favorecendo uma maioria, esse é o ponto de partida, onde é necessário avaliar toda a sua complexidade e assim, estruturá-las para sua melhor compreensão. Nesta etapa se determina 3 atividades principais coletadas, segundo Saboya (2008):

Reconhecer o território, na qual os diferentes pontos de vista são coletados; buscar alternativas, na qual possíveis soluções não usuais são procuradas; e coletar pontos problemáticos, na qual deve ser estimulada a opinião acerca dos pontos mais ameaçadores com relação ao assunto que está sendo discutido. (SABOYA, 2008, p. 01).

Por tanto, é uma fase de diagnóstico participativo, partindo do princípio da coleta de dados para fins de entendimento dos participantes, tendo como papel estimular essas pessoas a pensarem sobre o assunto, suas necessidades, seus problemas, comparado a um esquema formato de *brainstorm*. Ampliando os conhecimentos das pessoas para possíveis ideias criativas no futuro.

A segunda é a Zona de Discussão que deve estabelecer o entendimento de todos e fortalecer a compreensão a diversos assuntos acerca dessa discussão.

O esforço deve ser no sentido de construir um entendimento compartilhado por todos, de forma que os diferentes pontos de vista possam ser entendidos, ainda que não haja concordância com relação a eles. Ela compõe-se de duas atividades: criação de um contexto compartilhado, na qual devem ser utilizadas dinâmicas que promovam o entendimento mútuo dos pontos de vistas dos participantes; e reforço dos relacionamentos, com vistas a fazer com que os participantes se conheçam melhor, facilitando assim a comunicação. (SABOYA, 2008, p. 01).

Essa etapa é considerada talvez a mais complexa, pois, com as supostas divergências é preciso entrar em consenso sobre as reflexões postas e sabê-las desenvolvê-las em atividades que não comprometam o entendimento de todos os partici-

pantes, é a fase onde são estabelecidos os pontos de vistas acerca dos assuntos abordados.

A terceira e última, Zona Convergente, segundo Saboya (2008):

Deve-se discutir as alternativas de forma que estas contemplem todos os interesses e preocupações envolvidos. As atividades que a compõem são: exploração de princípios inclusivos, em que alguns artifícios para incorporar os interesses nas alternativas são trabalhados; reenquadramento criativo, na qual deve ser feito um esforço para ver o problema sob um ponto de vista diferente; e reforço das boas ideias, na qual as soluções devem ser avaliadas e refinadas aos poucos para alcançar o melhor resultado possível. (SABOYA, 2008, p. 01).

Entretanto, chega-se na última zona, de caráter decisório, onde os esforços são somados para a integração e resolução dos assuntos discutidos anteriormente, chegando a sua possível finalização com as contribuições dos participantes, elaborando assim um modelo dentro do processo decisório, capaz de ser aplicado respeitando as alternativas criadas e avaliadas para se chegar num resultado democrático.

A metodologia dos planos, projetos e planejamentos participativos é, portanto, como pode-se observar, de caráter empírico, por apresentar no desenvolvimento de seu processo a necessidade de se debruçar sobre cada tema abordado e enfrentado pela sociedade, reflexo do diagnóstico participativo. Não se estabelece uma metodologia pelo fato de suas complexidades e características relacionadas ao contexto de cada área e de demandas dos usuários nunca serem as mesmas. Só se chega à um resultado satisfatório de projeto, plano ou planejamento participativo passando pela metodologia participativa e pelo diagnóstico participativo, levando em consideração as particularidades e situações de cada região.

4 A MULTIDISCIPLINARIDADE COMO UMA DAS CHAVES DO PROCESSO. A COLABORAÇÃO DO ARQUITETO URBANISTA NO DESENHO PARTICIPATIVO

Ao apresentarmos os conceitos sobre Participação, Participação em Projetos e Processos Participativos, as formas de suas aplicações resultantes das variadas contribuições à sociedade, suas metodologias e métodos possíveis abordados até o momento, fica o questionamento ao papel do Arquiteto Urbanista diante desse processo e no meio à tantas atribuições e demandas da sociedade: O Arquiteto Urbanista nesse caso seria um observador? Um articulador capaz de utilizar essas ferramentas em prol do equilíbrio e da equidade social, para que assim, pudéssemos chegar a um “acordo” de projeto? O papel mais importante do Arquiteto Urbanista dentro de uma metodologia participativa, ou talvez a chave para o bom desempenho, está muito mais conectado à sua percepção, ao entendimento do contexto em que cada caso é diagnosticado, e a aplicabilidade dos instrumentos citados anteriormente. Contribuindo com esse processo entende-se que o Arquiteto Urbanista tem a função de estabelecer e assegurar a efetiva participação da comunidade beneficiária no processo de participação nas decisões relativas às suas áreas. É um processo multidisciplinar, por perpassar a vários caminhos até chegar ao seu objetivo final.

A capacitação dessas pessoas para o entendimento da complexidade e das tarefas futuramente realizada é importante e faz parte do processo de implementação de cada caso estudado, contribuindo com o diagnóstico e o desenho participativo na atuação do Arquiteto Urbanista.

5 A PERCEPÇÃO DOS NOVOS OLHARES PARA O PLANEJAMENTO DO ESPAÇO URBANO

As “novas” percepções levadas em considerações desses espaços é de tal importância, pois sem ela, tudo o que se foi discutido aqui até o

momento seria em vão. A percepção desses novos olhares, ou seja, os olhares da comunidade e das pessoas que vivenciam, é o centro prioritário desse modelo de gestão.

O intuito dos Processos Participativos está focado na introdução de uma educação urbana e humana para essas pessoas, fomentando o conhecimento de suas próprias áreas e a garantia do poder de decisão beneficiando a todos. Trata-se de valores comunitários, conhecimento compartilhado e desenvolvimento urbano, uma gama de aspectos que mesmo visto como elementos básicos e de direitos humanos, muitas vezes são esquecidos ou deixados de lado em algum momento.

A importância dos novos olhares aos conhecimentos cidadãos, sobretudo aos planejamentos e projetos urbanos é de fundamental importância. É o desenho participativo que nos garante que essas pessoas, que usufruem do espaço, nos mostrem novas maneiras e visões para o entendimento dessa rede cheia de complexos elementos que devem ser incorporados para um resultado digno dos interesses coletivos. É preciso entender a necessidade dessas pessoas a partir do olhar das mesmas, pois, só é possível se aprofundar nos valores, desejos e prioridades de uma comunidade quando a ouvimos.

REFERÊNCIAS

ASCHER, F. **Novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

BONDUKI, Nabil. **Habitat II. As práticas bem-sucedidas em habitação**, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 2ª Edição, 1996.

CABANNES, Y. **Habitat II. As práticas bem-sucedidas em habitação**, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras: Mutirão 50: relato de uma experiência pioneira. São Paulo: Studio Nobel, 2ª Edição, 1996,

FIORILLO, C. A. P. **Estatuto da Cidade comentado: Lei 10.257/2001: Lei do Meio Ambiente Artificial**. São

Paulo: Editora Revista dos Tribunais, / 5ª. Edição, 2012.

KANER, S. et al. **Facilitator's guide to participatory decision-making**. Versão PDF. Gabriola Island: New Society Publishers, 1996.

LANA, S. M. **O arquiteto e o processo de projeto participativo**: o caso do RSV. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Minas Gerais, 2007.

MARICATO, E. **Habitat II**. As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras: Contribuição para um plano de ação brasileiro. São Paulo: Studio Nobel, 2ª Edição, 1996,

NUNES, D. **Por uma pedagogia da participação popular**. Tese de doutorado apresentada ao Institut d'Ur-

banism de Paris, na Université Paris XII. França, 1999.

SABOYA, R. **Blog: Urbanidades. Guia do facilitador no planejamento participativo**. Santa Catarina, 28 de janeiro de 2008. Disponível em: <<https://urbanidades.arq.br/2008/01/guia-do-facilitador-no-planejamento-participativo/>>. Acesso em: 10 out.2018.

SABOYA, R. **Blog: Urbanidades. A importância da participação popular**. Santa Catarina, 1 de janeiro de 2014. Disponível em: <<http://urbanidades.arq.br/2014/01/a-importancia-da-participacao-popular/>>. Acesso em: 10 out.2018.

SCLAVI, M.; ROMANO, I.; GUERCIO, S.; PILLON, A.; ROBIGLIO, I.; TOUSSANIT, I. **Avventure Urbane**, Progettare la città con gli abitanti. Itália: Elèuthera, 2002.

URBANISMO TÁTICO COMO UMA NOVA ETAPA PROJETUAL NO DESENHO URBANO

O crescimento desordenado dos centros urbanos, alinhado com uma política de incentivo e priorização aos transportes motorizados individuais, resultou em cidades inacessíveis para aqueles que dependem dos modos não motorizados. Entretanto, no início do século XXI essa tendência tem se modificado. Marcado pelo crescimento do número de habitantes ativos na reivindicação por uma cidade voltada para as pessoas e suas atividades cotidianas (GEHL, 2013), o início deste século tem se comparado com o aumento no número de intervenções urbanas nas cidades que priorizem os pedestres e ciclistas e que, ao mesmo tempo, busquem ampliar o sentimento de pertencimento dos ambientes urbanos para a população.

Em Fortaleza, algumas intervenções urbanas do tipo urbanismo tático têm ganhado destaque. Esse tipo de solução é temporário, realizada pelo poder

público local, em parceria com diversos atores, utilizando materiais de baixo custo em setores específicos da cidade. Apesar do baixo custo, esse tipo de intervenção costuma ter alto impacto na área e permite que sejam antecipados resultados de uma intervenção definitiva futura, permitindo também que sejam testadas soluções antes do projeto final. Essas intervenções têm sido bem aceitas, tendo em vista seu caráter efêmero, que servem como um processo de participação e laboratório de experimento das mudanças na comunidade, sendo fortalecido com as pesquisas de opiniões, realizadas durante o tempo da ação. A consolidação da intervenção de forma definitiva ocorre de acordo com as pesquisas realizadas durante a mesma, indicando se a intervenção foi bem aceita ou não e se houve melhora dos indicadores principalmente para os usuários vulneráveis, e assim, quais pontos devem ser modificados para uma maior satisfação.

O programa Cidade da Gente realizado pela Prefeitura de Fortaleza reflete bem os conceitos de urbanismo tático, e em sua primeira edição no bairro Cidade 2000, contemplou prolongamento de calçadas, implantação de área de tráfego calmo, tendo em vista o sucesso e aceitação da operação, foi feita a consolidação do projeto, sendo construídos definitivamente. Na Cidade 2000, houve ainda a abertura de vias para pessoas na avenida central do Bairro,

1- Graduanda em Arquitetura e Urbanismo da UNICHRISTUS, barbaramorais@hotmail.com.

2- Graduando em Engenharia Civil da UNICHRISTUS, gmilitao10@hotmail.com.

3- Mestre em Engenharia de Transportes e Docente do Curso de Engenharia da UNICHRISTUS, francofms@gmail.com.

4- Mestre em Gestão Urbana, Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNICHRISTUS, Analista de Planejamento e Gestão do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), larissa.menescal@gmail.com.

5- Mestre em Engenharia de Transportes e Coordenadora de Desenho Urbano da Iniciativa Bloomberg de Segurança Viária Global em Fortaleza, beatriz@bigrs.org.

onde os carros tinham prioridade, transformando-a em um espaço público para pessoas. Nesse espaço, já ocorria a restrição eventual do acesso de veículos, devido a uma feira que acontece no Bairro todas as sextas-feiras e a eventos organizados pelos moradores, como festa junina e natal.

Entretanto, como escolher os pontos prioritários de intervenções? Quais critérios devem ser considerados? Quais características devem ter a área? Que tipo de intervenção é recomendado para cada área? Quais benefícios essas intervenções realmente trazem à população? Esses questionamentos instigam a produção deste artigo, evidenciando a necessidade do estudo e separação desses itens, de forma a facilitar o entendimento da aplicabilidade de intervenções de urbanismo tático em determinadas áreas. Dessa forma, esse estudo busca contribuir parcialmente nessas questões, e mais especificamente auxiliar na identificação e avaliação dos locais para as aplicações de possíveis novas áreas de intervenções.

1 URBANISMO TÁTICO

Urbanismo Tático é o nome dado ao movimento que utiliza projetos rápidos, pequenos e simples, para demonstrar a possibilidade e o potencial de mudanças em larga escala e a longo prazo em um certo local (PACHECO, 2018). É, portanto, uma intervenção de pequena escala, com benefícios econômicos e sociais, que instiga mudanças gradualmente, disseminando a ideia de planejamento em escala local. É assim, uma experiência de curto prazo, mas realista e de baixo risco, com a possibilidade de gerar grandes resultados. Segundo Lydon (2012), um dos primeiros exemplos de urbanismo tático foram os Les Boutiquinistes, vendedores ambulantes que espontaneamente ocuparam a margem do Rio Sena em Paris, França. Sua ocupação iniciou-se a partir do século XVI com a venda de livros, houve momentos de empasses no qual foram proibidos de ocupar a via pública, entretanto visto a popularidade dos mesmos, em 2007 a área ocupada por eles foi tida como patrimônio mundial da UNESCO.

A intervenção mais conhecida aconteceu em 2009, em New York, Estados Unidos da América, quando o ex-prefeito Michael Bloomberg recuperou o espaço público na Avenida Broadway e instalou praças temporárias, com o intuito de aumentar a segurança viária para os pedestres e diminuir o congestionamento de veículos. O experimento foi tão bem-sucedido que, em fevereiro de 2010, tornou-se permanente em alguns trechos. A Times Square é um outro exemplo bem-sucedido de urbanismo tático, pois após 4 anos já passava caminhando 400 mil pessoas diariamente, além de comportar a realização de diversos eventos anuais. Além disso, ainda resultou na redução de lesões causadas por acidentes de trânsito e o aumento do número de comércio na região (LYDON, 2012).

É indubitável a importância do Urbanismo Tático quando da aplicação em projetos de mobilidade urbana, visto que é um dos fatores predominantes na realização dessas ações, a melhoria da mobilidade, priorizando as formas não motorizadas, mas conciliando e delimitando os espaços para veículos motorizados. A cartilha do Street Plans, Urbanismo Tático 2, trata de diferentes intervenções de urbanismo tático realizadas em diversos locais dos Estados Unidos, sendo utilizados como estudo para relacionar diferentes tipos de intervenções com as características e especificidades dos locais.

Existem diversas possibilidades de ações de intervenções de Urbanismo Tático, a recomendação de suas implantações, dependem das características presentes nos locais. Abaixo serão listadas dez ações de Urbanismo Tático, cujos exemplos e definições foram todos embasados na publicação de Lydon (2012).

Ruas Abertas - O objetivo dessa forma de intervenção é promover espaços seguros para locomoção através de transporte ativo, seja andar a pé, de bicicleta, de skate, além de, proporcionar o desenvolvimento da economia local. Também volta a atenção aos impactos negativos do automóvel na vida urbana. Essa iniciativa traz diversos benefícios,



Figura 1 - Madison, Wisconsin Passeio " A Drive Initiative" atrai consistentemente de 20 -25 mil participantes. Fonte: Mike Lydon



Figura 2 - Em Jackson Heights, espaço livre de carros cria espaço de jogo informal. Fonte: Clarence Eckerson



Figura 3 - Instalação de um PARK (ing) Day. Fonte: flickr user iomarch

como a interação social, possibilitando os encontros no espaço público enquanto se praticam atividades físicas e sociais assim, os participantes desenvolvem um maior entendimento de sua cidade e do potencial de tornar as ruas mais próximas das pessoas. O resultado desta iniciativa possibilita às pessoas uma forma

diferente de experimentar o espaço público da sua cidade. Dessa forma, sendo uma ferramenta para a construção de um capital político e social, tendo impacto nos negócios e organizações localizadas ao longo da rua escolhida;

Play Streets - A intenção das *Plays Streets* é criar espaços seguros para as pessoas de todas as idades poderem socializar e serem ativas. Possibilitando um espaço para o lazer e a interação entre a comunidade, pois muitos bairros não têm parques e espaços adequados. Normalmente, concentram-se próximo às escolas, ou em locais onde o espaço público é escasso. Pode ser combinada com mercados de rua ou parques infantis escolares subutilizados, conseguindo alcançar esse modo um efeito ainda melhor se combinado a outros equipamentos;

Construir um Quarteirão Melhor - Através da promoção de ruas mais vivas e vitalidade nos bairros, esta iniciativa encoraja ativistas locais e proprietários de espaços para ativar temporariamente frentes comerciais e espaços públicos;

Park(ing) Day - O *Park(ing) Day* é um evento anual onde espaços de estacionamentos na rua são convertidos em pequenos jardins públicos, chamando atenção para a enorme quantidade de espaço dedicados ao estacionamento de automóveis particulares. Em sua essência, incentiva a colaboração



Figura 4 - Putnam Triangle durante intervenção. Fonte: New York City Departamento de Transportes



Figura 5 - Bicletário num evento da "The Street Plans Collaborative" Fonte: Mike Lydon

entre cidadãos para criar lugares plenos de significado, recuperando-os temporariamente para o domínio público. Apesar dos indivíduos e organizações operarem de forma independente, eles seguem um conjunto de diretrizes pré-estabelecidas, que podem ser encontrados na internet em *The Park(ing) Day Manifesto*, o qual contém princípios básicos da iniciativa e o guia de como os implementar. Conceitos similares, aplicados isoladamente são frequentemente encontrados na realidade brasileira, tais

como os parklets, vagas verdes ou vaga viva;

Pavimentos por Praças - Reivindica espaços asfaltados subutilizados como um espaço público sem grande investimento. Não requerem grande investimentos e transformam o espaço público quase do dia para noite. Com esse projeto experimental usando materiais temporários, o município e os cidadãos são capazes

de testar o desempenho

de cada nova praça sem desperdício de recursos públicos, que geralmente são escassos. Quando bem-sucedidas, o município financia a concessão e a construção dos espaços, enquanto comerciantes e representantes locais são convidados a manter e gerir as novas praças;

Bicicletários Informais - Tem por objetivo elevar a oferta de estacionamento de bicicletas onde necessário. A falta de opções de estacionamento para bicicletas em muitas cidades, inspira empresas, proprietários de imóveis e ativistas a tomarem a iniciativa de instalar estacionamentos temporários ou semipermanentes para bicicletas;

Reparação de Cruzamentos - A reparação de um cruzamento permite reabilitar as ruas de um bairro como local de encontro, sendo assim, seu objetivo é requalificar os cruzamentos de ruas de um bairro, transformando-os em espaços comunitários;

ADBusting - O objetivo dessa intervenção é reduzir a poluição visual do espaço público, tornando um local mais agradável visualmente, e assim, melhorar a qualidade estética dos espaços públicos. O ADBusting também pretende enviar uma mensagem de que a esfera pública não deve ser utilizada para a promoção e consumo de produtos comerciais;

Parques Móveis - Tem o intuito de adicionar mais espaços verdes ao bairro e animar as ruas com bancos públicos. Um dos potenciais mais relevantes do urbanismo tático é o de alavancar a implementação de planos com uma visão de longo prazo;

Criação de Parques - O objetivo dessa tática é aumentar a oferta de parques de apropriação rápida de parcelas de terrenos e de parques subutilizados. Utiliza as técnicas do *Park(ing) Day* e os aplicam em uma escala bem maior.

2 ESTUDO DE CASO

Em setembro de 2017, o bairro Cidade 2000 passou por transformação em sua área central, por meio de uma intervenção do tipo urbanismo tático. Tal praça já era frequentada por moradores e transeuntes por ser uma região de intenso uso comercial. Aos finais de semana, ainda se instala feiras de rua e quiosques de alimentação, o que atrai diversos moradores das regiões mais próximas.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza na tentativa de promover melhorias na região para a movimentação dos pedestres, apresentou em audiência pública três propostas de intervenção aos moradores. Alguns dos presentes relataram seu interesse em retirar a feira da praça central e manifestaram sua preocupação que os projetos pudessem reduzir o número de vagas de estacionamento. Dessa forma, optou-se pela implantação temporária da alternativa mais votada pelos moradores. Durante o período da intervenção, foram realizadas pesquisas e entrevistas para captar a percepção dos moradores e a forma como os mesmos se utilizavam aquele espaço. Sequencialmente, a partir de demanda da sociedade civil, e de parceria com o Governo do Estado, foi licitado projeto definitivo inspirado nos resultados daquele laboratório de urbanismo tático, e a obra encontra-se em execução.

A solução adotada, realmente reduziu a quantidade de estacionamentos na região, entretanto priorizou o deslocamento dos pedestres, com a inserção de diversas faixas de pedestre na região. Foi insta-



Figura 6 - Um outdoor transformado em balanço. Fonte: Broken Cidade Lab



Figura 7 - Um "parksmobile" funcionando como espaço de espera. Fonte: Mark Boster

lado mobiliário urbano para potencializar o espaço de permanência e a região ganhou mais uma praça, com a redução das dimensões de uma das vias principais.

Neste grande espaço de convivência criado, a Prefeitura realizou ao longo de 15 dias diversas atividades para a população local, com o intuito de demonstrar as potencialidades daquele novo espaço público. Comerciantes ficaram satisfeitos com o incremento de espaço para a colocação de mesas e com o aumento do número de transeuntes, mesmo



Figura 8 - Avenida Central durante a intervenção. Fonte Jornal O Povo Online ,2017.

que isso tenha reduzido a quantidade de estacionamentos. Os moradores aprovaram a ideia de terem mais uma praça, com equipamentos de lazer, os quais foram por eles cuidados e implantados, inclusive os próprios moradores decidiram instalar um pula-pula para as crianças do bairro. Tudo isso foi atestado por pesquisas de satisfação realizadas ao longo dos 15 dias que a intervenção ocorreu. Ao fim deste prazo, a população solicitou por meio de abaixo-assinado que toda a intervenção fosse mantida até que o projeto definitivo pudesse ser executado, solicitação que foi prontamente atendida.

Verifica-se que a intervenção do tipo urbanismo tático na Cidade 2000 contribuiu elevando características relacionadas com a segurança viária, segurança pública e ao meio ambiente da região. Destaca-se que esses são elementos fundamentais para ampliar o sentimento de pertencimento da população por uma região, garantindo assim o aumento do número de pedestres para a área.

A situação da avenida antes e durante a intervenção de Urbanismo Tático pode ser visualizada na Figura 9. Sendo possível identificar algumas das ações implantadas na área.

2.1 Análises do caso Cidade 2000

Para viabilizar a análise da intervenção temporária executada na Cidade 2000, foi realizada uma revisão



Figura 9 - Avenida Central antes e durante a intervenção Fonte: Facebook da Prefeitura de Fortaleza.

bibliográfica sobre ações de Urbanismo Tático. O estudo apresenta uma correlação entre as características locais de uma região, e quais intervenções podem ser aplicadas nessa área. Para isso foi elaborada uma tabela, na qual são apresentadas as ações (colunas) e as características (linhas), sendo marcado um “X” na interseção entre a ação recomendada para tal característica do local (Tabela 1).

A partir da Tabela 1, percebe-se que as características locais mais relevantes para a maioria das intervenções apresentadas, observando as que mais se repetem, são, estacionamentos inadequados, ausência de espaço público, ausência de equipamentos públicos, espaços asfaltados subutilizados e bairros degradados.

Fazendo correspondência da revisão bibliográfica com algumas das características encontradas no bairro, que incentivaram a implantação das ações, foram a existência de ampla área asfaltada e subutilizada, com função basicamente de estacionamento,

Antes e depois – Case Cidade 2000



ser uma área comercial e a intensidade do fluxo de pessoas. Entre os elementos que compõem a implantação da proposta, a paginação do piso foi realizada promovendo atividades lúdicas, interativas, inclusive com aspectos específicos para o público infantil; foram induzidos percursos direcionados

para pedestres, com maior número de faixas de travessia; foram instalados mobiliários urbanos (bancos, quiosques, totens interativos, e outros) e vegetação; e também foi realizada ampliação da área de calçada.

Pela análise realizada foi possível constatar que a

Tabela 1 - Características Locais e Intervenções

Características/Intervenção	Ruas abertas	Play Streets	Construir um quarteirão melhor	Parking day	Pavimentos por praças	Bicicletários informais	Reparação de cruzamentos	AD Busting	Parques móveis	Criação de parques
Poucas fachadas ativas			X							
Estacionamentos inadequados		X		X	X				X	
Uso do solo misto			X							
Ausência de espaço público		X			X		X		X	
Ausência de equipamentos públicos	X	X		X	X	X			X	
Ausência de áreas verdes		X			X				X	
Espaços asfaltados subutilizados				X	X				X	X
Alta poluição visual			X					X		
Bairros degradados			X	X			X	X		

Fonte: Acervo dos autores

ação de urbanismo tático ocorrida na Cidade 2000, em Fortaleza (CE), contribuiu para a revitalização de espaço livre público, promovendo novos usos para o espaço público, melhoria da paisagem urbana, melhoria de segurança pública e viária, melhora da caminhabilidade e incentivo à permanência e socialização comunitária.

REFERÊNCIAS

COELHO, H. E. A. Cidades para Pessoas: Urbanismo Tático como Instrumento de Moderação de Tráfego para a Requalificação de Ruas. Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Geotecnia e Transportes da Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.

GEHL, J. Cidades para Pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013, p 3 - 116.

LYDON, M.; BARTMAN, D.; GARCIA, T.; PRESTON, R.; WOULDSTRA, R. Urbanismo Tático 2–Ação a curto prazo/Mudança a longo prazo. The Street Plans Collaborative, Miami/New York. Available at: <http://goo.gl/kXf9E1>, accessed, v. 16, p. 03-17, 2012.

PACHECO, P. O poder de transformação do urbanismo tático. The City Fix Brasil. 2018. Acessado em: 20/11/2018. Disponível em: <http://thecityfixbrasil.com/2018/05/14/o-poder-de-transformacao-do-urbanismo-tatico/>

SPECK, Jeff. Walkable City: How Downtown Can Save America, One Step at a Time. 1st Edition. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2012. 306p.

DESIGN DE EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO: A PERCEPÇÃO DO USUÁRIO COMO BÚSSOLA NA CONSTRUÇÃO DE SOLUÇÕES

O mercado sempre impulsionou a rivalidade no ramo de produtos e serviços e este ambiente de competitividade é bem conhecido daqueles que querem ingressar ou já ingressaram no caminho do empreendedorismo. Para cada novo serviço lançado, um concorrente já existe ou surgirá. No mercado digital isso é ainda mais visível, um empreendedor digital em Fortaleza, Ceará torna-se virtualmente concorrente de outros empreendedores ao redor do mundo. Diante disso como fazer para que serviços similares ganhem maior destaque frente a uma concorrência mundial? Uma das respostas para essa pergunta está no relacionamento entre o usuário e o serviço ofertado.

Em um mundo conectado e repleto de opções, o usuário sempre optará pelo serviço que mais se adequa às suas necessidades, e estas vão muito além das necessidades financeiras. Ao usufruir de um serviço digital, caso o usuário passe por uma experiência negativa, ele imediatamente deixará de utilizá-lo e buscará outro que adequa-se melhor com o seu perfil. Captar essa necessidade, e transformá-la em

uma experiência positiva, é o que difere negócios de sucesso de apenas negócios.

É natural que ao adquirir um novo produto, o consumidor espere que ele funcione bem e este anseio cria uma expectativa sobre o produto. Quando o consumidor finalmente utilizar o produto, essa expectativa evoluirá para uma sensação, que por sua vez culminará em uma nova experiência do consumidor com o produto. Comprar um celular, instalar uma televisão ou até mesmo dormir numa cama nova, são ações triviais que podem proporcionar sensações positivas ou negativas dependendo do comportamento do produto. Sentimentos positivos proporcionarão para o usuário a satisfação em ter adquirido o produto, enquanto que sentimentos negativos farão com que ele crie certo desprezo pelo produto ou pela marca, e é através deste misto de sentimentos e interações que é criada a Experiência do Usuário.

1 DESIGN DE EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

“Entre artista, tecnólogo e gestor o designer flutua e navega à deriva, sem profundidade. Não sulca a terra, não deita raízes, só deixa marcas”

Niemeyer (1998)

Através da citação de Niemeyer é possível entender que o Design atua em três diferentes esferas: Artística, Técnica e Gestora. Valer-se dessas esferas de modo que a criação de experiências satisfatórias

1- Bacharel em Sistemas e Mídias Digitais (UFC) e User Interface (UI) Designer e Graphic Designer no Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), diegomacedonox@gmail.com
2- Bacharelado de Sistemas de Informação (UniFanor) e Desenvolvedor de Sistemas de Informação no Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), augusto.ac13@gmail.com.

para o público-alvo seja o foco é considerado como Design de Experiência do Usuário.

Sendo assim, testar, prever e mensurar a experiência do público são os grandes desafios do UX Design (abreviação em inglês de User Experience Design), mas essa vertente do design não se resume apenas a isso. Donald Norman, renomado designer americano que popularizou o termo na década de 90, resume a Experiência do Usuário como uma forma de englobar todos os aspectos da interação do usuário final com a empresa, seus serviços e seus produtos, ou seja, ela é responsável por entender as necessidades e percepções do usuário e, a partir disso, resolver conflitos, propor mudanças em todo o processo e também no relacionamento do cliente para com a empresa de forma que o resultado seja uma experiência positiva para o consumidor.

No ramo da tecnologia, UX é um termo usado frequentemente para sintetizar toda a experiência com um produto de software. Ela não engloba somente as funcionalidades, mas também o quanto um aplicativo é cativante e agradável de ser usado (LOWDERMILK, 2013). Projetos de software muitas vezes demandam mão de obra e recursos relativamente caros e qualquer falha durante a execução podem vir a trazer custos que inviabilizam a continuidade do mesmo. Baseando-se na visão do usuário e em suas perspectivas funcionais e emocionais, as chances de seu projeto atingir o objetivo serão muito maiores.

2 O QUE FAZ UM UX DESIGNER?

Tendo em vista que a premissa para trabalhar com UX Design é criar soluções que atendam às necessidades do usuário e, sabendo que a equipe de designers e desenvolvedores não podem ser encarados como usuários, pode-se dizer que a pesquisa é a essência, fundamental e imprescindível, do trabalho de um UX Designer (Designer de Experiência do Usuário). Sem a pesquisa, não há UX. Simples assim!

A Nielsen Norman Group, renomada empresa de consultoria em User Experience, criou um processo

de pesquisa que separa os métodos e atividades de UX num ciclo de 4 etapas: Descubra, Explore, Teste, Ouça. Cada projeto é diferente, portanto, os estágios nem sempre são perfeitamente compartimentados. O final de um ciclo é o começo do próximo. O importante não é executar uma lista gigantesca de métodos em ordem rígida, mas começar em algum lugar e aprender mais e mais conforme o projeto amadurece na solução.

Existem diversos métodos que podem ser executados pelo UX Designer como parte do processo de solução do problema, e que variam de acordo com as necessidades do projeto. Da mesma forma, esses métodos podem gerar diferentes entregáveis que, mais uma vez, vão depender da equipe, estratégia, recursos e contexto do projeto, ou seja, não há uma fórmula mágica e absoluta para implementar o UX.

Para fins didáticos, e de forma simplificada, é importante abordar os métodos mais comuns que um UX Designer executa, pois servem como norte e contexto para estudos mais detalhados sobre o tema. De acordo com a pesquisa Panorama UX 2017 realizada pela Saiba+³, alguns dos métodos mais comuns dos UX Designers brasileiros são:

- Prototipação: criação de produtos em fase de testes para analisar, validar, otimizar e/ou fomentar uma solução;
- Benchmark: que pode ser encarado, bem resumidamente, como um estudo e comparação da concorrência;
- Testes de Usabilidade: realiza experimentos (presencial ou remoto) e estudos com usuários reais para detectar falhas, anseios e necessidades durante a interação do usuário com o produto;
- Criação de Personas: personagens ficticiais criados para representar diferentes grupos e perfis de usuários;
- Design Sprint: método ágil criado pelo GV (an-

3- A Saiba+ é uma consultoria de experiência do usuário. Geram conhecimento através de pesquisa e aprofundamento, e aplicam as experiências através do desenho de interfaces

tigo Google Ventures) que busca compreender e validar soluções de problemas específicos de um produto num fluxo de 5 dias;

- Teste A/B: experiência controlada que compara duas versões de um produto usado por usuários, visando aumentar o índice de aprovação;
- Análise de dados (BI): conjunto de técnicas e ferramentas que permite a organização e análise das informações para o suporte à tomada de decisão.

Nota-se que as atividades de um UX Designer permeiam e flutuam em diversas áreas, o que torna o perfil interdisciplinar como um ponto forte para os que desejam trabalhar com User Experience.

3 CONFLITO DE IDENTIDADE: SOU UM UX DESIGNER?

“Eu inventei o termo [User Experience] porque pensei que human interface e usabilidade eram muito restritivos. Eu queria cobrir todos os aspectos da experiência da pessoa com o sistema, incluindo os gráficos de design industrial, a interface, a interação física e o manual. Mas uma vez que o termo se popularizou tanto, está começando a perder seu significado”.

Norman (2008)

É comum empresas confundirem as diferentes profissões de design, afinal, o termo se popularizou e ganhou suas diversas ramificações como designer gráfico, designer de interfaces, designer de interações, web designer, designer industrial, entre outras. Mas quando se trata de UX Designer, essa confusão se eleva ainda mais, chegando ao ponto de empresas de tecnologia, agências de publicidade e até UX designers (aqueles que se intitulam equivocadamente) não saberem ao certo as atribuições desse profissional, o que é muito grave.

Devido à alta interdisciplinaridade da profissão, as empresas têm dificuldades de delimitar as funções de um UX Designer e, erroneamente, acabam procurando esses profissionais pelo fato do termo “UX” estar na moda e transparecer status na atualidade. Numa pesquisa qualitativa realizada em 2017 sobre o Mercado de UX no Brasil, a NoOne⁴ anali-

sou que muitas vagas abertas para UX Designer exigiam habilidades e funções focadas em outras áreas, principalmente em UI (Designers especializados no desenvolvimento de Interfaces), constatando o equívoco da visão do mercado sobre a profissão e induzindo os UI Designers a crerem que também são UX Designers sem exercer atividades para tal. Apesar de tudo, felizmente, esse cenário está mudando gradativamente e o amadurecimento da profissão é algo iminente.

4 A ASCENSÃO DO UX DESIGN NO BRASIL

Em uma pesquisa realizada em 2017 pela Saiba+ foi constatado que o estado que atualmente ocupa a maior quantidade de profissionais de UX é São Paulo, com 57% dos entrevistados, enquanto que somente 3% estão espalhados pela região nordeste. Levando em consideração que a pesquisa alcançou apenas 711 profissionais em todo Brasil, a pouca expressividade da modalidade no Nordeste é preocupante dada a importância e o valor que as práticas que um bom UX Design é capaz de trazer para qualquer negócio.

Entretanto, a concentração maior de profissionais de UX Design encontra-se em startups e empresas, cenário este que cria uma oportunidade para o Estado do Ceará, que atualmente ocupa oitava posição no ranking de estados com mais startups, conforme dados divulgados em 2017 pela Associação Brasileira de Startups (ABStartups). A cidade de Fortaleza aparece no ranking ocupando o nono lugar, enquanto que a cidade de São Paulo, onde a concentração de UX Designers é maior, aparece ocupando o topo do ranking.

O levantamento da Saiba+ também mostrou que 44% dos respondentes possuem menos de 3 anos na profissão. Esses números favorecem a tese de que a profissão ainda está em ascensão no Brasil o que pode aumentar o entusiasmo dos profissionais

3- A NoOne é uma empresa de estratégia e inovação, especializada em aproximar organizações e pessoas por meio do design.

de design no Nordeste em amadurecerem o conhecimento a respeito do tema e ingressarem no mercado de UX Design. Para os receosos em apostar num segmento ainda em ascensão, a pesquisa também mostrou que mesmo se tratando de uma modalidade nova no País, a maioria dos designers que trabalham com UX estão empregados formalmente através da CLT, o que demonstra que UX é um segmento que cresce e mantém também a formalidade na contratação.

5 O IMPACTO DO UX NO NEGÓCIO

Muitas empresas e instituições negligenciam a importância de compor UX Designers dentro de suas equipes de tecnologia como peça fundamental para o seu negócio, seja para poupar recursos, como tempo e dinheiro, ou simplesmente por questionar-se sobre os impactos positivos que este profissional é capaz de gerar para a empresa.

Um UX Design bem aplicado aumenta o índice de satisfação do usuário, o que facilmente ajudará na fidelização desta clientela e na concretização de mais vendas, razões suficientes para uma empresa contratar designers focados na experiência do usuário. Um bom exemplo sobre o assunto é o “botão de 300 milhões de dólares” da Amazon, uma das lojas virtuais mais famosas do mundo. A Amazon percebeu que grande parte dos usuários desistiam de concretizar uma compra online em seu site, mesmo oferecendo uma interface e formulários fáceis de usar. A Amazon obrigava o usuário a cadastrar uma conta no site e efetuar login, o que muitas vezes desencorajava os usuários de seguirem em frente ou os frustravam quando esqueciam suas senhas. Após análise e pesquisa, os designers concluíram que a experiência do usuário seria aprimorada com a troca de apenas um botão. Com isso, o botão “Cadastrar” foi substituído pelo botão “Continuar”, tornando opcional o cadastro e login no fluxo de compra. Essa mudança foi capaz de aumentar em 45% das vendas na loja virtual, repercutindo num adicional de 300 milhões de dólares em vendas no primeiro ano. Este

case representa o impacto positivo da aplicação do UX em negócios ou funcionalidades já existentes.

6 FORTALEZA CRIATIVA, ABRACE O UX DESIGN!

“Capital humano de qualidade são os indivíduos criativos, empreendedores e inovadores, capazes de propor e oferecer produtos e serviços diferenciados, gerando trabalho e renda para a população local”.

Ser Criativo (2017)

Uma das vertentes do Plano Fortaleza 2040 visa uma Fortaleza Cidade Criativa (inovadora, inteligente e empreendedora) conectada com as cidades criativas do mundo, sendo reconhecida pela qualidade dos seus bens e serviços criativos. Nesse contexto, Fortaleza tem uma missão importante: ser reconhecida pela UNESCO como uma cidade criativa do design. A Rede Cidades Criativas da UNESCO é composta atualmente por 180 cidades de 72 países e promove cooperação mútua entre elas, posicionando a criatividade e indústrias culturais no centro de seus planos de desenvolvimento local. Adquirindo esse status pela UNESCO, Fortaleza ganhará visibilidade internacional, acesso privilegiado às melhores práticas das outras cidades da Rede e autoestima da população criativa local (UNESCO, 2017), o que promove o desenvolvimento de polos de criatividade e inovação, além de fortalecer toda a classe ramificada de designers na capital.

Reis (2012), em seu livro Cidades Criativas, fala que a abrangência e multisetorialidade da economia criativa exige trabalhadores capazes de estabelecer conexões entre diferentes setores. Além disso, a autora fala que o surgimento de novos instrumentos de criação e produção, bem como de modelos micro e macroeconômicos, exige uma adaptação do perfil de capacitação das profissões tradicionais, visando pensamentos flexíveis, familiaridade com as novas tecnologias, valorização do intangível e, fundamentalmente, raciocínio crítico capaz de habilitar tomada de decisões conscientes. Esses atributos vão profundamente ao encontro com o profissional de UX Design, mostrando que Fortaleza, como uma cidade criativa do Design, deve promover a User Experien-

ce e se atentar aos benefícios que os profissionais dessa área podem propiciar à economia criativa.

Apesar de toda uma variedade de designers em Fortaleza, pouco se fala em UX Design na Capital. Uma vez que Fortaleza seja reconhecida pela UNESCO, sua relação com o design se intensificará, no qual o UX não pode ser esquecido. Uma vez amadurecido localmente, haverá grandes expectativas de que o UX Design trará excelentes frutos a serem coletados nos mais diversos setores, afinal seja onde for, seremos sempre usuários.

REFERÊNCIAS

ABSTARTUP E ACCENTURE. **Radiografia do ecossistema brasileiro de startups**. Disponível em: <<https://link.estadao.com.br/blogs/felipe-matos/qual-a-regiao-campea-em-densidade-de-startups-no-brasil-voce-vai-se-surpreender>>. Acesso em: 28 de junho de 2018.

LOWDERMILK, T. **Design centrado no usuário**. Novatec Editora, 2013.

NIEMEYER, L. **Design no Brasil: origens e instalação**. 2ab, 1998.

NIELSEN NORMAN GROUP. **UX Research Cheat Sheet**. 2017. Disponível em: <<https://www.nngroup.com/articles/ux-research-cheat-sheet>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

NOONE. **Define UX**. 2017. Disponível em: <<http://defineux.cc>>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

REIS, A. C. F. **Cidades Criativas: da teoria à prática**. SESI-SP editora, 2012.

SAIBA+. **Panorama UX 2017. 2018**. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/lulileslie/panorama-ux-wiad2018-89023872>>. Acesso: 20 de junho de 2018.

SER CRIATIVO. **Programa João Pessoa Cidade Criativa da UNESCO**, 2017.

UNESCO. UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. **Creative Cities Network**, 2017. Disponível em: <<https://en.unesco.org/creative-cities/home>>. Acesso em: 24 de novembro de 2018.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O PATRIMÔNIO IMATERIAL: OS MESTRES DA CULTURA TRADICIONAL POPULAR DO CEARÁ

O século 21 nasce sob o signo da desconstrução. Impossível ignorar a exaustão da crença da existência de uma razão universal e única, igual para todos os homens em todos os tempos, razão esta que fundamentou a organização das sociedades até o século passado. Dois grandes pilares fundamentaram o pensamento moderno: a construção racional do Estado-Nação e a visão da cultura como produto desta razão universal e única, como um elemento superior definidor dos processos civilizatórios. Todos nós somos testemunhas do fracasso desses dois modelos. De um lado, nacionalismos continuam a produzir terror e a intolerância, do outro, a visão de uma cultura ocidental hegemônica conduziu-nos a genocídios, à escravidão e à exclusão.

Precisamos rever nossos modos de conhecer, pois o modelo aristotélico de pensar o mundo, a partir

da lógica das oposições e do terceiro excluído, vem enfrentar descrédito. Afinal, os novos tempos assentam-se sobre uma multiplicidade e superposição de discursos até então compreendidos a partir de distinções. Erudito e popular, corpo e espírito, arte e vida, natureza e cultura (con)fundem-se ao invés de se excluírem. O pensar de forma complexa deve estimular o ser humano a resgatar as várias dimensões de sua própria condição. Mais do que nunca, é preciso aprender a viver, como afirma Rousseau no Emílio, sua obra sobre a educação e o educar (in Morin, 1999, 13).

Trata-se de "culturalizar" nosso conhecimento científico, ampliando-se o conhecimento, por meio das artes e da cultura, reconhecendo que a dimensão estética da existência humana produz grandes repercussões para sua dimensão ética. Ao mesmo

1- Doutora em Sociologia pela Sorbonne, Paris V e Mestra em Sociologia Jurídica pela USP. Foi superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/CE), Secretária da Cultura do Estado do Ceará, Secretária Nacional da Economia Criativa (SEC), do Ministério da Cultura. É Professora do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará, membro da Rede de Pesquisadores de Políticas Culturais (REDEPCULT) e consultora em economia criativa. Atualmente dirige o Observatório de Fortaleza (Governança Municipal e Políticas Públicas) do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR). E-mail: claudiasousaleitao@yahoo.com.br.

2- Atual secretário da Cultura do Estado do Ceará. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em História pela PUC/

SP e historiador graduado pela UFC, foi Diretor de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas do Ministério da Cultura (MinC) entre 2009 e 2011 e no ano de 2014. No Ministério da Cultura também assumiu a função de Secretário Substituto da Secretaria de Articulação Institucional entre 2008 a 2010 e de Coordenador de Articulação Federativa do Programa Mais Cultura no ano de 2008. No Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e Caribe (CERLALC/UNESCO), organismo internacional ibero-americano e intergovernamental, assumiu no período de 2012 a 2013 a Direção de Leitura, Escrita e Bibliotecas. Foi Coordenador de Políticas de Livros e Acervos da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará entre 2005 e 2006, ocasião em que concebeu o projeto Agentes de Leitura e coordenou a Bienal Internacional do Livro do Ceará.

tempo em que somos mortais, como qualquer animal, possuímos uma consciência humanista e uma ética de pertença à Humanidade, a qual se completa com a própria consciência do caráter matricial da Terra quanto à vida e da vida quanto à Humanidade (Morin, 1999,14). O Ceará formulou, a partir de 2003, uma política estadual de cultura fundamentada nesta nova percepção do conhecimento. Estamos nos referindo aos Mestres da Cultura Tradicional Popular.

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seus artigos 215 e 216 a competência do Estado de garantir o exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes de cultura, de valorizar e incentivar a produção cultural e difusão das manifestações culturais, além de preservar o patrimônio nacional. No seu artigo 216, amplia o conceito de patrimônio cultural brasileiro, definindo que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, e nos quais se incluem:

- I – As formas de expressão;
- II – Os modos de criar, fazer e viver;
- III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico;

Somente através do Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000, é instituído o seu Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Esse Programa se propõe a viabilizar projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural, através de parcerias com instituições dos governos federal, estadual e municipal, universidades, organizações não-governamentais, agências de desenvolvimento e organizações priva-

das ligadas à cultura, à pesquisa e ao financiamento, tendo os seguintes objetivos:

- Implementar política de inventário, Registro e Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial;
- Contribuir para a preservação da diversidade étnica e cultural do país e para a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural brasileiro a todos os segmentos da sociedade;
- Captar recursos e promover a constituição de uma rede de parceiros com vistas à preservação, valorização e ampliação dos bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro;
- Incentivar e apoiar iniciativas e práticas de preservação desenvolvidas pela sociedade.

O Programa Nacional do Patrimônio Imaterial também define diretrizes para o fomento do Patrimônio Cultural Imaterial, quais sejam:

- Promover a inclusão Social e a melhoria de vida dos produtores e detentores do patrimônio cultural imaterial;
- Ampliar a participação dos grupos que produzem, transmitem e atualizam manifestações culturais de natureza imaterial nos projetos de preservação e valorização desse patrimônio;
- Promover a salvaguarda de bens culturais imateriais por meio do apoio às condições materiais que propiciam sua existência, bem como pela ampliação do acesso aos benefícios gerados por essa preservação;
- Implementar mecanismos para a efetiva proteção de bens culturais imateriais em situação de risco;
- Respeitar e proteger direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso do patrimônio cultural imaterial.

O registro dos bens culturais de natureza imaterial é definido, pelo Decreto, enquanto instrumento legal para reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial brasileiro. Os bens registrados são inscritos nos Livros de Registro dos Saberes, das Celebrações, das Formas de Expressão e dos Lugares, assim definidos:

- Os saberes ou modos de fazer são atividades



Maria do Carmo Menezes Morais é a Mestra Maria da Ló, em Pastoril, de Paracuru CE

desenvolvidas por atores sociais conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identificam um grupo social ou uma localidade;

- As celebrações são ritos e festividades associados à religiosidade, à civilidade e aos ciclos do calendário, que participam fortemente da produção de sentidos específicos de lugar e de território;

- As formas de expressão são formas não linguísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, traduzidas em manifestações musicais, cênicas, plásticas, lúdicas ou literárias;

- Os lugares são espaços onde ocorrem práticas e atividades de natureza variadas, tanto cotidianas quanto excepcionais, que constituem referência para a população.

As ações do Ministério da Cultura, a partir de 2003 no âmbito do patrimônio cultural imaterial são re-

veladoras de um novo olhar do Estado sobre sua própria riqueza e diversidade cultural. A partir do governo Lula, o Estado brasileiro passa finalmente a resgatar o seu papel de formulador de políticas públicas na área da cultura. Através da criação de uma Secretaria das Identidades e Diversidade Cultural, o Estado vem, juntamente com o IPHAN, promover uma política de reconhecimentos e registros, por todo o país, das expressões culturais tradicionais e populares brasileiras. A partir da gestão do Ministro Gilberto Gil, o patrimônio cultural, que se refere aos diversos saberes, fazeres, tradições, lugares, ritmos e linguagens, resultantes das criações coletivas, passa a ser tratado como riqueza nacional e por isso, deve, ser difundido e preservado. Vale aqui ressaltar que, somente a partir dessa gestão, é que serão registrados pelo IPHAN expressões do nosso patrimô-

nio imaterial: o samba de roda, o ofício das baianas do acarajé, o Círio de Nazaré, a Feira de Caruaru, o samba do Rio de Janeiro, o Tambor de Crioula no Maranhão, a viola do cocho do Pantanal, o jongo e a cachoeira do Iauaretê e o frevo de Pernambuco.

A importância dessas políticas de fomento ao patrimônio imaterial é indiscutível, pois garante a sobrevivência dos modos de produção cultural que, historicamente, foram excluídos pela indústria cultural por não possuírem interesse mercadológico. Vale ressaltar alguns artigos da Resolução n. 1, de 03 de agosto de 2006, em que o Presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, na qualidade de Presidente do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º combinado com o art. 21, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 5.040, de 7 de abril de 2004:

“CONSIDERANDO que se entende por bem cultural de natureza imaterial as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social;

CONSIDERANDO que, para os efeitos desta Resolução, toma-se tradição no seu sentido etimológico de “dizer através do tempo”, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado;

CONSIDERANDO que a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, além de contribuir para a continuidade dessas manifestações, abre novas e mais amplas possibilidades de reconhecimento da contribuição dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira, resolve:

Art. 1º Determinar os procedimentos a serem observados na instauração e instrução do processo administrativo de Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Art. 2º O requerimento para instauração do processo administrativo de Registro poderá ser apresentado pelo Ministro de Estado da Cultura, pelas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, pelas Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e por associações da sociedade civil.” (IPHAN, 2004).

A partir do governo Lula, podemos observar um novo olhar do IPHAN acerca do patrimônio imaterial brasileiro. Esse olhar, de natureza antropológica, reflete não somente a formação acadêmica de seu presidente, mas é fruto de uma vontade política do Ministério, capitaneada pelo próprio Ministro e sua equipe. O Estado resgata e reabilita os significados do “folclore” para a cultura brasileira e assume o compromisso com o desenvolvimento cultural do país. Essa nova atitude é denominada pelo ministro Gilberto Gil de “do-in antropológico”, ou seja, as políticas, programas e ações de cultura devem massagear pontos vitais do corpo cultural do país (MinC, 2006). Trata-se, afirma o Ministro, no Programa Cultural de Desenvolvimento do Brasil, de “avivar o velho e atizar o novo, porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética entre tradição e invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta”. A Resolução propõe, a partir desse olhar antropológico, um maior aprofundamento dos significados da expressão “patrimônio imaterial”, ao mesmo tempo que estrutura critérios mais claros para a demanda de registro desse patrimônio. Por outro lado, ela é fruto de uma política de inclusão social e de democratização definida

Quando assumimos em janeiro de 2003, a gestão da Secretaria da Cultura do Ceará, sabíamos que nosso estado era especialmente aquinhoado pela riqueza e diversidade de seu patrimônio cultural imaterial. O primeiro texto jurídico dedicado ao patrimônio cultural merece destaque pelo seu pioneirismo no país. Trata-se da Lei 13.351 de 22 de agosto de 2003, que institui, no âmbito da Administração Pública Es-

tadual, o **Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular**. O Ceará vem a ser a primeira unidade federativa que regulamenta, através do Decreto n. 27.229 de 28 de outubro de 2003, uma lei desta natureza. O escopo maior do documento legal é a proteção dos saberes e fazeres tradicionais relativos às diversas expressões das culturas tradicionais cearenses. Considerados “tesouros vivos”, os mestres da cultura do Ceará passam a contar com a proteção do Estado, a qual se traduz, de um lado, pelo reconhecimento dos seus talentos ancestrais através de registro no livro dos Mestres da Cultura, de outro, pela garantia de auxílio financeiro, em caráter vitalício, ao mestre beneficiado. Como contrapartida, a lei estabelecia que o beneficiado deve comprometer-se a repassar seus conhecimentos e técnicas a aprendizes, de modo a assegurar a preservação e perenização dos seus respectivos saberes e fazeres.

Em 2006, a política de registro dos Mestres da Cultura foi revisada, por meio da Lei Estadual 13.841, de 27 de novembro de 2006, que instituiu o registro dos Tesouros Vivos da Cultura do Estado do Ceará, ampliando o reconhecimento para grupos e coletividades³. Conforme a referida Lei, são considerados “Tesouros Vivos da Cultura” as pessoas naturais, os grupos e as coletividades dotados de conhecimentos e técnicas de atividades culturais, cuja produção, preservação e transmissão sejam representativas de elevado grau de maestria, constituindo importante referencial da cultura cearense.

Desde 2004, já foram reconhecidos 95 Mestres da Cultura (estando 69 vivos nos dias atuais), 11 grupos e 2 coletividades, distribuídos entre treze macrorregiões do Ceará. Ao longo desse tempo, têm sido prestigiados saberes de mestres e mestras guardiões de quarenta e duas expressões populares tradicionais presentes em nosso Estado, tais como reisados, literatura de cordel, dança do coco, pastoril, teatro de bonecos, artes circenses, benditos, penitência, dramas, capoeira, culturas indígenas, tradições juninas, maracatu, culinária tradicional, umbanda, luthieria, bandas cabaçais, ofício de va-

queiro, diversas tipologias artesanais, dentre outras.

Em meio a essa riqueza da diversidade das expressões culturais, nasceu em 2005 o primeiro Encontro Mestres do Mundo, um evento estruturante da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult), que surge como uma importante iniciativa de interiorização da cultura e de valorização e promoção de espaços para a transmissão de saberes dos Mestres. Em doze edições, o Encontro e suas ações já foram acolhidos pelas cidades de Limoeiro do Norte, Barbalha, Juazeiro do Norte, Crato, Pindoretama, Cascavel, Jaguaruana, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Russas, e recentemente, Aquiraz, reunindo a cada edição os Mestres da Cultura titulados como Tesouros Vivos da Cultura do Ceará, em diálogo com brincantes, estudantes, professores, pesquisadores e mestres de outros estados e países, com uma programação riquíssima voltada ao encontro e troca de saberes. O Encontro é uma oportunidade singular de vivenciar a diversidade da cultura popular tradicional através da convivência com os guardiões que mantêm vivas as tradições. Conta com a participação de mestres e grupos locais, regionais e internacionais, promovendo a integração e a troca de experiências. Expressões de linguagens variadas se juntam em uma arena onde os mestres apresentam e transmitem seus saberes e seus fazeres. São momentos mágicos onde o público participante trava contato com memórias, narrativas e práticas culturais por meio de uma programação ampla de atividades práticas e teóricas. Um dos momentos mais especiais é a distribuição dos participantes em cinco categorias de Rodas

3- No contexto da política de Tesouros Vivos da Cultura, compreende-se por grupos os agrupamentos que possuem legados ancestrais na prática de um saber/fazer, formado espontaneamente por membros de uma comunidade que envolvem-se diretamente com uma expressão cultural tradicional popular. É dotado de conhecimentos e técnicas de atividades culturais, com elevado grau de maestria na produção, preservação e transmissão de um saber e/ou fazer tradicional, constituindo importante referencial da cultura tradicional popular no Ceará. Coletividades são comunidades e/ou associações de pessoas que são dotadas de conhecimentos e técnicas de atividades culturais, com elevado grau de maestria na produção, preservação e transmissão de um saber e/ou fazer tradicional.

de Mestres (corpo, mãos, oralidade, sons e sagrado), para o intercâmbio de saberes, contando com a mediação de pesquisadores da cultura popular.

Em 2016, o governador Camilo Santana sancionou a Lei do Plano Estadual de Cultura, aprovada pela Assembleia Legislativa, definindo as metas e diretrizes para a política cultural nos próximos 10 anos. O Plano Estadual de Cultura traz, entre suas diretrizes, o investimento em cultura de pelo menos 1,5% do orçamento do Poder Executivo; o reforço à política para as artes; a maior presença da política cultural no Interior; criar e implementar um Sistema Estadual de Patrimônio Cultural; o crescimento, até 2024, para 600 do número de Pontos de Cultura em funcionamento no Estado. O documento segue os princípios do Plano Nacional de Cultura, como diversidade cultural, direito de todos à arte e à cultura, valorização da cultura como vetor do desenvolvimento socioeconômico. Destacamos duas metas da área de patrimônio cultural no Plano Estadual de Cultura do Ceará, a Meta 4, que buscou criar e implementar um Sistema Estadual de Patrimônio Cultural, visando atingir pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos municípios cearenses, no primeiro quadriênio (2015 a 2018), avançando para a totalidade destes até o final da vigência do Plano; e a Meta 6, que buscou reformular a Lei dos Mestres de Cultura, aumentando em um terço o número de contemplados, atingindo 80 (oitenta) mestres até 2018, e promovendo interação, com maior periodicidade, entre os mestres diplomados e as escolas e espaços informais de educação. Ainda em 2017, em atenção a Meta 6, foi ampliado o número de Mestres da Cultura oficialmente reconhecidos pelo Governo do Estado do Ceará, passando de 60 para 80 Tesouros Vivos. O fato representou uma importante conquista da política cultural e da valorização da cultura popular tradicional. A ampliação foi assegurada com outro fato bastante simbólico do governador Camilo Santana, que sancionou a Lei no terreiro de reisado do Mestre Aldenir, no Crato. Com a ampliação para 80 mestres da cultura oficialmente reconhecidos, o Governo do Estado cumpre uma

das metas do Plano Estadual de Cultura, aprovado em 2016 pela Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador Camilo Santana, incluindo diretrizes para a valorização da cultura popular tradicional.

Outro marco da política cultural dos Tesouros Vivos do Ceará foi quando a Universidade Estadual do Ceará (UECE), em 2016, reconheceu os saberes e fazeres dos Mestres e Mestras da Cultura, concedendo-lhes o Título de Notório Saber em Cultura Popular, durante o X Encontro Mestres do Mundo. A titulação tem, além das dimensões política, institucional e simbólica, uma dimensão prática de permitir que os mestres venham a ser remunerados por espetáculos, debates, oficinas, aulas, apresentações, de acordo com os parâmetros de remuneração da universidade. Os títulos foram entregues pelo reitor Jackson Sampaio, em uma sessão solene, com a presença de mais de 25 integrantes do Conselho Universitário da UECE. Esse fato marca a ampliação da política da Secult em torno dos Mestres e Mestras da Cultura do Ceará, na medida em que cria condições para garantir a transmissão dos saberes dos mestres. Tal iniciativa contribuiu com a construção das Escolas da Cultura, que tem como uma das modalidades as Escolas com os Mestres da Cultura, em que os tesouros vivos passam a ministrar aulas-espetáculos, oficinas, rodas de saberes e memórias nas escolas da rede estadual do Ceará. Atualmente a salvaguarda do patrimônio imaterial recebeu importantes ações e destaque na gestão Camilo Santana. Nesse mesmo ano, tivemos a criação da Carteira de Identidade Cultural do Mestres e Mestras da Cultura, uma ação da Secult, fruto de uma reivindicação dos próprios mestres no Encontro Mestres do Mundo em 2016. A Carteira é um documento portátil, que os mestres podem carregar consigo, como uma carteira de identidade, para se identificarem e comprovarem sua diplomação.

Outro importante momento para a política dos Tesouros Vivos, foi que “Encontro Mestres do Mundo”, de valorização dos saberes, fazeres, tradições e ofícios de Mestres e Mestras da Cultura do Ceará, realizado há mais de 10 anos pela Secult, ganhou,



Antonio Batista da Silva é o Mestre Piauí, em Reisado, de Quixeramobim CE

em agosto de 2017, o 30ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, maior do Brasil na área de Patrimônio Cultural. A premiação foi agraciada na categoria III e foram declarados vencedores da Categoria os seguintes projetos: Encontro Mestres do Mundo (CE), e Quilombos do Vale do Jequitinhonha: Música e Memória (MG). Um reconhecimento nacional, uma premiação que reverbera na comunicação, interpretação, divulgação, difusão e educação sobre o Patrimônio Cultural, material e/ou imaterial, para as atuais gerações foram escolhidas na categoria III.

O projeto **Encontro Mestres do Mundo**, do Ceará torna possível, desde 2006 (sic), a vivência da diversidade cultural e a troca de experiências com os mestres da cultura cearense. A iniciativa incentiva a transmissão de saberes e fazeres de homens e mulheres que, na sobrevivência de seu

cotidiano, desenvolveram técnicas, ofícios, brincadeiras, rezas e alimentos, garantindo a tradição e a memória de seus ancestrais. (PEREIRA; SOARES; SANTOS, 2017)

Com importante reconhecimento nacional, era necessário avançar ainda mais na valorização dessa política em âmbito estadual, nasceu em 2018 o Escola com os Mestres, uma ação conjunta entre a Secretaria da Cultura (Secult) e a Secretaria de Educação (Seduc), ambas do Estado do Ceará, com a finalidade de credenciamento de artistas e mestres da cultura para ministrar atividades eletivas nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTIs)⁴ da Rede Estadual de Ensino, instituindo uma parceria que reforça o Programa Escolas da Cultura da Secult.

O credenciamento dos Mestres e Mestras da Cul-

tura buscou criar condições para a presença de artistas e mestres da cultura nos ambientes das escolas de tempo integral, criando um vínculo mais forte e mais efetivo entre a arte, a cultura e a educação, introduzindo no ambiente escolar a questão da linguagem artística a partir dessa relação com a própria escola e perceber o poder transformador e o ineditismo dessa ação. O credenciamento dos Mestres e Mestras da Cultura ocorrerá por meio de regime específico, levando-se em conta os títulos de Notório Saber em Cultura Popular, concedidos pela Universidade Estadual do Ceará - Uece. Essa ação tem o objetivo de integrar e potencializar as políticas no âmbito do Plano de Governo (7 Ceará) e dos Planos de Cultura e Educação, possibilitando a inserção de ações culturais estratégicas nas escolas.

A política de valorização dos Mestres e Mestras passou também pela inclusão desses mestres nos eventos estruturantes da Secult. Os mestres da cultura tiveram papel de destaque na XII Bienal Internacional do Livro do Ceará, realizada pela Secult em abril de 2017, no Centro de Eventos do Ceará. Diariamente uma roda de mestres chamou atenção do público, reunindo de dois a três mestres para falar de suas experiências, trajetórias e saberes, em sintonia com o tema da Bienal, “Cada pessoa, um livro; o mundo, a biblioteca”.

Os Mestres da Cultura também participaram das edições de 2017 e 2018 do Mi – Festival Música da Ibiapaba, se apresentando para os alunos de música e realizando oficinas e bate-papo sobre seus saberes e fazeres. Assim aconteceu também no Festival Maloca Dragão e vem acontecendo nas Rede de equipa-

mentos da Secult. O Cineteatro São Luiz e o Theatro José de Alencar já inauguraram uma programação específica destinada a apresentação de mestres e mestras da cultura do Estado.

Os mestres e mestras da cultura são pessoas feitas da natureza dos tempos eternos. Senhores e senhoras de memórias que trazem consigo saberes e fazeres ancestrais compartilhados de mão em mão, de boca em boca, por entre gerações em ambientes comunitários e solidários de transmissão de saberes. Cada mestre é um ser de educação que ensina seus conhecimentos como missão de vida. São também seres de imaginação e de criação que elaboram sua própria temporalidade e produzem suas artes e ofícios como expressões contemporâneas.

Os mestres são reconhecidos como difusores de tradições, da história e da identidade, atuando no repasse de seus saberes e experiências às novas gerações. A política dos Tesouros Vivos da Cultura, mais conhecida como Mestres da Cultura, tornou-se um referencial do Ceará para o Brasil, recebendo, à época de sua criação, prêmio do Ministério da Cultura, pela qualidade e pelos efeitos da iniciativa. Atualmente, a Secretaria da Cultura tem realizado estudos, em parceria com o Grupo de Estudo e Pesquisa em Direitos Culturais – GEPDC, da Universidade de Fortaleza, visando promover uma nova revisão da legislação do patrimônio cultural cearense, possibilitando fortalecer os instrumentos legais de proteção e valorização dos conhecimentos e técnicas de expressões e saberes referenciais da cultura cearense.

Inúmeros são os desafios impostos aos direitos culturais em sua trajetória de efetivação. Sabemos que, tanto a cidadania cultural aventada pela Constituição de 1988 é ainda uma expressão abstrata e em busca de significados precisos que possam produzir impactos positivos sobre a vida humana. Afinal todos nós desejamos ser sujeitos dos direitos culturais. A legislação relativa aos “Mestres da Cultura” tornou-se uma política pública exemplar. Não nos referimos somente aos resultados indiscutíveis e concretos da Lei: de um lado, a garantia do papel do Estado en-

4- No contexto da política de Tesouros Vivos da Cultura, compreende-se por grupos os agrupamentos que possuem legados ancestrais na prática de um saber/fazer, formado espontaneamente por membros de uma comunidade que envolvem-se diretamente com uma expressão cultural tradicional popular. É dotado de conhecimentos e técnicas de atividades culturais, com elevado grau de maestria na produção, preservação e transmissão de um saber e/ou fazer tradicional, constituindo importante referencial da cultura tradicional popular no Ceará. Coletividades são comunidades e/ou associações de pessoas que são dotadas de conhecimentos e técnicas de atividades culturais, com elevado grau de maestria na produção, preservação e transmissão de um saber e/ou fazer tradicional.

quanto provedor da sobrevivência material de homens e mulheres únicos em sua sabedoria; de outro, a garantia da preservação da memória dos seus saberes e fazeres, graças à transmissão aos mais jovens. O maior dos resultados obtidos pelo nosso trabalho não está nos seus impactos tangíveis e nem poderia estar. Sua maior vitória é tão imperceptível e tão impalpável como as próprias manifestações culturais dos mestres. É a sua possibilidade de refazer laços afetivos, reconstituir dignidades perdidas, resgatar solidariedades comunitárias.

A valorização e a salvaguarda do patrimônio imaterial constituem uma Política de Estado no Ceará. Temos imenso orgulho dessa conquista. Aqui, penitentes, aboiadoras, rezadeiras, profetas, artesãos, brincantes, poetas, músicos, cozinheiros, mães de santo, dançarinos, xilógrafos, bordadeiras nos ensinam todos os dias que somos, ou que poderíamos ser, como diria Edgard Morin, os filhos legítimos do Cosmos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília: DF, 2000. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm > . Acesso em: 29 nov. 2018.

CARVALHO, G. *Mestres da Cultura Tradicional do Ceará*. Fortaleza, Secult, 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Os 7 Cearas: propostas para o plano de governo*. Ceará: 2014.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. *Plano Estadual da Cultura do Ceará*, Lei n 16.026 de 01/06/2016. Fortaleza: SECULT, 2016.

LOPES, D. S. F. (org.). *Legislação Cultural do Ceará*. Fortaleza: Secult, 2006.

MENDES, C. (org.) *Representação e Complexidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MORIN, E. *O Desafio do século XXI: religar os conhecimentos*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

PEREIRA, F.; SOARES, A.; SANTOS, I. L. C. *PRMFA: Unindo o passado e o futuro do Patrimônio Cultural Brasileiro*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4389/prmfa-unindo-o-passado-e-o-futuro-do-patrimonio-cultural-brasileiro>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

PEREIRA, F.; SOARES, A.; SANTOS, I. L. C. *As ações de seis estados vencem maior premiação de patrimônio cultural no Brasil*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/to/noticias/detalhes/4293/acoes-de-cinco-estados-vencem-maior-premiacao-de-patrimonio-cultural-no-brasil>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

SANTOS, F., GUEDES, M. S. (Orgs.) *A História da SECULT por seus Secretários*, Coleção Nossa Cultura, Série Documenta. Fortaleza: SECULT, 2006.



FORTALEZA
FORTALEZA
CIDADE CRIATIVA
DO DESIGN
DO DESIGN
DO DESIGN



Prefeitura de Fortaleza
Instituto de Planejamento de Fortaleza